

ESCOLA ZÉLIA GATTAI



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO
CAMPO LIMPO**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR

A Escola Municipal de Ensino Fundamental “

no Município de São Paulo, sendo mantida pela Prefeitura do Município de São Paulo e administrada através da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da legislação federal, estadual e municipal em vigor, no que couber e com a denominação atual fundamentada por Lei Federal 9394/96 e regulamentada pela Portaria de SME 1971/98.

É uma escola pública, gratuita, laica, direito da população e dever da família e do Estado estando a serviço das necessidades e características de desenvolvimento e aprendizagem de alunos, independentemente de sexo, raça, cor, situação socioeconômica, credo religioso e político e quaisquer preconceitos e discriminações e, inspirada por princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

1902 – 1975

DADOS BIOGRÁFICOS

Nasceu em 19.09.1902, no Município de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, divisa com São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo.

Era filha de Joaquim Alves Ribeiro e de Anna Joaquina Rennó. Descendia de tradicionais famílias mineiras; pelo lado paterno dos Ribeiro do Valle e, pelo lado materno, dos Rennó de Santa Rita do Sapucaí, Itajubá, Belo Horizonte.

Fez o curso primário no Grupo Escolar “Coronel Ribeiro da Luz” em São Bento do Sapucaí, terminando-o em primeiro lugar. Nesta ocasião manifestou o desejo de ser professora. Idéia esta repelida pelo seu pai, sob alegação que não havia necessidade de estudo. Apesar disto, lutou por seus ideais. Na data de seu aniversário, propôs ao pai renunciar a qualquer herança que lhe viesse caber em troca do consentimento do mesmo para a continuação de seus estudos. Dessa maneira o pai não teve por onde não atendê-la. Iniciou, então o curso de formação para professores na Escola Normal do Colégio das Províncias, em Itajubá, Minas Gerais, concluindo-o na Escola Normal Livre de Santa Rita do Sapucaí, também em Minas Gerais.

Após sua formatura casou-se com José Oliveira Filho e foi residir em Serrania de Alfenas, Minas Gerais, onde lecionou no grupo escolar local, do qual ocupou o cargo de Diretora. Logo depois, resolveu, juntamente com seu marido, transferir-se para São Paulo, onde o campo era maior para realização de suas aspirações, entre as quais propiciar nível educacional para suas filhas.

Ao chegar em São Paulo, constatou que professores formados em outros estados não podiam lecionar aqui. Recorreu, então, ao seu primo Plínio Rennó Cortes Salgado, e, por intermédio dele conseguiu do então Secretário da Educação, Ataliba Nogueira, a criação de uma classe na periferia da cidade, onde iniciou carreira em São Paulo.

Apesar de almejar mais, confiou nas palavras do primo, segundo o qual a periferia seria o melhor local para início da carreira. Nessa escola (Escola Santa Therezinha) lecionou de 1936 a 1966, quando recebeu de seu irmão, Capitão Antônio Rennó Ribeiro, um convite para lecionar no curso primário anexo à Academia Comercial de São Paulo. Aceitou o convite, arregimentando alunos de porta em porta, instalou o curso e dirigiu durante aproximadamente quinze anos, após o que se desligou para fundar e fazer funcionar, sob sua inteira responsabilidade o “Curso 9 e Julho”, que oferecia o curso primário e também preparatório para admissão aos colégios oficiais de São Paulo. A princípio o “Curso 9 de Julho” funcionou na Rua Visconde de Parnaíba, vindo depois a se transferir para a Rua Afonso Celso, na Vila Mariana.

Para melhor aproveitamento de seus alunos, criou um método didático próprio, com apostilas em forma de questionários, cujos resultados foram tão bons que os colegas passaram a adotá-las com

inteiro êxito. Esse fato resultou na necessidade de serem apostilados em forma de livros, que passaram a ser comercializados nas livrarias de São Paulo e de todo país.

Nessa altura, devido à grande aceitação dos livros em todo o país, fundou juntamente com seu marido, a Editora do Mestre Ltda. Que passou a editar e distribuir suas obras.

Para a elaboração de seus livros e a fim de que os mesmos estivessem sempre atualizados, realizava exaustivas pesquisas não só no Brasil, como através de viagens que fez à Europa, visitando todos os museus e percorrendo livrarias e editoras para ver o que havia de mais moderno no ensino dos países europeus.

Além disso, realizou viagens a quase todos os estados do Brasil, recolhendo material didático, fazendo palestras e conferências dedicadas a professores e autoridades de ensino, expondo com simplicidade a maneira clara de transmitir seus conhecimentos.

Dentre seus trabalhos destaca-se a 1ª Nomenclatura da Gramática Portuguesa, que na época foi enviada ao Presidente da República Juscelino Kubitschek.

Não satisfeita com todas essas realizações fez livros para a Pré-Escola; também nesse setor suas obras se constituíram em franco sucesso. No dia 20 de novembro de 1975, aos 73 anos de idade e com uma existência dedicada à educação, à família e aos amigos, faleceu em plena atividade, de enfarto do miocárdio, após ter pontilhado sua vida de significativas realizações: diplomou-se muito cedo e muito jovem, teve filhos, plantou árvores e escreveu livros.

Em 50 anos de magistério, deixou um exemplo digno de ser seguido. Dentre as centenas de alunos a quem se dedicou contam-se militares, engenheiros, médicos, advogados, parlamentares, grandes empresários, radialistas e jornalistas.

Após seu falecimento recebeu significativas homenagens: a Prefeitura de São Bernardo do Campo deu a uma das praças da cidade o seu nome; a Prefeitura de São Paulo homenageou-a duplamente dando seu nome a uma rua do Bairro do Tatuapé, e no dia 30 de setembro de 1976, o Prefeito de São Paulo, Olavo Egydio Setúbal, assinou o Decreto número 13618 dando à EMPG Santa Margarida, o nome de **ESCOLA MUNICIPAL DE PRIMEIRO GRAU**

II – REGIME DE FUNCIONAMENTO

a) Horário por turno:

1º TURNO: 07h00min ÀS 12h00min

2º TURNO: 13h30min ÀS 18h30min

3º TURNO: 19h00min ÀS 23h00min

b) Modalidades de Ensino:

Ensino Fundamental: Regular e Ensino de Jovens e Adultos/EJA

c) QUADRO DE CLASSES DA ESCOLA POR TURNO E GRADE CURRICULAR:

ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR

PERÍODO/Nº DE CLASSES	1º ANO CICLO	2º ANO CICLO	3º ANO CICLO	4º ANO CICLO	5º ANO CICLO	6º ANO CICLO	7ºANO CICL	8º ANO CICL
1º TURNO	----	---	-----	03	03	---	03	03
2º TURNO	03	03	03	---	-----	03	-----	---

ENSINO FUDAMENTAL – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PERÍODO/Nº DE CLASSES	EJA ALFABETIZAÇÃO I	EJA BÁSICA I	EJA COMPLEMENTA R	EJA COMPLEMENTA R	EJA FINAL I	EJA FINAL II
3º TURNO	01	01	01	02	03	02

III - OBJETIVOS DA ESCOLA

A EMEF [REDACTED] tem como objetivo formar cidadãos participativos, responsáveis, criativos, compromissados, críticos e capazes de fazer valer os seus direitos, cumprirem os seus deveres, interferindo e modificando a realidade em que vivem buscando sua inserção na sociedade, respeitando o ecossistema.

Entendemos que a prática pedagógica tradicional tem um caráter cumulativo, que propõe ao sujeito um papel insignificante na elaboração e aquisição do conhecimento, ao conteúdo um fim em si mesmo, cabendo ao professor somente a transmissão destes. Consideramos que este modelo não atende as expectativas de formação do cidadão que a nossa
Unidade
Escolar
vislumbra.

A escola, portanto, deverá buscar novas soluções e opções para compreensão e atuação nesta realidade. Deverá ser espaço amplo que leve ao aprender, a aprender buscando a formação de sujeitos ativos. Tendo o educador um papel de conduzir e dirigir com competência o processo ensino-aprendizagem, e o educando um papel de sujeito inserido num mundo concreto, com responsabilidades e limites, buscar também uma formação de qualidade para todos vendo a capacitação teórica e científica como um dos alicerces na formação de uma sociedade competente.

Nosso projeto vem se constituindo ao longo dos últimos anos, explicitado nas ações, falas e intenções que estão registradas na síntese de reuniões pedagógicas e de organização escolar. Mobiliza-nos o acreditar na escola pública como direito da população e que cabe a nós proporcionarmos um ambiente acolhedor, alegre, justo e democrático. Desta forma compreendemos colaborar para a formação de um cidadão que possa estar fortalecido para enfrentar as mazelas da sociedade e as contestar.

METAS DA ESCOLA

- Garantir a esta comunidade o direito de acesso e permanência numa escola de qualidade, justa e solidária;
- Desenvolver ações no sentido de valorizar o educando, conscientizá-lo da sua importância enquanto ser humano e cidadão;
- Conviver com as diferenças (sociais, culturais, religiosas, étnicas e econômicas), através de ações práticas e éticas que transformem o seu cotidiano;
- Desenvolver ações que busquem a participação de todos os segmentos na construção de uma escola inclusiva e de qualidade social para todos.

Para atingir essas metas esta unidade escolar deverá:

1. Valorizar sempre o trabalho coletivo e proporcionar momentos de participação da comunidade escolar, fortalecendo e ampliando a participação da mesma nas tomadas de decisões, constituindo-se como espaços, o conselho de escola e APM, reuniões de pais e reuniões pedagógicas.
2. Elaborar projetos de ação imediata para um trabalho direcionado a problemas que exijam ações mais diretas e soluções a curto e médio prazo.
3. Não perder de vista a função de desenvolver a competência leitora e escritora numa visão ampla e definida para cada ciclo, tendo em vista a necessidade de instrumentalizar o aluno com código de comunicação verbal e oral que lhe permita atuar com segurança nos diferentes espaços sociais.

PROPOSTAS PARA 2017

1. Tendo como base os diagnósticos e sondagens realizadas ao início do ano letivo e atendendo as propostas dos referenciais de SME, organizar e preparar material didático-pedagógico que possa atender às necessidades dos educandos.
2. Organizar ações didático-pedagógicas que possam contribuir para o desenvolvimento dos ciclos e suas especificidades:

Ciclo de Alfabetização:

O ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental), consubstancia-se na aprendizagem das crianças de 6 a 8 anos. A meta é alfabetizá-las considerando suas potencialidades, seus diferentes modos de aprender e seus diversos ritmos como processos intersubjetivos sócio históricos e culturais. Constitui-se como um período de inúmeras possibilidades para que toda criança em processo de alfabetização possa construir conhecimentos diversificados e multifacetados de forma contínua e progressiva ao longo dos três anos.

Plano do Ciclo:

Enfatizar a construção de conhecimentos, valores e habilidades para a leitura, escrita e oralidade que se articula com o processo contínuo de letramento e solução de problemas matemáticos e múltiplas linguagens para aprender, interpretar, participar, conhecer e expressar-se no mundo, articulando com a interação das áreas de conhecimento que compõem a base comum, sem hierarquizá-las. Tendo como objetivo garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do ciclo, no máximo, os oito (oito) anos de idade.

Ciclo Interdisciplinar:

O ciclo referente aos 4º, 5º e 6º anos do Ensino Fundamental, denominado Ciclo Interdisciplinar, dará continuidade ao processo de alfabetização/letramento, de modo a ampliar a autonomia nas atividades de leitura, de escrita e as habilidades relacionadas à resolução de problemas. Além da Arte, da Educação Física, do estudo da Língua Estrangeira, das Ciências Humanas e da Natureza, que estarão presentes com professores especialistas como forma de contribuir no desenvolvimento dos estudantes para o exercício da cidadania.

As atividades próprias do Ciclo Interdisciplinar podem estar ligadas a projetos, como a seguir:

Projeto Eu, escritor (5ºs anos)

Esse projeto envolve a sala de informática e a sala de leitura. Ele tem como objetivo reafirmar a importância da construção da identidade do indivíduo como se único inserido num contexto coletivo, para que ele encontre significado nas atividades que envolvam a leitura e a escrita na construção do seu conhecimento pessoal.

O projeto será dividido em 3 partes: Eu, Minha família e Meu lugar. Na sala de leitura serão trabalhados textos que trazem essas temáticas e que exemplificam os gêneros literários que precisam aparecer no 5º ano. Na sala de informática os alunos irão digitar os textos produzidos e preparar um livro com esses textos utilizando as várias ferramentas digitais disponíveis para pesquisa, ilustração etc. Na sala de aula acontecerá a produção de textos que já fazem parte da rotina durante as aulas, textos que farão parte do livro.

Alimentação, Corpo e Saúde (5ºs anos)

A obesidade e o excesso de peso têm crescido no Brasil. Segundo levantamento do Ministério da Saúde realizado anualmente sobre hábitos alimentares e estilos de vida, o excesso de peso atinge 50,8% da população, sendo 17,5% de obesos. Um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que, nos últimos 30 anos, triplicou o número de crianças com idade entre 5 e 9 anos acima do peso recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Hoje, 33,5% pesam mais do que deveriam. Pelo menos 14% delas já são consideradas obesas.

Desta forma, o espaço escolar tornar-se um ambiente relevante para mudanças de hábitos alimentares, pois exerce uma grande influência sobre as crianças e os adolescentes, contribuindo enormemente para a formação de seus valores, na construção do conhecimento, estimulando-o a assumir atitudes mais saudáveis para viver hoje e no futuro. Dentro deste prisma, é importante criar situações de ensino e aprendizagem onde os alunos possam ser instigados à reflexão sobre os hábitos alimentares e a importância destes para uma melhor qualidade de vida.

Objetivos Gerais

Ampliar o universo de conhecimento e respeito dos hábitos saudáveis;

Reconhecer a necessidade de manter bons hábitos alimentares;

Compreender a necessidade da higiene na manipulação dos alimentos e relacionar esse hábito com boa saúde;

Reconhecer a influência cultural nos hábitos alimentares;

Definir uma alimentação saudável, como sendo aquela balanceada e diversificada;

Criar a possibilidade de os alunos perceberem a necessidade de diversos nutrientes para o bom desenvolvimento do organismo;

Reconhecer os distúrbios alimentares como sendo consequência de mal hábitos alimentares.

Metodologia

O projeto será desenvolvido com os alunos dos 5ª anos, nas aulas compartilhadas do programa Mais Educação, durante todo o ano letivo. Os temas serão trabalhados em aulas projetos articulando-se com as demais disciplinas desenvolvidas com a professora titular da turma e especialistas.

A cada novo tema, será apresentado o plano de aula para a professora titular e especialista com o objetivo de discutirmos a viabilidade das aulas, bem como, a participação destes no projeto.

Ciclo Autoral:

O ciclo Autoral abrange do 7º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Esse ciclo se caracteriza pela construção de conhecimento a partir de projetos curriculares comprometidos com a intervenção social e se concretiza com o Trabalho Colaborativo de Autoria (T.C.A.), elaborado pelo aluno e acompanhado sistematicamente pelo professor orientador de projeto. Alunos e professores se engajarão no processo de elaboração do T.C.A. desde o 7º ano, processo que será concluído no 9º ano.

Plano do Ciclo:

Trabalhar com a leitura, escrita e solução de problemas matemáticos, com pesquisa em todas as áreas do conhecimento, estimulando os alunos à autoria, compartilhamento e à emancipação para sua participação social e cidadã, próprias de sua idade e desenvolvimento. Será dada ênfase às metodologias curriculares que proporcionam acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação, suas linguagens e às redes mundiais de conhecimento. Articulando seus nove anos de trabalhos com projetos interdisciplinares, ao final do Ciclo Autoral produzirão Trabalho de Conclusão de Autoral – TCA consolidando e explicitando sua condição de autor. O TCA terá compromisso de intervenção social e caráter interdisciplinar.

3. Acompanhamento do processo ensino-aprendizagem: Serão feitos diários e continuamente registros no Sistema de Gestão Pedagógica para orientação ao aluno, pais, professores, coordenação e direção. Na Educação de Jovens e Adultos serão feitos através do diário de classe e fichas de acompanhamento das aprendizagens.

4. Frequência do aluno:

Os pais serão comunicados bimestralmente das faltas do aluno nas reuniões e quando necessário através de convocações e, não havendo providências serão encaminhados ao conselho tutelar. Após todas as tentativas, não havendo retorno os casos serão direcionados à Vara da Infância e Juventude.

5. Projetos:

5.1- Projeto Aniversário

O objetivo maior consiste em valorizar a vida com comemorações trimestrais. Cada trimestre deverá ter como fundo de cena um tema que terá seu desfecho no dia da comemoração. Neste dia são organizadas atividades diferenciadas (gincanas, oficinas, saraus, brincadeiras, lanche comunitário, confecção de lembrancinhas, apresentação de peças, painel e slides com fotos dos aniversariantes, entre outras atividades pensadas de acordo com o tema do trimestre)

5.2- Projeto Valorização do Educador e Melhoria da Qualidade de Ensino (PROVE)

O “PROVE” nasceu com a intenção de proporcionar formação continuada a professores e professoras para uma atuação mais segura e competente com seus

alunos e alunas no processo ensino e aprendizagem e, ao mesmo tempo, responder as suas necessidades de formação permanente. Além disso, no processo, através das possibilidades de reflexão e análise da prática, poder converter-se em centro fomentador dos desejos e sonhos de educadores e educadoras sujeitos, que optaram pela educação como projeto de vida e trabalho.

Este projeto que começou a ser gestado em 1997 informalmente por Coordenadores e diretores de duas escolas municipais de São Paulo, teve sua participação ampliada, chegando a participação de onze escolas, sendo que no momento somos cinco escolas participantes.

O projeto tem se caracterizado pela oferta de cursos de livre escolha dos professores, com encontros mensais de 3 horas, totalizando 7 encontros anuais e a finalização do projeto no ano com a realização de um Seminário, inclusive com a produção de materiais (Revista e Livros).

Em 2017 serão:

O trabalho com projetos didáticos em Língua Portuguesa;

O guerreiro invisível: morando no brincar dos contos do tempo;

Introdução à astronomia para o ensino fundamental;

Tecnologias na Aprendizagem;

Cognição, tecnologias e aprendizagens;

Ideologias totalizantes e controle social no cinema no século XX;

Justiça Restaurativa: elaboração do conflito, alfabetização emocional, comunicação assertiva e não violenta;

Alfabetização Matemática;

A importância da escrita: necessidade social e manifestação artística;

Gênero e Sexualidades na escola: um caminho a ser trilhado;

Metodologia do Ensino: as práticas de registro como elemento disparador do aprender com significado;

O ato curioso e a presença das perguntas no processo de aprendizagem.

5.3- PEA – Projeto Especial de Ação

Tema: Desenvolvendo a autonomia para a aprendizagem

Justificativa:

Em 2016 baseamos nossos estudos nas concepções de Currículo e seu processo de construção ao longo da história, constatando que o mesmo traz uma perspectiva eurocêntrica e a partir dessa constatação buscamos o caminho da desconstrução desse currículo sob a perspectiva da descolonização, no entanto, percebemos ao longo do percurso que para pensarmos sob essa ótica há a necessidade de revermos vários conceitos para de fato alcançarmos uma educação com qualidade social e não só transmitirmos conteúdos. Para tanto, precisamos refletir que Currículo é muito mais do que pensar sobre o que ensinar, perpassa pelo entendimento do que o mesmo faz com as pessoas, contemplando assim a perspectiva da construção/elaboração das aprendizagens dos estudantes e dos educadores considerando que ser humano se deseja formar, em um país marcado pela desigualdade, violência, discriminação e injustiças históricas.

A construção do Currículo sob a perspectiva crítica, democrática e emancipatória, por sua vez, deve ocupar todo o planejamento escolar, portanto, trazem desafios de aprimorar os mecanismos de caracterização da comunidade escolar, as práticas pedagógicas diárias, a avaliação para aprendizagem e seus instrumentos.

Diante do exposto, acreditamos que se faz necessário à continuidade de algumas ações, como aprimorar e intensificar os estudos sobre as práticas pedagógicas diárias, a avaliação para aprendizagem e seus instrumentos, as diferentes abordagens metodológicas, envolvendo temáticas que possam subsidiar as diferentes etapas de aprendizagem que abrangem os ciclos de alfabetização, interdisciplinar, autoral e EJA, possibilitando maior autonomia dos educandos na construção da sua aprendizagem.

Objetivos:

Repensar e reformular o papel do educador na construção coletiva do Projeto

Político Pedagógico da escola;

Construir um currículo sob a perspectiva crítica, democrática e emancipatória;

Compreender a formação como recurso para subsidiar a prática pedagógica, a fim de criar uma abordagem interdisciplinar;

Trabalhar articuladamente as diferentes áreas do currículo;

Construir uma prática sob a perspectiva de Avaliação para a Aprendizagem;

Utilizar a pesquisa como recurso para aprofundar o conhecimento. Aprofundar os estudos nos programas da Secretaria Municipal de Educação.

Refletir sobre o processo de construção da escrita e da matemática e quais as possibilidades de intervenções.

Construir grupos de reflexão para analisar o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

Articular a Informática Educativa, Sala de Leitura, ações de Recuperação Paralela e de

S.A.A.I. e demais projetos da U.E. com a prática de sala de aula.

Refletir sobre a necessidade do registro da rotina dos educadores, na perspectiva, de que o pensar registrado promove a memória e a relação da história do sujeito com seu grupo, bem como a, emancipação do educador em detrimento de um mero copiador de teorias de outros.

5.4 Projeto CAROLIMPÍADAS (desenvolvido apenas nos anos em que ocorrem Olimpíadas)

JUSTIFICATIVA:

Um número crescente de educadores tem refletido sobre como cumprir o importante papel de desenvolver o comprometimento dos educandos com o cuidado do ambiente escolar envolvendo cuidados com o espaço externo e interno da sala de aula ou da escola e das relações humanas que introduzem respeito e carinho consigo mesmo, com o outro e com o mundo. A reflexão sobre o ambiente que nos cerca e o repensar de responsabilidades e atitudes de cada um de nós, gera processos educativos ricos, contextualizados e significativos para cada um dos grupos envolvidos. Neste contexto, acreditamos que um projeto que envolva jogos coletivos e individuais, promovendo momentos de aprendizagem que integram conduta comportamental e conhecimentos intelectuais, possibilita vivências que resgatam valores e podem abordar diferentes conteúdos curriculares de forma significativa e contextualizada.

OBJETIVOS

Ensinar e desenvolver nos alunos o espírito solidário, de união, o desprendimento e integração na comunidade escolar;

Promover a formação integral do aluno, por meio de atividades desportivas, incentivando a tornar-se parte do cotidiano do educando, promovendo a qualidade de vida, através da competição sadia e educativa;

Incentivar respeito às regras, árbitros e adversários;

Desenvolver conhecimentos culturais sobre os temas.

Estimular os alunos a construir seu próprio conhecimento no contexto multidisciplinar;

Contextualizar os conteúdos aos acontecimentos recentes;

Preservar e contribuir com um ambiente mais saudável e limpo;

Estimular o protagonismo infanto-juvenil.

5.5– PROJETO CONTA E FAZ DE CONTA

Este projeto acontece todos os anos na escola, com exceção do ano em que acontecem as [REDACTED] e a cada ano com um tema diferente, já tivemos contos de fadas, contos árabes, contos africanos e contos indígenas. Para 2017 estamos conversando sobre as possibilidades e temas.

Objetivos:

- Proporcionar aos alunos vivenciar a dicotomia entre fantasia e realidade;
- Potencializar a exploração de significados que os contos trazem;
- Valorizar a cultura presente no nosso dia a dia;
- Permitir aos alunos o estabelecimento de relações interdisciplinares através dos contos;
- Estimular a imaginação, a inventividade e a leitura prazerosa;
- Favorecer a iniciativa, a cooperação, a espontaneidade, o diálogo e a solidariedade no ensinar e aprender;
- Iniciar uma discussão sobre questões de cultura.
- Contribuir para mudança de perspectiva do próprio conceito de escola.

6 - Projetos que compõem o Mais Educação SP:

6.1 Apoio Pedagógico Complementar (Língua Portuguesa).

Será desenvolvido pela Professora de Recuperação Paralela, [REDACTED] Diniz, para atender alunos dos 3ºs aos 9ºs anos com dificuldades de aprendizagem com os seguintes objetivos:

Resgatar a autoestima do grupo envolvido dando significado aos conhecimentos trazidos, respeitando a diversidade para que possam construir novos saberes;

- Contribuir para aprimoramento do desempenho escolar;
- Desenvolver a criatividade, autonomia e a imaginação;
- Compreender o sistema de escrita alfabética;
- Possibilitar ao educando que seja sujeito da própria aprendizagem
- Estimular o hábito e o gosto pela leitura;
- Possibilitar o acesso dos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania;
- Desenvolver uma linguagem cada vez mais autônoma com o uso das diferentes linguagens, buscando atender às diferentes intenções e situações de comunicação;

6.2- Apoio Pedagógico Complementar (Matemática).

Será desenvolvido para atender os alunos com dificuldades de aprendizagem com os seguintes objetivos:

- Resgatar a autoestima do grupo envolvido dando significado aos conhecimentos trazidos, respeitando a diversidade para que possam construir novos saberes;
- Contribuir para aprimoramento do desempenho escolar;
- Desenvolver a criatividade, autonomia e a imaginação;
- Resgatar conceitos básicos para o processo de construção e desenvolvimento de habilidades matemáticas;
- Identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e transformar o mundo à sua volta;
- Desenvolver o raciocínio lógico matemático para a resolução de situações problema.

6.3- Projeto “Monitoria de Sala de Leitura”

Projeto a ser realizado pela [REDACTED] alunos dos 6ºs, 7ºs e 9ºs anos, divididos em duas turmas, de acordo com interesse dos mesmos.

Objetivos:

Aumentar o interesse pela leitura de textos de diferentes gêneros textuais;

Desenvolver o hábito da leitura significativa ou interagir de forma mais prazerosa com os textos;

Promover o crescimento cognitivo;

Proporcionar atividades diferenciadas e motivadoras;

Estimular a expressão oral, produção textual e arte gráfica;

Desenvolver a capacidade argumentativa e crítica do aluno e sua capacidade de comunicação; Promover a interação dos alunos dos dois ciclos escolares;

Despertar e estimular o respeito pelo acervo da Sala de Leitura. Oferecer, com o próprio processo da monitoria, a possibilidade de o aluno-monitor enriquecer o seu currículo.

6.4- Projeto “Robótica”

Projeto a ser realizado pelo professor [REDACTED], com alunos dos 5ºs anos, preferencialmente os alunos envolvidos na Recuperação Paralela, a fim de ser mais um estímulo desses alunos que apresentam dificuldades em seu processo de ensino e aprendizagem.

Este projeto consiste em inserir os conceitos de robótica na escola [REDACTED] a por meio do kit de robótica recebido do programa de Robótica Educacional da Secretária Municipal da Educação (SME). Em relação à introdução dos conceitos de robótica o objetivo é preparar os estudantes para montar mecanismos robotizados simples baseados na utilização de "kits de montagem", possibilitando o desenvolvimento de habilidades em montagem e programação de robôs. Proporciona um ambiente de aprendizagem lúdico e criativo em contato com o mundo tecnológico, colocando em prática conceitos teóricos a partir de uma situação interativa, interdisciplinar e integrada.

Objetivos:

Utilizar a criação de jogos e a robótica como instrumento de ensino e aprendizagem..

Elaborar construções robóticas, de maneira a realizar um experimento.

Levantar hipóteses, testá-las e avaliar os resultados.

Promover o estudo de conceitos multidisciplinares - em ciências, física, geografia, matemática, etc.

Estimular a criatividade e a capacidade de resolução de problemas.

Reconhecer a importância do trabalho em equipe.

Estimular o protagonismo e a autonomia dos alunos nas produções desenvolvidas durante o projeto.

Aguçar o desejo pela pesquisa e estimular a criatividade.

Criar jogos educativos no PowerPoint Microsoft.

Expor as produções no ambiente escolar.

6.5- Projeto “Apoio Pedagógico de Ciências”

Projeto realizado pela professora [REDACTED] com alunos dos 7ºs e 8ºs anos do Ciclo III, de acordo com interesse dos mesmos.

Objetivos:

Reconhecer o conhecimento científico como um processo histórico, com influências das ideias existentes na época em que foi produzido;

- Propiciar a autonomia dos estudantes na realização de pesquisas;
- Proporcionar um ambiente facilitador para que se concretize a inclusão científica;
- Desenvolver a criticidade;
- Reconhecer os fenômenos científicos em seu cotidiano;
- Atuar de forma ativa na realização de Feiras e Projetos Científicos;
- Tornar-se multiplicadores dos conhecimentos científicos;
- Oportunizar a curiosidade e o interesse sobre ciências;
- Oferecer momentos de incentivo à escrita e a leitura;
- Realizar debates facilitando o poder argumentativo;

6.6- Projeto “Dança Rítmica e Expressiva”

Projeto realizado pela Professora Lilian Cristina de Lima com os alunos dos 8ºs anos, de acordo com o interesse dos mesmos.

Objetivo:

A dança, enquanto um processo educacional, não se resume simplesmente na aquisição de habilidades, mas sim, poderá contribuir para o aprimoramento das habilidades básicas, dos padrões fundamentais do movimento, no desenvolvimento das potencialidades humanas e sua relação com os outros e ao mundo. Este projeto nasceu junto com a vontade de mostrar que a dança traz consigo uma gama infinita de conhecimento sobre o corpo e sobre si mesmo, trazendo a socialização entre os participantes, melhora no comportamento nas demais atividades pela disciplina contida na dança, a dedicação imposta na modalidade além dos infinitos benefícios motores e cognitivos.

Este projeto não tem como finalidade a formação de bailarinos (a) profissionais e sim que os participantes possam vivenciar e criar elos com a dança e com a escola.

A dança, o ritmo e a música possuem uma gama infinita de possibilidades podendo assim fazer com que eles conheçam varias formas não só de movimentos, mas de habilidades trabalho sensório motor, o conhecimento mais abrangente sobre outras culturas, o aprendizado matemático, pois a dança é matemática pura, além de todas as disciplinas que estão arraigadas a dança sem que se perceba.

6.7 - Projeto “Imprensa Jovem”

Projeto realizado pela professora [REDACTED], com alunos dos 7ºs e 8ºs anos, de acordo com interesse dos mesmos.

Objetivos gerais:

A Imprensa Jovem é um projeto que Possui como objetivo geral a ampliação dos canais de comunicação entre a escola e a comunidade, trabalhando e desenvolvendo com os estudantes, de maneira autônoma e colaborativa, suas habilidades críticas e criativas.

Objetivos específicos:

Promover através desse projeto, não só o diálogo entre educação e comunicação livre e democrática, mas cada vez mais que os estudantes se percebam como protagonistas no ambiente escolar, ampliando assim gradativamente a sua realidade, desenvolvendo a construção de identidade, consciência e noções de cidadania.

6.8– Projeto “Produção Áudio Visual na Escola”

Projeto criado pela professora [REDACTED] com alunos dos 5ºs anos do Ciclo Interdisciplinar, de acordo com o interesse dos mesmos.

As mídias audiovisuais (fotografias, vídeos, desenhos, gráficos, informativos digitais etc.) fazem parte do cotidiano das pessoas, elas também dividem com a escola o papel de informar e formar cidadãos conscientes sobre o local e o global.

Objetivo Geral:

- Promover o protagonismo infanto-juvenil, e propiciar um ambiente de aprendizagem colaborativa, envolvendo o monitor nas atividades como corresponsável e também promover uma postura ética nesse aluno frente aos compromissos e aos envolvidos no projeto.

Objetivos Específicos:

- Ampliar a capacidade de leitura e escrita dos alunos;
- Desenvolver procedimentos de revisão de texto e ampliar os conhecimentos sobre a

língua escrita;

- Desenvolver no aluno uma análise crítica sobre o que lê;
- Estimular a leitura e demonstrar opinião;
- Desenvolver textos coerentes;
- Trabalho colaborativo em equipe;
- Conhecer a estrutura do jornal e identificar a divisão dos textos por editoriais, segundo o assunto abordado;
- Motivar o aluno a pesquisar e conhecer sua comunidade;
- Ensinar o aluno a selecionar os fatos, organizando-os, analisando-os, criticando-os;
- Utilizar-se da comunicação midiática como instrumento tecnológico e inovador para dirigir a socialização em grupo e melhorar as relações de convivência entre alunos/alunos e alunos/comunidade escolar;
- Registrar atividades e produção de reportagens em vídeos, fotografias e em postagens no blog da escola e site da SMESP;

- Exercitar a produção e troca de mensagens entre os alunos no meio virtual;
- Potencializar a colaboração e o intercâmbio de ideias entre os alunos;
- Conhecer e explorar os recursos das ferramentas de blogs;
- Desenvolver práticas de leitura e escrita que contribuam na produção de textos e compreensão do que se lê;
- Aprender a criar blogs e ser produtor de conteúdo na internet;
- Estimular a habilidade de comunicação oral;

6.9– Projeto “Animação na Escola”

Projeto criado pela professora [REDACTED], com alunos dos 4ºs e 5ºs anos do Ciclo Interdisciplinar, de acordo com o interesse dos mesmos.

Objetivo Geral:

A oficina propicia aos participantes vivenciar todas as etapas de uma produção de um vídeo de animação stop motion (quadro a quadro), desde a criação do roteiro, storyboard, confecção de personagens com massa de modelar, confecção de cenários até captação de imagem e edição.

Objetivos Específicos:

Abranger as possibilidades de se trabalhar diversos assuntos e conteúdos dentro de uma dinâmica lúdica, tendo as linguagens artísticas como a literatura, as artes visuais, a música e a mídia, como norteadoras no processo de criação de animações;

Instigar e desenvolver a curiosidade, buscando a construção de um roteiro com objetivos bem traçados de uma história a seguir.

Estabelecer relações entre processos tecnológicos artesanais, como confecção de bonecos, cenários com recursos tecnológicos como máquina fotográfica digital e o software de edição.

Tratar sobre a história do cinema através de um breve contexto e a influência do Stop Motion em suas técnicas principais, que podemos encontrar em diversos sucessos do mundo do cinema, como em filmes animados (Walt Disney) e até efeitos especiais, feitos em filmes antigos, como o King Kong;

Criação, elaboração e reconto de histórias infantis e infanto juvenil da literatura brasileira e estrangeira;

Ampliar o repertório linguístico, oral e de escrita;

Utilizar o computador, a máquina digital fotográfica como filmadora, baixar vídeos na internet, editar textos, imagens e inserir sons;

6.10 – Projeto “Protagonismo Jovem e o Território”

Projeto criado pela professora [REDACTED] com alunos dos 7ºs e 8ºs anos do Ciclo Autoral, de acordo com o interesse dos mesmos.

Objetivos

Possibilitar, aos estudantes, uma leitura crítica, política e atuante dentro do próprio território;

Refletir sobre o conceito de território;

Refletir sobre os territórios presentes na escola - o pedagógico; infra- estrutura; gestacional; grêmio, etc);

Refletir sobre o lugar em que estamos - bairro, periferia, cidade;

Possibilitar uma leitura crítica, política e atuante dos estudantes dentro do próprio território;

Reconhecer as possibilidades que o território escolar e o entorno oferecem para a juventude

Reconhecer a juventude e suas possibilidades de atuação no território escolar e no entorno.

A escola também participa do MAIS EDUCAÇÃO FEDERAL.

ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - LEI FEDERAL Nº 9.394 – Artigo 34									
	Alfabetização			Interdisciplinar			Autorial		
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
Sala de Leitura	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Laboratório de Informática Educativa	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAL	2	2	2	2	2	2	2	2	2

DOCÊNCIA COMPARTILHADA – DECRETO Nº 54.452/13									
	Alfabetização			Interdisciplinar			Autorial		
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
Projetos	-	-	-	1	2	12*	-	-	-
Língua Inglesa	2	2	2	2	2	-	-	-	-
TOTAL	2	2	2	3	4	12	-	-	-
*Nº de aulas variável de acordo com o nº de turmas (inciso II do art. 8º da Portaria nº 5.930/13)									

- 28 horas-aula X 40 semanas = 1.120 horas-aula
- 1.120 horas-aula X 45 minutos = 50.400 minutos
- 50.400 minutos + 6.000 minutos (recreio e atividades orientadas) = 56.400 minutos
- 02 horas-aula (enriquecimento curricular) X 40 semanas = 80 horas-aula
- 80 horas-aula X 45 minutos = 3.600 minutos
- 3.600 minutos + 56.400 minutos = 60.000 minutos ou 1.000 horas

Encontra-se anexo.

5 – RECURSOS HUMANOS

[illegible]

- 1- Garantir o aumento da participação ativa e efetiva da comunidade na Associação de Pais e Mestres, no Conselho de Escola, , nas reuniões de pais, festas e eventos, aproximando-os de forma significativa junto a Unidade Escolar;
- 2- Respalidar, assessorar e acompanhar a formação pedagógica dos educadores visando a capacitação, participação e integração de todos junto ao trabalho desenvolvido na U.E.;
- 3- Providenciar os recursos materiais para atuação dos Coordenadores Pedagógicos, educadores e demais funcionários;
- 4- Assegurar o aprofundamento nas questões da leitura e escrita em todas as áreas, com recursos pedagógicos, físicos e materiais;
- 5- Garantir a realização da educação inclusiva buscando adequação do espaço físico, material e pedagógico e qualquer outro que se faça necessário;
- 6- Respalidar e garantir a realização dos eventos direcionados para a comunidade escolar.
- 7- Assegurar e garantir a realização dos Projetos: Valorização do Educador, Aniversário, Recuperação Paralela e de SME.

2 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Além das atribuições descritas no Regimento Comum das Escolas Municipais, temos como objetivos:

Acompanhamento dos horários coletivos, para articulação do Projeto Pedagógico, dos Projetos que compõem o Mais Educação São Paulo e Federal e os demais projetos que surgirem.

Acompanhamento e articulação dos Projetos: Valorização do Educador; Aniversário e de S.M.E.

Acompanhamento e articulação pedagógica com as Salas: Informática, Leitura, Apoio Pedagógico e de Atendimento Educacional Especializado;

Conselhos de classe;

Acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem diariamente;

Otimização das Reuniões Pedagógicas previstas para o ano letivo;

Organização de Reuniões de Pais com caráter de formação;

Organização dos eventos para comunidade;

Acompanhamento e orientação ao Sistema de Gestão Pedagógica.

3 – PROFESSOR ORIENTADOR DE SALA DE LEITURA

São atribuições do professor orientador de sala de leitura – POSL(de acordo com a Portaria nº 7.655 de 17/12/2015):

- I - trabalhar a literatura como eixo articulador do seu trabalho em diálogo com outras manifestações artísticas;
- II - desencadear ações estratégicas de leitura nos diferentes espaços e/ou equipamentos culturais do entorno, como: CEUs, parques, bibliotecas, centros culturais, casas de cultura, coletivos independentes produtores de cultura, a fim de, propiciar as possíveis leituras do território e da cidade.
- III - participar da elaboração do projeto político-pedagógico da unidade Educacional e da construção do currículo numa perspectiva integradora;
- IV - articular, em conjunto com o Poie, do planejamento e desenvolvimento do trabalho na área de integração, envolvendo os demais professores da unidade;
- V - socializar, junto aos seus pares, nos horários coletivos, as propostas da formação continuada oferecidas pelas equipes das Diretorias Regionais de Educação - DREs e da Diretoria de Orientação Técnica DOT/SME.
- VI - assegurar a organização necessária ao funcionamento das salas de leitura de modo a favorecer a construção criativa do espaço, no sentido de adequar as diferentes atividades a serem desenvolvidas;
- VII - conhecer, divulgar e disponibilizar o acervo de modo a favorecer a bibliodiversidade;
- VIII - elaborar horário de atendimento aos educandos, em conjunto com a Equipe Gestora, de modo a favorecer e otimizar o acesso aos livros para toda a comunidade escolar.

4 – PROFESSOR ORIENTADOR DE INFORMÁTICA EDUCATIVA

São atribuições do professor orientador de informática educativa - Poie: (de acordo com a Portaria nº 7.656 de 17/12/2015):

- I - Participar da elaboração do projeto político-pedagógico da unidade educacional, da construção do currículo e de todas as atividades previstas no calendário de atividades;
- II - Assegurar a organização necessária ao funcionamento do laboratório de informática educativa, favorecendo:
 - a) a organização do espaço físico, no sentido de adequar as diferentes atividades a serem desenvolvidas;
 - b) a elaboração do horário de atendimento aos educandos, em conjunto com a equipe gestora;
 - c) o registro e encaminhamento à equipe gestora, dos problemas observados em relação ao uso e estado de conservação dos equipamentos;

d) a solicitação e acompanhamento de atendimento de suporte técnico, relativos aos equipamentos.

III - Construir instrumentos de registro que possibilitem o diagnóstico, acompanhamento e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem;

IV - Organizar e desenvolver, em conjunto com a equipe gestora, propostas de trabalho que promovam o intercâmbio entre os educadores de diferentes turnos da Unidade Educacional;

V - Participar e socializar junto aos seus pares, nos horários coletivos, os conteúdos de formação continuada, programas e projetos que envolvam o uso de tecnologias, oferecidos pelas Diretorias Regionais de Educação – DRE e Diretoria de Orientação Técnica DOT/SME;

VI - Articular, em conjunto com o professor orientador de sala de leitura – POSL, o planejamento e desenvolvimento dos trabalhos na área de integração, envolvendo os professores da unidade e organizando ações conjuntas que estejam em consonância com as especificidades de cada ciclo e com o projeto político-pedagógico da unidade educacional.

5 – PROFESSOR DE RECUPERAÇÃO PARALELA

São atribuições do professor de Recuperação Paralela (de acordo com a Portaria nº 1.084 de 01/02/2014):

I – auxiliar no diagnóstico das aprendizagens dos educandos utilizando informações de instrumentos de avaliação específicos para este mapeamento e/ou das avaliações do acompanhamento das aprendizagens;

II - colaborar, no âmbito de sua atuação, com a elaboração do Plano de Trabalho do “Projeto de Apoio Pedagógico Complementar – Recuperação Paralela” da unidade educacional;

III – colaborar na organização de agrupamentos de educandos considerando o diagnóstico realizado;

IV - elaborar plano de trabalho para o atendimento às turmas de recuperação paralela atendendo às necessidades de aprendizagem dos educandos;

V - elaborar plano de acompanhamento do processo de aprendizagem dos educandos, prevendo instrumentos de avaliação e registros para cada uma das etapas da Recuperação Paralela;

VI - desenvolver atividades adequadas às necessidades de aprendizagem dos educandos, propiciando-lhes a superação das dificuldades constatadas;

VII - avaliar continuamente o desempenho dos educandos;

VIII – registrar, em livro próprio, o aproveitamento dos educandos, bem como a sequência dos conteúdos trabalhados, os resultados obtidos, os avanços alcançados e as condições que ainda se fizerem necessárias para o prosseguimento de estudos bem como manter atualizados os registros de frequência e comunicar à equipe gestora sobre ausências consecutivas;

IX - planejar momentos para fornecer devolutivas aos educandos sobre o seu desempenho;

X - ajustar bimestralmente os planos de trabalho e de acompanhamento para atendimento das necessidades de aprendizagens dos educandos;

XI - participar dos encontros de formação continuada promovidos pela própria unidade educacional, Diretoria Regional de Educação e/ou DOT/SME;

XII – participar do estudo, análise e elaboração das propostas para a intervenção pedagógica necessária, em conjunto com o coordenador pedagógico da unidade e com o coletivo de professores;

6- PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

São atribuições do Professor de Atendimento Educacional Especializado – PAEE (de acordo com a Portaria 8764 de 23/12/2016):

I – identificar as barreiras que impedem a participação plena dos educandos e educandas público-alvo da Educação Especial, nos diferentes tempos e espaços educativos, bem como a necessidade de estratégias e recursos pedagógicos e de acessibilidade, considerando as especificidades deste público;

II – elaborar e executar, de forma articulada com os demais educadores da UE, o Plano de AEE dos educandos e educandas de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 18 desta Portaria;

III – acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na SRM, na classe comum e nos demais espaços educativos, por meio do trabalho articulado com professores, com os demais profissionais da UE e com os familiares e responsáveis;

IV– produzir materiais didáticos e pedagógicos, considerando as necessidades educacionais específicas dos educandos e educandas, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo;

V - orientar professores, demais educadores, familiares e responsáveis sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelos educandos e educandas;

VI – utilizar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos educandos e educandas, promovendo autonomia e participação;

VII - articular, acompanhar e orientar o trabalho dos professores em relação ao desenvolvimento, aprendizagem e a participação plena dos educandos e educandas nas atividades educacionais;

VIII – desenvolver atividades próprias do AEE, conforme art. 22 desta Portaria;

IX – manter atualizados os registros da SRM e o controle de frequência dos educandos e educandas que estão matriculados neste serviço, bem como os registros relativos ao acompanhamento do AEE colaborativo;

X – assegurar, em parceria com o Coordenador Pedagógico e CEFAI, quando os educandos ou educandas atendidos na SEM forem de outra Unidade Educacional, a articulação do trabalho e dos profissionais envolvidos;

XI – Elaborar a cada ano letivo, Plano de Trabalho para registro e acompanhamento da Equipe Escolar, CEFAI e Supervisão Escolar sobre: educandos e educandas atendidos, distribuição de sua jornada de trabalho, formas de atendimento, articulação com os professores da classe comum e demais educadores e outras ações relevantes;

XII – comparecer às ações de formação continuada oferecidas pela DIPED/CEFAI e pela DIEE/SME;

7 - PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO DE ESCOLA

O Conselho de Escola é de natureza deliberativa, cabendo-lhe estabelecer para o âmbito da escola diretrizes e critérios gerais relativos à sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, compatíveis com as orientações e diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação, expressas no Projeto Pedagógico da Escola, participando e se responsabilizando social e coletivamente pela implementação de suas deliberações.

As reuniões ordinárias serão no mínimo mensais e estão previstas no cronograma escolar e serão convocadas pelo presidente, ou no seu impedimento e do vice, pelo diretor de escola, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, com pautas claramente definidas nas convocações e com as devidas consultas aos pares de cada segmento que compõe o Conselho de Escola.

As reuniões extraordinárias acontecerão de acordo com as necessidades e serão convocadas pelo presidente, ou no seu impedimento e do vice, pelo diretor de escola, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, com pautas claramente definidas nas convocações e com as devidas consultas aos pares de cada segmento que compõe o Conselho de Escola.

7- PLANO DE AÇÃO DA APM - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES

Para 2014, conforme artigo 36, das Portarias SME números 2.809/06, 2.810/06, 2.811/06 e 3.058/07, a APM tem como proposta:

1. Levantamento das atividades e prioridades pelos diferentes segmentos das Unidades Educacionais.
2. Consolidação das atividades e prioridades levantadas pelos diferentes segmentos.
3. Evitar uso indevido dos recursos.
4. Prever e priorizar as despesas da Instituição.
5. Ampliar as possibilidades de arrecadação e aplicação dos recursos.
6. Possibilitar ampla participação

INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

1 – INFRAESTRUTURA FÍSICA:

“Há uma pedagogia indiscutível na materialidade do espaço”. (Freire, Paulo).

O planejamento e a reflexão sobre o espaço educativo é fundamental no processo de ensino e aprendizagem dos educandos, pois é nele onde são promovidas as interações entre os sujeitos e os objetos de conhecimento. Portanto o espaço escolar deve ser organizado de forma a favorecer o desenvolvimento do coletivo propiciando aprendizagem através da socialização e troca de experiências e saberes diverso.

Para de fato proporcionar uma escola pública como direito da população num ambiente acolhedor, alegre, justo e democrático, se faz necessário idealizar e trabalhar não para uma escola estática e burocrática e sim para uma escola humana e transformadora, ou seja, uma escola viva. Portanto, descrevemos a seguir o que consta em nossa Unidade Escolar até o presente momento:

Doze salas de aula equipadas com quadro branco e com a disposição das carteiras em U, esta disposição foi pensada coletivamente pelos professores a fim de que a disposição da sala de aula contribua para as relações democráticas e humanas. Sendo que duas dessas salas terão data show fixos, sendo a pretensão da Unidade colocar em todas;

Laboratório de informática com 20 computadores e data show e caixa de som;

Sala de leitura com data show e caixa de som;

Cozinha (terceirizada);

Refeitório para funcionários;

Refeitório para alunos, localizado no pátio interno, com mesas e cadeiras e com autosserviço (self):

- Objetivo Geral
 - Reestruturar o modelo alimentar da Escola.
- Objetivos Específicos
 - Subsidiar e exercitar o direito de escolha da criança no processo de formação para a cidadania.
 - Criar condições ao aluno para servir-se com autonomia no momento das refeições, incentivando a liberdade de escolha e criando hábitos alimentares mais saudáveis.
 - Garantir o direito do aluno servir-se com eficiência, evitando filas e ingerindo os alimentos na temperatura adequada.
 - Desenvolver a aceitação e a apreciação de variedade de alimentos oferecidos pelo cardápio.
 - Ampliar os momentos de sociabilização.
 - Evitar o desperdício, servindo somente o que irá consumir.
 - Estimular a escolha correta quanto à quantidade dos alimentos.

Secretaria;

Banheiros para funcionários e alunos, com adaptação para atendimento aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais;

Laboratório de Ciências: espaço adaptado com pia e balcão para realização de atividades extraclasse;

Quadra coberta;

Sala de Apoio Pedagógico: localizada no pátio externo da escola;

Sala de Atendimento Educacional Especializado: sala adaptada, no final de um dos corredores da escola, no entanto, só conseguimos abrir a antiga SAAI na unidade se tivéssemos esse espaço e como era uma necessidade de extrema urgência em nossa

Unidade Escolar, por seus inúmeros atendimentos aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais é que adaptamos esse espaço, no entanto, temos a convicção de que não é o espaço mais adequado de atendimento, por se tratar de um espaço muito pequeno, o que dificulta inclusive a mobilidade dos alunos cadeirantes. Em 2015 tivemos em nossa Unidade, a visita da Sra. Marianne Pinotti, secretária da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e a época foi possível compartilhar nossa preocupação com a inadequação do espaço, o que fez com que a mesma enviasse a Unidade um Arquiteto/Engenheiro para estudar possibilidades dentro do prédio escolar para a construção/reforma e ou adequação desse espaço, sendo que, foi notificado que temos uma sala situada na parte externa do prédio que hoje é utilizada para Educação Física e que poderia ser adaptada para o atendimento aos alunos, no entanto, a Unidade não dispõe de recursos financeiros para tal adequação, pois como se trata de uma sala externa, teria que ter adequação de piso, mobiliário e até mesmo uma passagem coberta para os alunos chegarem até essa sala, no entanto, o profissional que visitou a Unidade fez os estudos e transformou em processo nossa solicitação. O que aguardamos com ansiedade o retorno, tendo em vista a preocupação com um ambiente acolhedor e humano, conforme é previsto em nosso Projeto.

Salas de direção, coordenação pedagógica, professores e inspetores.

2 – RECURSOS MATERIAIS:

Mobiliários para salas de aula, 20 computadores (alunos), TV, vídeo, aparelhos de som, DVD, data-show, computadores administrativos, impressoras, equipamentos de cozinha e materiais pedagógicos básicos.

CORPO DISCENTE:

1 – CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

É uma comunidade carente, mas não é miserável, muitos residem em áreas do município que foram invadidas, portanto, não possuindo casa própria e passando pelos

mesmos problemas sociais e econômicos devido ao desemprego. Ainda há um pequeno número de pais analfabetos.

Reduziu sensivelmente o número de alunos migrantes do nordeste, o que temos é uma migração das pessoas de um bairro para outro devido à situação econômica e à violência.

A comunidade, em geral, é carente de espaços de lazer.

No entanto, consideramos a necessidade de uma nova coleta de dados para de fato termos uma caracterização mais precisa desta comunidade, tendo em vista que esses dados são bastante mutáveis, devido às questões de vulnerabilidade social que o país enfrenta.

2 - NÚMEROS DE ALUNOS POR TURNO/TURMA

Considerando o que determina a legislação vigente em relação ao número de alunos por sala, de acordo com o ano/ciclo, a capacidade em relação ao número de alunos no período da manhã é de 383 (trezentos e oitenta e três), tarde de 361 (trezentos e sessenta e um) e noite 303 (trezentos e três).

O número de alunos é definido em portaria específica, no entanto, há que se considerarem as especificidades das turmas e o atendimento de alunos com Necessidades Educacionais Especiais, considerando o processo educativo dos mesmos e as demais adequações curriculares necessárias para o desenvolvimento das suas potencialidades.

Portanto, caberá a Equipe Gestora, juntamente com a PAAE e os professores regentes uma avaliação pedagógica/estudo de caso para a solicitação de redução da capacidade das turmas que tiverem alunos com necessidades educacionais especiais, a fim de preservar não apenas o seu direito de estar na escola, mas também os seus direitos de aprendizagem, o trabalho com a diversidade e às necessidades específicas dos educandos e educandas, conforme o que prevê o Decreto 57.379 de 13/10/16 art. 4º parágrafo VIII - adequação do número de educandos e educandas por agrupamento, turma e etapa, se necessário, considerando o atendimento à demanda, a apresentação de justificativa pedagógica fundamentada no PPP e a avaliação dos profissionais da unidade educacional, da Supervisão Escolar e do CEFAI, com posterior autorização expressa do Diretor Regional de Educação.

3 – DIREITOS E DEVERES

As normas disciplinares foram discutidas e construídas por toda comunidade escolar e aprovadas pelo Conselho de Escola.

NORMAS DE CONVIVÊNCIA

1. Comparecer às aulas trajando uniforme fornecido pelos programas sociais da Prefeitura. O aluno que não possuir o uniforme deverá comparecer à escola vestido de maneira discreta, não se permitindo o uso de shorts, vestimentas com símbolos de times, mini blusa ou frente única.

2. É expressamente proibido fumar nas dependências da Unidade Escolar (Leis: Municipal nº 9294 de 15/07/1996 e Estadual nº 13.541 de 07/05/2009).
3. Todo aluno deverá comparecer à escola portando material escolar.
4. Não será permitido, durante as aulas, o uso de celular (Lei Federal nº 4.131/2008) ou outros objetos que não sejam considerados material escolar.
5. Todo aluno deverá respeitar os horários de entrada e saída, não sendo permitida a entrada fora do horário, salvo em situações especiais e esporádicas, após autorização da direção. O aluno do curso noturno deverá apresentar a carteirinha escolar na entrada.
6. Todas as faltas do aluno deverão ser justificadas com apresentação de atestado médico.
7. Não é permitida a presença de alunos no pátio ou qualquer outro local fora da sala de aula, durante o período de aula.
8. Toda e qualquer saída da sala de aula, somente será permitida com autorização do professor.
9. Toda saída do aluno, da escola, fora do horário normal somente será permitida pela direção, após informar os responsáveis e, no caso dos menores, acompanhados por um responsável.
10. Para que a nossa convivência seja agradável, é preciso que haja respeito por todas as partes envolvidas no processo educativo: pais, alunos, professores, direção e demais funcionários. Qualquer problema deverá ser resolvido através do diálogo entre as partes envolvidas.
11. Na falta do professor, o aluno terá aulas ministradas pelo professor do Módulo, ou desenvolverá atividades sob a supervisão do inspetor de alunos.
12. Não será permitida a presença de pessoas estranhas nas dependências da Unidade Escolar.
13. Os alunos deverão alimentar-se no pátio, somente no horário em que a refeição for servida.
14. Qualquer dano material causado pelo aluno ao prédio ou equipamentos da Unidade Escolar deverá ser reparado pelo próprio aluno ou seu responsável.

A não observância às normas acima acarretará os seguintes encaminhamentos:

1. Advertência/Orientação verbal;
2. Advertência escrita e/ou convocação do responsável;
3. Suspensão de até três dias, conforme Regimento Escolar;
4. Após as sanções acima, o aluno poderá ser encaminhado ao Conselho de Escola.

LEMBRAMOS AOS ALUNOS E SEUS RESPONSÁVEIS QUE, SE TODAS AS NORMAS FOREM RESPEITADAS PELOS ENVOLVIDOS, ISSO CONTRIBUIRÁ, E MUITO, PARA QUE ESTA UNIDADE TENHA UMA ESCOLA REALMENTE CIDADÃ.

B – ASPECTOS PEDAGÓGICOS

1- PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS E PRINCÍPIOS GERAIS

A EMEF “Professora Carolina Rennó Ribeiro de Oliveira” tem como foco central de seu Projeto Pedagógico a valorização da comunidade escolar e compreende que a escola é um direito do cidadão e deve ser formadora de sujeitos, visando a formação global da pessoa humana, para isto sentimos a necessidade de reforçar as ações no sentido de aprofundarmos nossos estudos nas questões do currículo sem perder o foco de que é de extrema importância garantir à comunidade escolar um ambiente cada vez mais acolhedor e uma escola comprometida com a qualidade de ensino de todos.

Dentro deste contexto desenvolveremos ações que busquem a participação de todos os segmentos na construção de uma escola feliz, comprometida, competente.

Sendo assim, dentre as ações que serão desenvolvidas na unidade escolar continuaremos empenhados no Projeto Valorização do Educador e Melhoria da Qualidade do Ensino, projeto este que engloba seis escolas da região, cujo objetivo é a formação continuada dos profissionais que atuam dentro das unidades que somado aos estudos do coletivo (JEIF) formam um elo organizador da formação do educador e conseqüentemente a valorização dos educandos.

2- FREQUÊNCIA DO ALUNO:

Os pais serão comunicados bimestralmente das faltas do aluno nas reuniões e, quando necessário através de convocações e, não havendo providências serão encaminhados ao Conselho Tutelar.

3- RECUPERAÇÃO

A escola oferecerá apoio pedagógico na seguinte conformidade:
Recuperação Contínua:

Aquela realizada pelo professor da classe, dentro do horário regular de aulas dos educandos, por meio de estratégias diferenciadas que os levem a superar suas dificuldades, sendo realizada no decorrer de todo o ano letivo, orientada, inclusive, pela prévia discussão entre os professores e a equipe gestora da unidade educacional, nos horários coletivos. Devendo propiciar ao educando os avanços na aprendizagem, por meio da retomada de

conhecimentos, do levantamento de dúvidas, da aplicação do conhecimento em situações problema, da socialização das respostas, da correção e da devolutiva dos resultados.

Os professores deverão incluir no seu plano de trabalho as atividades de recuperação contínua, considerando:

I – os direitos e as expectativas de aprendizagem pautadas nas diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e no projeto político-pedagógico da unidade educacional;

II - as intervenções pedagógicas necessárias à superação das dificuldades detectadas;

III - a utilização de materiais didáticos, dentro de uma abordagem metodológica adequada às necessidades desses educandos;

IV - o replanejamento das atividades com vistas à organização do tempo e espaço na sala de aula;

V - a participação do educando no processo de avaliação para a aprendizagem, garantindo-se momentos de análise e auto avaliação a partir dos direitos e das expectativas de aprendizagem;

VI - os registros como instrumentos que revelem e propiciem a análise e encaminhamento das ações desenvolvidas, do processo de desenvolvimento dos educandos, dos avanços, das dificuldades;

VII - a gestão da sala de aula, envolvendo a organização do tempo e dos espaços, a indicação dos recursos necessários ao desenvolvimento das atividades e a organização dos grupos de trabalho;

VIII – a necessidade de envolver as famílias nas ações voltadas para a melhoria das condições de aprendizagem dos educandos.

Recuperação Paralela:

Aquela realizada em horário diverso do da classe regular, oferecida aos alunos dos três ciclos de aprendizagem do ensino fundamental que ainda não atingiram o desenvolvimento cognitivo ou o domínio dos conceitos que garanta os direitos e expectativas de aprendizagem para o respectivo ano, observados os resultados obtidos nas avaliações do acompanhamento das aprendizagens.

As atividades de Recuperação Paralela dar-se-ão do início do período letivo ao último dia de efetivo trabalho escolar, mediante a apresentação de planos específicos e terão duração temporária para o educando com tempo suficiente para superação das dificuldades detectadas.

As famílias serão comunicadas da necessidade do filho frequentar e assinarão termo de compromisso se responsabilizando pela frequência e acompanhamento das atividades. Caso o educando não possa comparecer e excluindo todas as possibilidades de adequação de horários, o responsável assinará termo de desistência, descrevendo os motivos do impedimento.

4- CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Será feito diariamente através da participação, avaliações individuais e em grupo.

5- PLANO DE REPOSIÇÃO DE AULAS

As reposições de aulas acontecerão através de planos específicos, fora do período de aula das classes que necessitarem, visando resgatar conhecimentos e ou conteúdos não ministrados por falta de professores durante o decorrer do ano letivo.

6- PLANO DE COMPENSAÇÃO DE AUSÊNCIAS

A escola propiciará regime especial de estudos (exercícios e atividades pedagógicas domiciliares com acompanhamento) ao aluno que comprovar, por meio de atestado médico, ser portador de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos, distúrbios agudos que o impossibilite de frequentar a escola durante certo tempo, bem como o caso de aluna gestante, cabendo ao conjunto de professores propor os procedimentos a serem adotados para cada caso, submetendo-os previamente à apreciação do Conselho de Escola.

O aluno que ultrapassar os limites de faltas previstos na legislação vigente poderá recorrer através do responsável, se menor, a compensação de ausências comprovadamente justificadas. A compensação de ausências far-se-á fora do período de aula do aluno e nas dependências do prédio escolar, devendo o aluno ocupar-se de atividades orientadas pelo período correspondente às horas a serem repostas e deverá ser cumprida no decorrer do período letivo e, excepcionalmente, ao final do semestre letivo, quando a frequência às atividades escolares será descontada do total de horas correspondentes às faltas registradas, para apuração final de assiduidade.

APROVAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Somos concordantes com o Projeto Político Pedagógico desta Unidade Escolar por acreditarmos que com o desenvolvimento das propostas e objetivos nele registrados e, com o compromisso de todos os profissionais envolvidos, possamos melhorar o processo ensino-aprendizagem, oferecendo oportunidade a todos em desempenhar seu trabalho com melhor competência, melhorando a interação aluno/escola e comunidade e ao aluno uma escola de melhor qualidade.

ESCOLA CLARICE LISPECTOR

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO LIMPO**



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 2017

São Paulo

2017

I – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE EDUCACIONAL

Dados de Identificação:

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

Cidade: São Paulo – SP.

ANO: 2017

II - APRESENTAÇÃO

O projeto Político Pedagógico é a tradução dos anseios de toda a comunidade escolar, elaborado a partir de reuniões dos grupos colegiados por meio de leituras, discussões, trabalhos participativos, reflexões e questionamentos desses frequentadores. A cooperação de pais, de alunos, de professores e de funcionários para essa construção, traduz-se como a democratização de ideias, alicerce da nossa atuação. Esse processo foi muito importante, uma vez que esses diálogos acarretaram aprendizados coletivos com os quais pretendemos construir novas práticas em relação à escola que temos, a fim de alcançar a escola que queremos. Portanto, através deste projeto estabelecemos princípios e concepções que orientarão as ações pedagógicas nesta Unidade Escolar.

III- JUSTIFICATIVA

O Projeto Político Pedagógico (PPP) corresponde ao trabalho pedagógico da escola; é um modo de ver e fazer a escola. Construí-lo segundo Gadotti, 2000 é manter a escola em constante estado de reflexão e elaboração numa esclarecida recorrência a questões relevantes de interesse comum e historicamente requeridos.

É através do PPP que se busca resgatar a escola como espaço democrático de reflexão e discussão dos problemas apontando alternativas e possibilidades a fim de alcançar os objetivos propostos.

O PPP é um elemento de reflexão sobre as ações cotidianas da escola, para que essa não perca através de atividades rotineiras e fragmentadas a intencionalidade de um projeto emancipador.

O Projeto Pedagógico da escola é um projeto político, pois está ligado ao compromisso sócio - político com os interesses coletivos da maioria da população. É político devido compromisso com a formação do cidadão para uma determinada sociedade. Na dimensão pedagógica está à possibilidade de efetivação da intencionalidade da escola: a formação do cidadão responsável, crítico, compromissado, solidário e criativo. Político e pedagógico são, portanto, dimensões inseparáveis. A dimensão pedagógica reside na possibilidade de efetivação da finalidade da escola e a dimensão política se cumpre na medida em que realiza enquanto prática especificamente pedagógica (SAVIANI, 1982).

Pretende-se que este projeto estabeleça com clareza as diretrizes filosóficas, avaliativas e didático-pedagógicas que comporão o processo de ensino-aprendizagem à Escola de Ensino Fundamental [REDACTED].

IV - OBJETIVOS

Objetivo Geral

Promover o desenvolvimento máximo das potencialidades dos educandos propiciando a construção de sua autonomia, criticidade, leitura de mundo através de um ambiente prazeroso, atrativo e estimulador.

Objetivos Específicos

- Possibilitar a todos os educandos a apropriação de conhecimentos socialmente relevantes de modo que todos se sintam preparados para compreender o mundo contemporâneo e nele intervir.
- Garantir a todos os direitos de aprendizagem que são aliados aos direitos sociais (políticos, étnicos, culturais, religiosos, entre outros) afirmando o significado da educação no mundo contemporâneo e do papel da escola na sociedade.
- Promover a construção dos conhecimentos individual e coletivamente de forma democrática, participativa, popular, dialógica, inclusiva, humana e solidária.
- Atuar de forma a valorizar as tradições culturais de modo que todos se identifiquem e sintam-se preparados para compreender e intervir no mundo contemporâneo.
- Valorizar as múltiplas inteligências gerando oportunidades ao educador e ao educando de desenvolverem suas potencialidades.
- Desenvolver princípios de valores éticos, estéticos e políticos propiciando o respeito mútuo e a solidariedade.

V- ESTUDO DIAGNÓSTICO

Caracterização da comunidade do Entorno

A M' Boi Mirim é uma estrada de rodagem localizada na zona sul do município de São Paulo. A estrada caracterizada como uma grande avenida liga o início do Distrito do Jardim São Luís até o final do Distrito Jardim Ângela, numa extensão de mais de 16 Quilômetros.

No decorrer da estrada predominam variável comércio popular e alguns pequenos empreendedores, o Hospital MoysesDeutsch (Hospital do M' Boi Mirim), o Terminal Jardim Ângela, o Parque M' Boi Mirim. A região apresenta quantidade significativa de favelas e bairros com condições precárias de subsistência. Nos bairros que existem a seu redor residem cerca de dois milhões de pessoas. O transporte no local é insuficiente para suprir toda a demanda, resultando em superlotação de coletivos diariamente e grandes congestionamentos em diversos horários durante o dia. No entanto, a região vem passando por obras viárias, que visam a melhoria das condições de locomoção e transporte público.

A região teve grande ocupação nas décadas de 1950, 1960 e 1970 com a chegada de operários vindos do interior paulista ou de outros estados para atuar nas fábricas que se instalaram na região de Santo Amaro. Foi a partir da década de 1960 que essa ocupação tornou-se desordenada, chegando até as áreas de preservação como as regiões de mananciais.

Por volta da década de 1990 as indústrias começaram a ir embora da região, fazendo com que muitas pessoas ficassem desempregadas. Começou a surgir grande onda de violência, levando em 2006 o Jardim Ângela a ser considerado o lugar mais violento do mundo. Com a organização da sociedade civil e algumas ações governamentais vem aos poucos diminuindo a violência.

A Unidade [REDACTED] localizada no distrito do Jardim Ângela, acolhe cerca de 800 alunos. Os alunos em sua maioria são descendentes de migrantes das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

A renda familiar é na sua maioria de dois a cinco salários mínimos. Uma parte significativa dos responsáveis legais pelos alunos não possui emprego fixo. Alguns deles encontram-se desempregados, outros atuam no mercado informal. Grande parte é beneficiária de Programas de Distribuição de renda como o Bolsa - Família.

As casas onde residem de quatro a cinco membros da família são de alvenaria, e grande parte das crianças mora com apenas um dos genitores, sendo com maior frequência a mãe.

O bairro não conta com área destinada ao lazer, por isso as crianças têm suas atividades na escola onde permanecem cerca de cinco horas e o restante do tempo assistindo televisão em casa ou brincando nas ruas. Um pequeno número de crianças pratica atividades oferecidas por Organizações Não Governamentais.

Equipamentos do Entorno

As instituições de saúde mais próximas a EMEF [REDACTED] são a Unidade Básica de Saúde (UBS) Jardim Coimbra, o Hospital Moysés Deutsch (Hospital do M' Boi Mirim).

As instituição de Lazer/Cultura e Esporte mais próximas da Unidade Educacionais são o Centro de Convivência Convivendo e Aprendendo e o Clube da Turma M' Boi Mirim que oferecem diversas atividades para a comunidade.

As relações Intersetoriais (saúde, cultura, esporte, assistência social) são muito importantes já que as pessoas atendidas e participantes desses serviços são as mesmas e a ação conjunta pode contribuir de forma significativa para a melhoria das condições de vida dessas pessoas.

VI - CONCEPÇÕES

Concepção de Educação

A educação é um processo histórico e social de formação humana. Como afirma Saviani (2005) o trabalho educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente em cada indivíduo a humanidade produzida histórica e coletivamente pelos homens.

A finalidade da educação é a de tornar possível maior grau de consciência, ou seja, de compreensão da realidade da qual nós seres humanos somos parte e sobre a qual atuamos teórica e praticamente.

Segundo Paulo Freire (1996) a educação não deve ser mera transmissão de conhecimentos, mas criar possibilidades aos educandos de construir o seu próprio conhecimento, baseado naquilo que ele já conhece do seu cotidiano.

Educar relaciona-se com a formação da autonomia do sujeito histórico, uma vez que o educando não é o objeto de ensino, mas um sujeito do processo de ensino-aprendizagem, parceiro de trabalho. Este trabalho vai da individualidade até a solidariedade.

A educação tem um caráter dialógico e objetivo à construção da autonomia dos sujeitos implicados no mundo de suas subjetividades, diferenças, culturas, trabalho e cidadania.

Sendo um processo social e permanente a educação não se esgota na escola. Definimos então o compromisso da educação como a construção de uma sociedade fundada nos valores da qualidade social da vida contemporânea.

Concepção de Unidade Educacional

A unidade educacional é compreendida como polo de desenvolvimento cultural, espaço de investigação cognitiva e de formação ética. É um espaço de formação individual e coletiva para a realização de mudanças em diferentes dimensões que vão desde a individualidade até os espaços sociais.

Sendo a unidade educacional um espaço de inclusão, acolhe a todos e todas, bem como acolhe os diferentes tempos de aprender, abrindo espaço ao conhecimento e a cultura de educandos, educandase educadores.

Cabe à escola produzir a igualdade de acesso aos bens e objetos culturais, que dão sentido a existência humana. A escola é compreendida como espaço de criação e recriação da cultura. Não é apenas a promoção da aprendizagem, mas recuperação de sentido nos campos da filosofia, da ciência e das artes. A escola ao criar cultura precisa de tempo e espaço diferentes daquele sugerido pelo mercado.

As ações desenvolvidas na escola devem ter a inclusão como princípio e colocar o educando como sujeito das ações que lá ocorrem. Desta forma pretende-se que o educando possa desenvolver ao máximo suas potencialidades propiciando a construção de sua autonomia, criticidade, leitura de mundo através de um ambiente prazeroso, atrativo e estimulador.

Colocar o educando como protagonista das ações desenvolvidas na escola permite que a aprendizagem aconteça, pois o educando aprende com a escola, mas a escola também aprende com os educandos.

Dessa forma é importante que as ações desenvolvidas tenham como princípios o desenvolvimento da interdisciplinaridade, a promoção da autoria nas práticas docentes, o diálogo com a história de identidade dos educandos, suas famílias e dos educadores, o estímulo e a valorização da comunicação e expressão dos educandos de diversas formas e através de múltiplas linguagens e o aprofundamento da compreensão da realidade local, caminhando para a transformação.

Concepção de Currículo

Entende-se currículo como as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento em meio a relações sociais e contribuem para a formação da identidade dos educandos. O currículo associa-se aos fazeres pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas.

O currículo é uma “porção da cultura”, conteúdos e práticas considerados relevantes em um dado momento histórico é escolarizada (VEIGA NETO, 1997).

Essa “porção de cultura” é uma seleção de saberes que serão socializados com a pretensão de formar um determinado tipo de indivíduo. O currículo é, portanto um discurso político que pressupõe um projeto de futuro para a sociedade que o produz.

Compreendemos o currículo como movimento, ou seja, um processo sócio, histórico-cultural. Sendo considerado um espaço da valorização da ética da vida humana fundado na inclusão, baseada nos tempos, ritmos e características dos educandos.

O currículo não é apenas o conhecimento organizado, mas algo que contempla os aspectos culturais e a diversidade, com o objetivo de formar cidadãos autônomos e capazes de intervir positivamente na sua realidade.

A perspectiva deste currículo é a de que as disciplinas se integrem para a formação de todas as habilidades e valores necessários à educação integral e humanista.

Concepção de Inclusão

A educação inclusiva garante a toda e qualquer pessoa os direitos de estudar e principalmente de aprender.

A inclusão aqui compreendida se organiza em torno de três questões: consideração de tempos, ritmos e características dos educandos. Essas questões devem ser pensadas para todos e não apenas para as pessoas com deficiência. Incluir aqui significa garantir a todos, levando em conta a diversidade existente e o direito à aprendizagem. A educação inclusiva implica em uma escola de qualidade para todos.

A Declaração de Salamanca indica o princípio fundamental de uma escola inclusiva: consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas de seus alunos, adaptando-se aos seus estilos e ritmos de aprendizagem garantindo educação de qualidade para todos.

Essa educação de qualidade é garantida através de currículos adequados, utilização de recursos e cooperação com a comunidade.

Além disso, a escola inclusiva deve ser aberta a todos de forma positiva e diversificada, ou seja, não rejeita e não exclui. É também uma escola acessível em termos físicos e pedagógicos (currículo, apoio e métodos de comunicação), tem como premissa a cooperação, a equidade e a democracia (THOMAS, WALKER e WEBB, 1998)

Na escola inclusiva celebra-se a diversidade, considerando esta uma riqueza em que as complementaridades das características de cada um permitem a aprendizagem para todos (CÉSAR, 2003).

Concepção de Infância

A concepção de infância é uma construção social formada ao longo da vida. Essa concepção nem sempre expressa o mesmo significado, pois carrega histórias, ideias, representações e valores.

Essa concepção modifica-se ao longo do tempo e expressa aquilo que a sociedade entende em determinado momento histórico por criança (KRAMER, 1999).

A infância é inerente à criança. A infância refere-se às condições de vida das crianças em diferentes grupos sociais, culturais e econômicos. A ideia de infância não está ligada apenas à faixa etária, a cronologia, a uma etapa psicológica ou ainda a um tempo linear, mas sim a um acontecimento, a uma história. Nesse sentido a infância é aquela que constitui um modo de vida, que inspira maneiras de pensar, que cria modos de viver. É uma fase da vida cheia de especificidades e de grande relevância para a constituição da identidade humana de forma subjetiva e social (ROCHA, 1999).

A criança é ator social, participe da construção da sua própria vida e da vida daqueles que a cercam. Elas têm voz própria, devem ser ouvidas, consideradas com seriedade e envolvidas no diálogo e na tomada de decisões democráticas (REDIN, 2007).

A criança é, portanto, um sujeito histórico, ativo no processo de socialização, e por meio das interações sociais, significa e interpreta o mundo (SARMENTO, 2004).

A criança aprende no e com o mundo. Este mundo é feito de pessoas com diferentes idades, crenças e valores. E é nas relações e nas trocas que se ressignificam os saberes e fazeres.

Concepção de Ciclos

Organizar o ensino fundamental em ciclos significa tratar o conhecimento como processo, como uma construção em que o aluno sujeito da ação, se forma continuamente construindo significados a partir das relações que estabelece com outras pessoas e com o ambiente.

Desta forma rompe-se com uma noção de escola tradicionalmente estabelecida que tenha a finalidade de transmitir um dado conjunto de informações que devem ser assimilados por todos os alunos, sendo que nem todos têm condições de dominá-los nos tempos e condições pré-estabelecidos. Dessa forma a escola organizada em ciclos é pautada pelo compromisso com a inclusão e com a emancipação dos educandos (SOUSA, 2000).

Os ciclos de aprendizagem são uma organização dos tempos e espaços e das interações entre os diferentes sujeitos e objetos do conhecimento. Tal organização está relacionada com a necessidade de se pensar uma concepção de currículo sócio-histórico e cultural com maior integração e articulação entre os anos do Ensino Fundamental. O ciclo tem, portanto, a função de constituir progressões em etapas de progressão plurianuais.

Um ciclo de aprendizagem pode ser definido pelas aprendizagens que visa, como uma etapa da escolaridade associada a conteúdos de ensino e a níveis de domínio das competências estabelecidas. Um ciclo está diretamente relacionado aos direitos de aprendizagem definidos por um currículo. Construir uma escola que rompe com as práticas de seletividade, exclusão social e autoritarismo, está como objetivos da escola organizada em ciclos. Portanto essa concepção de ciclos articula uma visão

de democratização da escola como garantia de acesso e permanência e resultando em uma aprendizagem significativa para os alunos concebidos como sujeitos históricos no processo de construção de conhecimentos.

A organização em ciclos de aprendizagem permite a construção do conhecimento em períodos em que a singularidade dos estudantes seja respeitada em seus ritmos e considere suas condições sociais, cognitivas e afetivas. Fortalece também concepções de educação ligadas à garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem assegurando a formação comum e o respeito aos valores culturais, étnicos, artísticos, nacionais e regionais.

Concepção de Ciclo de Alfabetização

O Ciclo de Alfabetização relaciona-se à aprendizagem das crianças de 06 a 08 anos. A meta é alfabetizá-las considerando suas potencialidades, seus diferentes modos de aprender e seus diversos ritmos como processos intersubjetivos, sócio históricos e culturais.

É um período com inúmeras possibilidades para que todas as crianças em processo de alfabetização possam construir conhecimentos diversificados, multifacetados contínua e progressivamente ao longo dos três anos.

É importante que as ações pedagógicas desse ciclo considerem as especificidades das infâncias e das crianças como sujeitos produtores de cultura, contemplando atividades lúdicas, como o brincar, o ouvir, contar e ler histórias, de modo que a cognição e a ludicidade possam caminhar juntas e integradas garantindo espaços de apropriação e produção de conhecimentos.

A alfabetização pode ser entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita. O letramento é entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais. Alfabetização e Letramento distinguem-se em relação aos objetos de conhecimento e também em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem, e, portanto de ensino desses diferentes objetos (SOARES, 2011).

Apesar disso é necessário reconhecer que embora distintos, alfabetização e letramento são interdependentes e indissociáveis: a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita, ou seja, em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento, este por sua vez, só pode se desenvolver na dependência da e por meio da aprendizagem do sistema de escrita (SOARES, 2011).

A concepção de alfabetização na perspectiva do letramento supõe que o estudante avance para uma alfabetização da aprendizagem do sistema de escrita, mas também nos conhecimentos sobre as práticas, usos e funções da leitura e da escrita, o que implica o trabalho com todos os componentes curriculares e em todo o processo do Ciclo de Alfabetização.

A alfabetização relacionada ao processo de letramento envolve vivências culturais amplas e exige que professores, gestores e comunidade escolar assumam o compromisso que todos e cada um dos estudantes se beneficiem do direito de estar alfabetizado.

O plano curricular deste ciclo aponta para a necessidade de planejar a organização do tempo sem fragmentar os conhecimentos referentes aos diferentes componentes curriculares. Os conhecimentos devem tratados de forma articulada, retomados e aprofundados de um ano para o outro. Desta forma, o planejamento deve estar centrado nos direitos de aprendizagem.

Concepção de Ciclo Interdisciplinar

O ciclo referente ao 4º, 5º e 6º ano do ensino fundamental denomina-se Ciclo Interdisciplinar. Este ciclo dará continuidade a processo de alfabetização/ letramento de modo a ampliar a autonomia nas atividades de leitura e escrita e as habilidades relacionadas à resolução de problemas. Além da Arte, Educação Física, Língua Estrangeira, Ciências Humanas e da Natureza que estarão presentes com professores especialistas contribuindo no desenvolvimento dos estudantes para o exercício da cidadania.

Um dos objetivos do Ciclo Interdisciplinar é atenuar a passagem dos anos iniciais para os finais trazendo um professor de referência para o grupo (polivalente), introduzindo a conexão entre as áreas do conhecimento através de projetos realizados em parceria entre os professores especialistas e os professores polivalentes, para uma intervenção didático-pedagógica mais adequada a este grupo.

A interdisciplinaridade visa construir um conhecimento globalizante rompendo com as fronteiras entre as disciplinas. Para isso não é suficiente integrar conteúdos. Ivani Fazenda sinaliza para a necessidade de uma postura interdisciplinar, atitude de busca, envolvimento, compromisso e reciprocidade diante do conhecimento.

A metodologia do trabalho interdisciplinar supõe atitude e método que implica: na integração de conteúdos, transitar de uma concepção fragmentada para uma concepção unitária do conhecimento, superar a dicotomia entre ensino e pesquisa considerando ensino e pesquisa a partir da contribuição de diversas ciências, ensino-aprendizagem numa visão de educação permanente (GADOTTI, 2006).

A perspectiva do trabalho interdisciplinar relaciona-se bem com a pedagogia dialógica de Paulo Freire, pois a integração do saber e a busca por sua totalidade é sempre uma construção, daí a necessidade de diálogo permanente.

A interdisciplinaridade pressupõe a educação como uma forma cooperativa de trabalho, para substituir procedimentos individualistas. Trabalhar interdisciplinarmente confere autonomia e mobilidade ao currículo, ao organizá-lo em torno de um objetivo comum compartilhado entre os professores entre os professores propiciando a aprendizagem através de esforços coletivos que vão se constituindo durante o percurso.

A ação pedagógica interdisciplinar aponta para uma escola participativa e decisiva na formação do sujeito social. Seu objetivo torna-se a experimentação da vivência de uma realidade global, que se insere nas experiências cotidianas do aluno, do professor e da comunidade. Articular saber, conhecimento, vivência, escola, comunidade, meio ambiente tornou-se o objetivo da interdisciplinaridade que se traduz por um trabalho coletivo e solidário na organização da escola.

Concepção de Docência Compartilhada

A Docência Compartilhada apontada no Ciclo Interdisciplinar propõe um trabalho articulado entre professores especialistas e professores polivalentes garantindo as especificidades dos componentes curriculares e a consolidação referentes à leitura, escrita e resolução de problemas.

O princípio da Docência Compartilhada pressupõe o planejamento conjunto dos professores especialistas e polivalente de forma que os trabalhos não se sobreponham, mas se complementem.

No Ciclo Interdisciplinar Docência Compartilhada é marcada pela corresponsabilidade dos professores no planejamento do curso, na organização da estrutura dos projetos, na abordagem interdisciplinar das atividades em sala de aula, no acompanhamento e avaliação das dinâmicas de aprendizagem do grupo e dos estudantes individualmente.

O professor polivalente será referência para os alunos durante os três anos do Ciclo Interdisciplinar, e o professor especialista será o orientador de projetos atendendo os estudantes no desenvolvimento das aulas.

Concepção de Ciclo Autoral

O ciclo autoral que se refere ao 7º, 8º e 9º ano do ensino fundamental trabalha de modo prioritário, mas não exclusivo a autoria por meio da aprendizagem por projetos. É caracterizado pela integrada participação de alunos e professores na construção da aprendizagem e do ensino. Eles são parceiros e atores privilegiados nesta autoria. Neste ciclo trabalha-se com atividades em forma de projetos curriculares comprometidos com a intervenção social.

A aprendizagem por projetos neste ciclo se concretiza com o T.C.A. - Trabalho Colaborativo Autoral elaborado pelos alunos e acompanhado sistematicamente pelo professor orientador de projetos. Alunos e professores devem se envolver no processo de elaboração do T.C.A desde o 7º ano, processo que será concluído no 9º ano.

Os projetos curriculares visam à participação com autoria e responsabilidade na vida em sociedade de modo que o aluno ao intervir nas experiências do grupo familiar e escolar possa tornar mais justas as condições sociais vigentes. A educação é encarada como forma de intervenção no mundo.

O desenvolvimento da construção do conhecimento ocorrerá de forma a pensar o manejo adequado das diferentes linguagens, em um processo que envolve leitura, escrita, busca de resoluções

de problemas, análise crítica e produção. É através do domínio de diferentes linguagens que cada aluno ao final do ciclo autoral vai produzir o T.C.A. comprometido com a construção de uma vida melhor.

Assessorados pelo professor orientador de projetos e em conjunto com os demais professores os estudantes farão uso de metodologias de pesquisa a partir de temáticas que vão subsidiar a apreensão e construção de conhecimentos e a significação de conceitos e possibilitarão a compreensão da cidadania como participação social e política além do posicionamento de alunos e professores de maneira crítica, responsável e construtiva diante das diferentes situações sociais.

Dessa forma, considerando o diálogo como forma de mediação de conflitos e de tomada de decisões, o T.C.A. comprometido com a intervenção social é fruto de um processo educativo caracterizado pela formação de cidadãos autônomos, conscientes e participativos.

Concebe-se então o Ciclo Autoral a partir de uma proposta pedagógica que favorece o desenvolvimento humano mediante o exercício da responsabilidade, da solidariedade, da tomada de decisões bem como a apropriação e manejo de conhecimentos culturalmente acumulados com a responsabilidade de transformação social. É importante também considerar a dimensão de continuidade de processo de construção de conhecimentos dos estudantes no Ensino Médio.

Concepção de Avaliação

Toda avaliação formativa parte da aposta de que o aluno quer aprender e tem vontade que o ajudem, por outras palavras a de que o aluno está disposto a revelar suas dúvidas, as suas lacunas e as suas dificuldades de compreensão das tarefas escolares (PERRENOUD, 1993).

Toda avaliação formativa parte igualmente da convicção baseada em evidências de pesquisa, de que a intervenção planejada dos professores pode criar um ambiente de aprendizagem que possibilita o engajamento do aluno necessário a uma real aprendizagem (GREGO, 2013).

A avaliação é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem. É compreendida como um processo contínuo por meio do qual as estratégias pedagógicas são definidas, reorientadas ou aprimoradas, de acordo com as especificidades educacionais dos alunos. O processo avaliativo visa tornar o aluno autor de sua própria aprendizagem, estimulando-o a desenvolver suas capacidades cognitivas em um constante processo interativo com o professor e com os seus pares. O processo de avaliação deve ser diversificado objetivando a aprendizagem e não a classificação, retenção ou promoção dos estudantes.

Uma das características básicas da avaliação formativa é sua articulação com o processo de ensino e aprendizagem. Nesse processo o aluno situa-se como coautor do projeto de aprendizagem, como construtor de seu próprio processo de desenvolvimento, através da interação com o conhecimento e com os seus pares.

Cabe à escola propor estratégias que favoreçam a construção coletiva do conhecimento por todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Concepção de Recuperação Contínua e Recuperação Paralela

A recuperação consiste em iniciativas e recursos oferecidos aos estudantes com o objetivo de acompanhar suas atividades de modo a auxiliá-lo a superar dificuldades. Tais iniciativas e recursos evitam que os estudantes avancem em condições frágeis ou inadequadas.

Para que esse apoio se concretize é importante envolver a família no processo de ensino-aprendizagem de seus filhos estabelecendo constante diálogo destes com a escola.

A escola avaliando continuamente os estudantes deve promover ações/ reflexões/ ações voltadas à percepção das dificuldades encontradas por eles, para reorientar escolhas relacionadas às práticas, esclarecer aspectos não compreendidos e realizar mediações relacionadas às dificuldades individuais. A recuperação consiste na ampliação de oportunidades e representa um ato de cuidado

A recuperação pode se dar de forma contínua na sala de aula, onde através de observação atenta do professor as dificuldades são detectadas e as intervenções são propostas com o objetivo de sanar as dificuldades individuais.

A recuperação paralela acontece por meio de ações em momentos diferenciados com grupos de educandos com dificuldades, que ocorrem no contra turno.

VII- REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

César, M. (2003). A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos para todos. In David Rodrigues (org.), **Perspectivas sobre a inclusão. Da educação à sociedade**. Porto: Porto Editora.

Thomas, G., Walker, D. & Webb, J. (1998). **The making of the inclusive school**. London: Routledge.

DE SALAMANCA, Declaração; DA ACÇÃO, Enquadramento. **Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: Acesso e Qualidade**. Salamanca, Espanha, 1994.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente. **São Paulo: Paz e Terra**, 1996.

GADOTTI, Moacir. Interdisciplinaridade: atitude e método. **São Paulo: Instituto Paulo Freire**. Disponível:<[www. paulofreire. org](http://www.paulofreire.org)>. Acesso em 23 ago de 2014., v. 26, 2006.

_____. Perspectivas atuais da Educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GREGO, Sônia M. D. A Avaliação Formativa: Ressignificando Concepções e Processos. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. **Caderno de Formação**: Formação de Professores Gestão Escolar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p.92-109 v.03.

PERRENOUD, Philippe. Não mexam na minha Avaliação! Para uma Abordagem sistêmica da Mudança Pedagógica. In: ESTRELA, Albano, NÓVOA, Antonio (Orgs.). **Avaliações em Educação**: Novas Perspectivas. Porto, Portugal: Port Editora LDA, 1993, p.171-191.

SAVIANI, Dermeval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. **Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa para a Unicamp. Disponível em: [http://www. histedbr. fae. unicamp. br](http://www.histedbr.fae.unicamp.br)-acessado em, v. 1, n. 12, p. 2008, 2005.**

_____. Para além da curvatura da vara. **Revista Ande**, n. 3, 1982.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Programa Mais Educação São Paulo: Subsídios para a Implantação**. São Paulo: SME/ DOT, 2014.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento: Caminhos e Descaminhos. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. **Caderno de Formação**: Formação de Professores Gestão Escolar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Cap 07 p.97-100 v.10

SOUSA. A avaliação na organização do ensino em ciclos. In: KRASILCHIK, Miriam (Org.). **USP fala sobre Educação**. São Paulo: FEUSP, 2000. p. 34-43.

VEIGA, NETO; CURRÍCULO, A. Interdisciplinaridade. **MOREIRA, AFB Currículo Questões Atuais. Campinas: Papirus, 1997.**

VIII- NORMAS DE CONVÍVIO DA UNIDADE ESCOLAR

As normas de convívio para a aprendizagem discutida e elaborada pelo conjunto da comunidade escolar e aprovadas pelo Conselho de Escola e pela Diretoria Regional de Educação Campo Limpo fundamentam-se nos direitos e deveres a ser observados por todos e apoiados em princípios legais, de respeito, solidariedade, ética, diversidade cultural, autonomia e gestão democrática.

As normas de convívio e aprendizagem da Unidade Escolar têm como finalidade aprimorar o ensino, o bom funcionamento das atividades escolares e o respeito mútuo entre os membros da comunidade escolar para a obtenção dos objetivos previstos no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.

As normas de convívio visam assegurar: a proteção integral de crianças e adolescentes; a formação ética e moral dos estudantes desenvolvendo habilidades sociais, a fim de torná-los cidadãos autônomos e participativos em diversos aspectos da vida social; orientar as relações profissionais e interpessoais que ocorrem no âmbito da Unidade Educacional assegurando uma interação cidadã entre todos os integrantes da comunidade escolar; o compromisso de todos os funcionários da escola com a promoção de uma educação de qualidade, tendo como foco o aluno.

IX- PROMOÇÃO E RETENÇÃO

A organização em ciclos pressupõe a consideração de fases de desenvolvimento e de respeito aos ritmos diferenciados de aprendizagem. Isso significa que diversos instrumentos e estratégias avaliativos devem ser utilizados com a finalidade de apontar conquistas e fragilidades, servindo de base para a reflexão e proposição de atividades e orientações que contribuam para o avanço na aprendizagem e superação de dificuldades. Desta forma a avaliação da aprendizagem é um processo contínuo e deve embasar a necessidade de atividades de recuperação contínua ou paralela.

As sinalizações de problemas relacionados à aprendizagem devem permitir diagnóstico precoce, porém se as dificuldades não forem superadas a retenção pode ser necessária.

A retenção poderá ocorrer em todos os finais de ciclos, ou seja, 3º, 6º e 9º anos, podendo ocorrer, se preciso também no 7º, e 8º. Se ao fim de todos os processos de exposição ao conhecimento, os direitos e objetivos de aprendizagem não tiverem sido realizados, a ponto de comprometerem a continuidade dos estudos, o estudante poderá ser retido. A retenção configura-se como recurso posterior a todas as outras estratégias como Recuperação contínua e paralela.

X - PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE GESTORA

A proposta da equipe gestora é administrar a unidade de forma compartilhada com todos os segmentos e servidores, visando o pleno desenvolvimento dos alunos, observando as diretrizes das leis da Educação Brasileira e da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Entender a escola como instituição essencial para efetivar o princípio social de igualdade que se faz necessário. Dessa forma, sendo vista como o espaço de integração do aluno com a sociedade, a escola tem como foco principal o discente, respeitando sua pluralidade em relação às diferenças individuais.

As ações administrativas e pedagógicas devem legitimar o princípio de igualdade e de inclusão, pois é de responsabilidade de toda a equipe, enquanto agentes diretos do processo educativo.

O sucesso das ações só é possível partindo do conhecimento da realidade da comunidade escolar e da percepção de suas necessidades, ressaltando o envolvimento de todos.

Para tanto, conforme já estabelecido em redações anteriores deste documento, nosso Plano de Ação é de caráter comunitário, o que se faz é estipular metas definidas de gestão, no desígnio da efetivação da proposta:

1. Oferecer dedicação às funções já estabelecidas no Regimento Comum das Escolas Municipais da Prefeitura da Cidade de São Paulo, promovendo todos os esforços para o bom funcionamento da Unidade de Ensino;
2. Propor, auxiliar, integrar e articular junto a todos os segmentos, para que seja assegurada a consumação do Projeto Pedagógico da Escola, cujo propósito é centrado no atendimento do aluno, com seriedade e profissionalismo;
3. Participar da elaboração do Plano Escolar em conjunto com a Equipe da Unidade e o Conselho de Escola;
4. Compartilhar todos os projetos da escola bem como buscar viabilização dos mesmos;
5. Atender os alunos, os funcionários, os responsáveis e a comunidade em geral, através de orientações e de informações;
6. Buscar uma parceria com as famílias perante a educação e o cuidado referidos para com os filhos, sensibilizando-os e conscientizando-os de seu papel;
7. Procurar auxílio de especialistas da área da saúde, quando necessário;
8. Sobrepor os princípios de respeito, de companheirismo, de lealdade e de profissionalismo, garantindo harmonia nas relações intra/interpessoais em todo o âmbito escolar;

9. Proporcionar ao aluno uma escola mais agradável e democrática de participação;
10. Ouvir as suas expectativas e buscar viabilizá-las através de parcerias com os docentes e a equipe escolar;
11. Participar e dar suporte às Reuniões Coletivas (APM, Conselho de Escola, Reuniões com responsáveis e Pedagógicas);
12. Respeitar as normas vigentes em todos os segmentos, garantindo a ética profissional;
13. Garantir a comunicação permanente entre a direção e todos os segmentos da escola, promovendo reuniões periódicas;
14. Encaminhar à Diretoria Regional de Educação as necessidades da escola que não podem ser atendidas no seu domínio;
15. Minimizar o distanciamento da comunidade, criando uma política de bom atendimento a todos e cuidando para que seja efetivada;
16. Buscar parceria com o Conselho Tutelar e a Vara da Infância e juventude para as questões que fogem do âmbito escolar, relacionadas aos alunos cujas famílias sejam omissas de seu pátrio dever.

XI - PLANOS DE AÇÃO

- Diretor de escola:

DIREÇÃO

--	--

- I. Elaborar o plano de trabalho indicando metas, formas de acompanhamento e avaliação dos resultados impactados na gestão;
- II. Coordenar o processo de implementação e adequação das diretrizes da Política Educacional da Secretaria Municipal de Educação às especificidades das unidades educacionais;

- III. Coordenar a elaboração do Projeto Político Pedagógico, acompanhar e avaliar sua execução em conjunto com a comunidade educativa e o Conselho de Escola;
- IV. Promover a análise dos resultados das avaliações internas e externas da aprendizagem dos alunos, estabelecendo conexões com a elaboração do PPP, Plano de Ensino e do Plano de trabalho da Direção da U.E.;
- V. Realizar a gestão da U.E. promovendo a efetivação da participação da comunidade educativa na tomada de decisões, com vistas à melhoria da aprendizagem dos alunos e das condições necessárias para o trabalho do professor;
- VI. Promover as condições necessárias para o desenvolvimento das ações de formação continuada e acompanhar seu impacto nas práticas cotidianas da unidade educacional, com especial atenção às práticas docentes;
- VII. Planejar estratégias que possibilitem a construção de relações de cooperação que favoreçam a formação de parcerias e que atendam às reivindicações da comunidade local, em consonância com os propósitos político-pedagógicos da unidade educacional;
- VIII. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento da proposta político-pedagógica e os indicadores de aprendizagem das avaliações internas e externas com vistas às aprendizagens e ao desenvolvimento dos alunos;
- IX. Implementar a avaliação institucional da unidade educacional face às diretrizes - prioridades e metas estabelecidas nas diretrizes da Secretaria Municipal de Educação.
- X. Promover a organização e funcionamento da unidade educacional, de forma a atender à demanda e demais aspectos pertinentes de ordem administrativa e pedagógica, de acordo com as determinações legais;
- XI. Gerir os recursos humanos e os financeiros recebidos pela unidade educacional juntamente com as instituições auxiliares em consonância com as determinações legais;
- XII. Favorecer a viabilização de projetos educacionais propostos pelos segmentos da unidade educacional ou pela comunidade local, à luz do projeto político pedagógico;
- XIII. Favorecer a introdução das inovações tecnológicas nos procedimentos administrativos e pedagógicos da unidade educacional;
- XIV. Buscar alternativas para a solução dos problemas pedagógicos e administrativos da unidade educacional;
- XV. Prover as condições necessárias para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.

- Assistentes de direção:

Assistentes de Direção

--	--

**ATRIBUIÇÕES:**

As atribuições do Assistente de Diretor de Escola estão contidas no Regimento Comum das Escolas Municipais, Decreto nº. 33.991, 24/02/1994, na SEÇÃO II, Artigo 34, a seguir:

- I - Substituir o diretor em seu impedimento legal até trinta dias;
- II - Responder pela coordenação da escola, em horário acordado com o Diretor, tendo em vista as necessidades de seu funcionamento global;
- III - Colaborar com o diretor no desempenho de suas atribuições específicas.

PRINCÍPIOS:

Uma escola ORGANIZADA gera ação CONTINUADA.

OBJETIVOS:

1. Articular um trabalho coerente com a Direção da UNIDADE EDUCACIONAL, buscando melhoria na qualidade e nas relações intra e interpessoais;
2. Estabelecer uma ação conjunta com a Direção da Unidade Escolar, de forma responsável, pontual e coletiva;
3. Favorecer a ordem e a harmonia entre todos os envolvidos no processo educacional, considerando sempre a igualdade, o respeito, a qualidade de ações, a concentração de tarefas e o compromisso;
4. Estar atento a todos os detalhes do trabalho administrativo sem perder de vista o objetivo principal: ESCOLA ORGANIZADA é IGUAL a melhores condições de acesso e permanência para os ALUNOS;
5. Estar sempre aberto às avaliações, às sugestões e às dúvidas dos demais profissionais;
6. Garantir, dentro do horário, um espaço de tempo para avaliação e replanejamento junto à Direção;
7. Zelar pela manutenção do prédio escolar e dos bens patrimoniais;
8. Valorizar a autoestima e a socialização de toda Comunidade escolar.

AÇÕES:

1. Estabelecer uma ação conjunta com a GESTÃO da Unidade Escolar, de forma responsável, pontual e coletiva;
2. Participar de todas as decisões e ações administrativas;
3. Participar de todos os encaminhamentos, acompanhando as fases de organização da ESCOLA;
4. Acompanhar, diariamente, as publicações em DOC no que diz respeito à vida dos servidores e projetos, assim como a diversidade de solicitações da Diretoria Regional de Educação de Campo Limpo, DOT, e/ou SME;
5. Desenvolver o trabalho administrativo de modo dinâmico, procurando tomar conhecimento de todos os acontecimentos dentro da Unidade Educacional;
6. Estimular a comunidade escolar para o bom funcionamento da ESCOLA, através de reuniões e eventos periódicos, priorizando e selecionando leituras, articulando

tarefas à disciplina e tendo como alvo a autoestima, perante a socialização do indivíduo num processo coletivo.

- Coordenação pedagógica:

Coordenação Pedagógica



O trabalho da Coordenação Pedagógica no ano de 2017 terá como meta principal acompanhar e assessorar toda a equipe docente no desenvolvimento e aperfeiçoamento do projeto político pedagógico, que tem como base as diretrizes e orientações apresentadas pela SME para o Ensino Fundamental, além das metas traçadas pela equipe de trabalho, dentro de um contexto histórico-cultural no qual a E.M.E.F. [REDACTED] está inserida, vivenciando e transformando as práticas sociais existentes.

As ações pedagógicas serão orientadas, visando assegurar a implantação de um plano de trabalho pedagógico estruturado, contextualizado e dinâmico, no qual os fundamentos teóricos estejam relacionados com as práticas educativas da E.M.E.F. [REDACTED]

A articulação com a equipe docente terá como foco a formação continuada, através de estudos sobre diferentes metodologias, procedimentos, materiais didáticos, dificuldades e desafios enfrentados no cotidiano, visando à melhoria da prática pedagógica. Serão utilizadas como estratégias de formação leituras compartilhadas, discussões coletivas, relatos de práticas, oficinas, exibição de filmes e/ou documentários com temas pertinentes às discussões e estudos realizados, o registro das reuniões em livro próprio, a observação e a prática reflexiva.

O acompanhamento e a avaliação da formação continuada ocorrerão através de instrumental próprio, utilizando-se a observação e os registros efetuados.

A assistência e a avaliação relacionadas ao projeto político pedagógico ocorrerão nos momentos de encontros coletivos, utilizando instrumentais construídos pela equipe e de forma contínua, visando à análise e a reflexão sobre os resultados alcançados.

Os encontros coletivos para a formação continuada ocorrerão semanalmente, conforme previsto na jornada de trabalho de cada professor.

Os professores também terão três hora-aula(HAs) para estudo individual.

O atendimento às famílias terá como foco a orientação e encaminhamento de ações que visem o desenvolvimento e o bem-estar dos alunos, articulando o trabalho pedagógico desenvolvido na E.M.E.F. com a educação da criança pela instância mencionada.

O trabalho da Coordenação Pedagógica também prevê as seguintes ações, as quais fazem parte das atribuições do seu cargo e de suas funções:

1. Promover ações, em articulação com a Direção, as quais estimulem a utilização dos diferentes espaços da EMEF;
2. Sugerir à Direção a compra e/ou recuperação de materiais pedagógicos e recursos audiovisuais necessários à prática pedagógica;
3. Elaborar, em conjunto com a equipe Gestora, o calendário de atividades, considerando a realidade da E.M.E.F. [REDACTED];
4. Coordenar a elaboração e implementação dos Planos de Ensino dos professores, garantindo a consonância com as diretrizes curriculares da SME;
5. Identificar, junto com a Equipe Escolar, casos de educandos que apresentem dificuldades escolares e necessitem de atendimento diferenciado, orientando decisões que proporcionem encaminhamentos adequados, especialmente no que se refere à recuperação e reforço;
6. Planejar ações para a garantia do trabalho coletivo docente e para a promoção da integração dos profissionais que compõem a Equipe Técnica da Unidade Educacional;
7. Participar da elaboração de critérios de avaliação e acompanhamento das atividades pedagógicas desenvolvidas na Unidade Educacional, bem como da organização e remanejamento de educandos em turmas e grupos;
8. Acompanhar e avaliar junto com a equipe docente o processo contínuo de avaliação, nas diferentes atividades e componentes curriculares, bem como garantir os registros do processo pedagógico;
9. Analisar os dados obtidos referentes às dificuldades nos processos de ensino e aprendizagem, expressos nas avaliações internas e externas da U.E., garantindo a implementação de ações voltadas para sua superação;
10. Organizar e sistematizar a comunicação de informações sobre o trabalho pedagógico junto aos responsáveis dos alunos;
11. Garantir a implementação e a avaliação dos Programas e Projetos que assegurem a implementação da Educação Inclusiva;
12. Possibilitar acesso e conhecimento de diferentes recursos pedagógicos e tecnológicos disponíveis, garantindo a instrumentalização dos educadores quanto à organização e uso deles;
13. Participar da elaboração, articulação e implementação de ações integrando a Unidade Educacional à comunidade e às organizações sociais voltadas para as práticas educacionais;
14. Participar das diferentes instâncias de tomada de decisão quanto à destinação de recursos financeiros, materiais e humanos da U.E.;
15. Promover o estabelecimento de relações que favoreçam a significação dos papéis docente, discente, da instituição educativa e da família, respeitando a autoria, a autonomia e a diversidade dos envolvidos;
16. Participar dos diferentes momentos de avaliação dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, promovendo estudos de caso e estabelecendo junto com os professores, critérios de encaminhamentos de alunos com dificuldades de aprendizagem.

DA EQUIPE DE APOIO À EDUCAÇÃO – SECRETARIA E INSPEÇÃO DE ALUNOS

- Equipe de apoio – secretaria e inspeção de alunos

Secretária de Escola

--	--	--

Auxiliar Técnico de Educação

A equipe administrativa desenvolverá seu trabalho com responsabilidade e compromisso, tanto no que diz respeito ao atendimento à comunidade, aos educandos, aos funcionários e professores, como na assistência à equipe técnica, valorizando o respeito às necessidades individuais e coletivas do grupo, buscando também ser sempre eficaz nas ações.

- Agentes escolares e agentes de apoio:

Agentes de Apoio

--	--	--

Agentes Escolares

Os agentes escolares e de apoio executarão e desempenharão as atribuições inerentes aos cargos conforme necessidades da unidade. Realizarão um trabalho de cooperação e colaboração com outros profissionais, desenvolvendo atividades que estejam previstas em sua rotina de trabalho, no intuito de contribuição para o bom andamento da escola.

- Professores readaptados:

ENSINO FUNDAMENTAL I

ENSINO FUNDAMENTAL II

As professoras readaptadas desenvolverão seu trabalho considerando as informações contidas nos laudos médicos, de forma responsável e com compromisso, participando ativamente do desenvolvimento e do acompanhamento do Projeto Político Pedagógico; dos diferentes projetos em andamento, e auxiliando a também a Equipe Gestora conforme a sua necessidade. Desenvolverão ainda, trabalhos valorizando o respeito às individualidades e aos grupos, no sentido de buscarem a eficácia dessas ações.

XII-INSTITUIÇÕES AUXILIARES

- **Conselho de escola:**

A ação do Conselho de Escola é muito ampla, uma vez que define todas as diretrizes, as prioridades e as metas de ação da Unidade Escolar para o ano em curso; as quais constituem a base do Plano Escolar.

Desta forma, cabe ao Conselho de Escola:

1. Decidir sobre a organização e o funcionamento da Escola, o atendimento da demanda e os demais aspectos pertinentes;
2. Decidir sobre os procedimentos relativos à integração com as Instituições auxiliares da Escola, quando houver, e com outras Secretarias do Município;
3. Adequar-se às normas disciplinares para o funcionamento da Escola, dentro dos parâmetros da legislação em vigor e do regimento escolar;
4. Decidir sobre procedimentos relativos à priorização de aplicação de verbas;

5. Discutir e arbitrar critérios e procedimentos de avaliação relativa ao processo educativo e à atuação dos diferentes segmentos da comunidade escolar.

- **Associação de Pais e Mestres – APM:**

A Associação de Pais e Mestres é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, representada ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente pelo Presidente de sua Diretoria Executiva, com estrutura e funcionamento estabelecidos pelo Estatuto Padrão, instituído pelas Portarias da SME. A saber:

- Nº. 2.810/06, para as Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil, (APM, Associação de Pais e Mestres)

A Associação de Pais e Mestres da EMEF [REDACTED] foi registrada no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos Civil Pessoa Jurídica da Capital em 23/05/2013.

Notada a dificuldade de participação dos pais nas instâncias da escola, surgiu a alternativa advinda do Conselho escolar relacionada ao trabalho em conjunto com a APM, apoiando e subsidiando seus planos e fortalecendo a participação da comunidade. Haverá, ao longo do ano letivo, reuniões conjuntas com ata própria de cada conselho.

A escola apresenta uma comunidade com baixa renda econômica, portanto é imprescindível a busca de parcerias junto à Diretoria Regional de Educação aos Órgãos Públicos e às Empresas Privadas.

Os recursos oriundos do Programa Dinheiro Diretos na Escola (PDDE) serão destinados à aquisição de material permanente, material de consumo, manutenção dos equipamentos existentes e a conservação das instalações físicas desta Unidade Escolar, que são os bens de custeio.

O Plano Orçamentário Anual, denominado como Plano de Aplicação de Recursos da APM prevê gastos do PTRF de até 20% na aquisição de material permanente; e 80% na aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da U.E., na manutenção, conservação e pequenos reparos da escola e na implementação de projetos pedagógicos e contratação de serviços.

A Receita Ordinária e a Receita Extraordinária da APM destinam-se à cobertura de despesas de custeio, de manutenção dos equipamentos, de conservação das instalações físicas e de pequenos investimentos, como meios de aquisição, manutenção e conservação dos materiais existentes na Unidade Escolar.

XIII-SERVIDORES DA UNIDADE ESCOLAR

Os profissionais desta Unidade Educacional são em sua maior parte portadores de diploma de Nível Superior, sendo que alguns destes possuem pós-graduação em sua maioria *lato sensu*.

Esses profissionais estão comprometidos com os princípios de uma educação emancipadora. Para isto, estão em constante formação. Esta formação ocorre forada Unidade Escolar em diversos cursos oferecidos pela Diretoria Regional de Educação e outras instituições parceiras. Além disso, a Formação ocorre diariamente na Unidade Escolar, em horários coletivos, Reuniões pedagógicas e outros, pois todo momento de diálogo coletivo dentro da Unidade Educacional é momento de formação.

Ainda com este mesmo intuito, de oferecer e proporcionar uma formação mais completa, nossa U.E. participa com um grupo de escolas de nossa região, através do PROVE: **Projeto Valorização do Educador e Melhoria da Qualidade de Ensino**. O “PROVE” nasceu com a intenção de proporcionar formação continuada a professores e professoras para uma atuação mais segura e competente com seus alunos e alunas no processo ensino e aprendizagem e, ao mesmo tempo, responder às suas necessidades de formação permanente. Além disso, no processo, através das possibilidades de reflexão e análise da prática, converter-se em centro fomentador dos desejos e sonhos de educadores e educadoras sujeitos, que optaram pela educação como projeto de vida e trabalho.

Este projeto que começou a ser gestado em 1997, informalmente por Coordenadores e Diretores de duas escolas municipais de São Paulo, obteve uma participação maior, chegando contar com onze escolas, atualmente contamos cinco escolas participantes.

O projeto tem se caracterizado pela oferta de cursos de livre escolha dos professores, com encontros mensais de 3 horas, totalizando 7 encontros anuais e a finalização do projeto no ano com a realização de um Seminário, inclusive com a produção de materiais (Revista e Livros).

Em 2017 serão:

- O trabalho com projetos didáticos em Língua Portuguesa;
- O guerreiro invisível: morando no brincar dos contos do tempo;
- Introdução à astronomia para o ensino fundamental;
- Tecnologias na Aprendizagem;
- Cognição, tecnologias e aprendizagens;
- Ideologias totalizantes e controle social no cinema no século XX;
- Justiça Restaurativa: elaboração do conflito, alfabetização emocional, comunicação assertiva e não violenta;
- Alfabetização Matemática;
- A importância da escrita: necessidade social e manifestação artística;
- Gênero e Sexualidades na escola: um caminho a ser trilhado;

Quadro Administrativo

--	--

[illegible][illegible]

[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]

Secretária de Escola

[illegible]

XIV- PROJETOS NO CONTRATURNO

Os projetos desenvolvidos no contra turno da Unidade Escolar têm os seguintes objetivos:

- ✓ Favorecer uma formação integral para nossos alunos;
- ✓ Promover a melhoria da qualidade social na Educação Básica e, conseqüentemente, dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB;
- ✓ Promover a alfabetização a todas as crianças até o 3º ano do Ensino Fundamental nos termos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC;
- ✓ Fortalecer a gestão democrática e participativa, com envolvimento das famílias.

Para atingir esses objetivos a Unidade Escolar oferece aos alunos no contra turno os seguintes projetos: Xadrez, Conhecendo a Cultura Japonesa - Judô, Futsal, Danças Urbanas, Violão, São Paulo: Música e Imagem, Capoeira, Recuperação Paralela de Matemática e Recuperação Paralela de Português.

Todos esses projetos tem como premissa a ideia de que o aluno é protagonista na construção de seu conhecimento, e que uma formação integral dos alunos é o caminho para uma educação emancipadora.

Metas e objetivos:

Promoção de melhoria da qualidade social na Educação Básica e, conseqüentemente, dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB;

II – alfabetização a todas as crianças até o 3º ano do Ensino Fundamental nos termos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC;

III – incentivo à autonomia e valorização das ações previstas nos Projetos Político-Pedagógicos das Unidades Educacionais.

IV – fortalecimento da gestão democrática e participativa, com envolvimento das famílias.

Aumentar, gradativamente, o tempo de permanência dos educandos na escola, por meio de ações sistematizadas no contraturno escolar, de caráter educacional que promovam:

- a) a melhoria do processo de ensino e da aprendizagem;
- b) as relações de convívio;
- c) o enriquecimento do currículo;
- d) a integração entre os diferentes segmentos da escola.

II – potencializar o uso dos recursos e espaços disponíveis ampliando os ambientes de aprendizagem e possibilitando seu acesso a educandos e professores;

III – propiciar a recuperação paralela para educandos com aproveitamento insuficiente;

XV - ANEXOS

A) Calendário Escolar 2017;

B) Projeto Especial de Ação (PEA) 2017;

C) Projetos Mais Educação;

D) Projeto Justiça Restaurativa;

E) Comissão de Mediação de Conflitos;

F) Subsídios Pedagógicos – Educação Inclusiva.

ESCOLA LYGIA FAGUNDES TELLES

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO LIMPO

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

SUMÁRIO	PÁGINA
I- APRESENTAÇÃO	03
II- O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPP	06
III-IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE	13
a) DADOS DA UNIDADE.....	13
b) HISTÓRICO	13
c) BIOGRAFIA DO PATRONO	17
IV- ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	18
a) HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO/ QUADRO DE CLASSES POR TURNO	18
V-INFRA-ESTRUTURA.....	19
a) RECURSOS HUMANOS	19
b) RECURSOS FÍSICOS/RECURSOS MATERIAIS.....	22
VI-ATRIBUIÇÕES DE TRABALHO.....	23
VII- ESTUDO DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE E DO ESPAÇO ONDE ESTÁ INSERIDA A UNIDADE ESCOLAR :	27

a) PERFIL SOCIOCULTURAL DAS CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS E DAS RESPECTIVIAS FAMÍLIAS	28
b) PERFIL SOCIOCULTURAL DA EQUIPE DE PROFISSIONAIS DA UNIDADE.....	28
c) LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES E DAS DIFICULDADES DA UNIDADE ESCOLAR	29
d) RELAÇÃO ESCOLA COMUNIDADE:.....	31
 VIII- ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	 32
 IX-PROPOSTA CURRICULAR.....	 35
 a) SÍNTESE DAS ANÁLISES DO APROVEITAMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS APRENDIZAGENS DOS EDUCANDOS	 35
b) METAS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DOS EDUCANDOS A PARTIR DAS RELAÇÕES ESTABELECIDAS COM AS METAS PARA O SISTEMA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL E O IDEB	36
c) PRIORIDADE E OBJETIVOS EDUCACIONAIS QUE ATENDA A NECESSIDADE DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DOS EDUCANDOS E AS LEVANTADAS NO ESTUDO DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE.....	38

e) ESTRATÉGIAS DE ATENDIMENTO AOS EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES	39
X- MARCO REFERENCIAL LEGAL.....	39
XI- OBJETIVOS DA UNIDADE	42
XII - MARCO CONCEITUAL: CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO, SOCIEDADE, DE SER HUMANO, ESCOLA, CONHECIMENTO, ENSINO APRENDIZAGEM, EDUCADOR, CURRÍCULO, ALUNO, INFÂNCIA, AVALIAÇÃO E INCLUSÃO	43
XIII – ATIVIDADES E PROJETOS PERMANENTES DA U.E.:.....	55
a)PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	55
b)POETIZANDO [REDACTED]	57
c)AS TRAPALHADAS [REDACTED]	58
d)PROJETO ANIVERSÁRIO.....	59
e) COLÓQUIO SOBRE EDUCAÇÃO PÚBLICA	60
f)A PRÁTICA DE REGRAS E ASSEMBLÉIAS NA ESCOLA/MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	61
XIV- PROPOSTA CURRICULAR DO NOTURNO	62
XV- BIBLIOGRAFIA.....	67
XVI- ANEXOS – TEXTOS REFERÊNCIAS.....	70



DIRETORIA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO LIMPO

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

CIDADANIA – UMA CONSTRUÇÃO EM PROCESSO

"Estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem "tratar" sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou tecnologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem idéias de formação, sem politizar não é possível."

Paulo Freire, 1996

I- APRESENTAÇÃO

Desenvolvendo nesta escola nosso trabalho como educadores o que nos mobiliza é a convicção de que a escola só consegue apresentar um ensino satisfatório quando, inspirando e direcionando sua prática, existe um projeto intencionado. O projeto tal como o concebemos, não pode vir pronto e acabado, é gestado no contexto da realidade da escola e vai se construindo no processo, cotidianamente. É a existência de um projeto que vai dando consistência ao ensino, que vai deixando transparente a toda comunidade o compromisso e a qualidade da educação que se oferece aos educandos. Construí-lo, pois, significa ver e assumir a educação como processo de ensino e aprendizagem, inserida no mundo da vida, de formação de convicções, de afetos, de motivação, de significações, de valores e de desejos. Assim, a grande tarefa a ser empreendida por nós educadores, na realidade onde atuamos e em parceria com os educandos e suas famílias, é a construção de uma nova escola pública. Uma escola que, voltada e preocupada com a formação das crianças, jovens e adultos como sujeitos que têm direitos a uma educação básica e de boa qualidade, está comprometida em rever e repensar o seu currículo, suas práticas discriminatórias, preconceituosas,

excludentes e mecanizadas superando-as através da reflexão, da análise, do planejamento e da avaliação permanente.

Por outro lado, a construção de uma nova escola pública passa, necessariamente, pela análise das dificuldades dos profissionais que nela atuam e dos alunos que nela estudam. Um olhar sintonizado nos revelará, na maioria das vezes, o desencanto desses profissionais: desânimo motivado pelo pouco ou nenhum envolvimento e participação de alguns alunos e alunas em suas aulas, postura de desinteresse; dificuldade para lidar com o diferente/diversidade na sala, fora isso, o cansaço, pela dupla e/ou tripla jornada de trabalho; desvalorização profissional e poucas oportunidades para uma formação mais consistente. Por outro lado, observamos a multiplicação de atitudes socialmente inusitadas e inconvenientes de alguns alunos: a falta de respeito para com o outro, de motivação para estudar, desinteresse, dificuldade na aprendizagem, ausência de perspectiva para si mesmo, a sexualidade banalizada, o preconceito, a agressividade em suas diversas formas de manifestações. Tudo isso vem tornando o professor “impotente”, naquilo que é sua principal função: o Ato de ensinar.

Linda Pierce, em “A Dança das Mudanças” afirma que para estarem inteiras, no trabalho, as pessoas precisam de compreensão intelectual, de engajamento emocional e de ação sustentada. Para ela, no entanto, a implementação de projetos, não depende, apenas da cabeça, do coração ou das mãos, mas dos três integrados. O fato é que consenso e compromisso exigem que as pessoas estejam intelectualmente estimuladas, emocionalmente engajadas e energizadas para a ação. Somente “seremos capazes de concretizar nossas ideias, nossos sonhos, se estivermos emocionalmente conectados a eles”. Por isso o projeto político pedagógico não pode se reduzir, apenas, à sua dimensão técnica, esquecendo à existencial, porque isso elimina a sua dimensão política. Se toda educação é um ato político, o projeto pedagógico, também o será. Portanto, quem atua na área da educação e da escola não pode dissociar o sonho de humanidade, de sociedade e de pessoa, de seu viver e, por isso, de seu fazer pedagógico.

As questões são muitas e, mais que nunca, merecem uma reflexão, um redirecionamento no sentido de uma melhor compreensão sobre o trabalho docente, sobre o processo de ensinar e aprender, e de desenvolvimento de nossos alunos e alunas. Se olharmos a situação do jeito que normalmente se tem olhado sempre a educação e a escola, seria muito fácil seguir o que é costumeiro e nos limitarmos a buscar e apontar os culpados. Mas a experiência tem nos mostrado também que, por aí, não chegamos a lugar algum ou, talvez, apenas fiquemos um pouco mais frustrados com a docência. Neste sentido, precisamos urgentemente de uma retomada, de uma reorganização, de redefinição de rumos e procedimentos em relação ao trabalho que vem sendo desenvolvido na escola, pois o que se pretende é realmente superar a mera constatação de que a situação da docência está ficando cada dia mais difícil, pelo anúncio de que é possível mudar e conquistar um patamar de qualidade do ensino e da aprendizagem através da revitalização do próprio papel de professores e professoras: professores valorizados profissionalmente e engajados na sua formação, construindo projetos e fazendo uso dos

recursos à disposição na escola para reorganizar e reconstruir a própria ação docente em novos padrões de significação e importância, buscando atender as especificidades dos alunos que chegam à escola, cultivando em si mesmos e em seus alunos a curiosidade que suscita e impulsiona o desejo e a vontade de aprender e ensinar. Professores e professoras autores, que buscam a construção de um

currículo, de uma metodologia voltada para questões que contemplem as diferenças, a diversidade humana que compõe a escola, que propicie aos alunos conhecer e estudar coisas interessantes e úteis para a vida, que faça vislumbrar novos conhecimentos e novas formas de lidar com os conhecimentos, que proporcione o desenvolvimento e a aquisição de habilidades indispensáveis para a vida pessoal e profissional, enfim, uma metodologia que possa contribuir, efetivamente, para um avanço significativo do trabalho pedagógico e educacional da nossa escola, em especial, e da escola pública de um modo geral, pois, o que se busca é a construção de uma nova escola pública que segundo Paulo Freire,

"se assume como um centro de direitos e deveres (...) que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela (...) que se exercita na construção da cidadania de quem usa seu espaço. Que é coerente com a liberdade, com o seu discurso formador, libertador. (...) que brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E, como ninguém pode ser só, é uma escola de comunidade, de companheirismo (...) de produção comum do saber e da liberdade (...) que não pode ser jamais silenciosa nem jamais autoritária. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia "(Gadotti e Romão. 1997. Quarta capa).

Partindo desse pressuposto, e na busca de caminhos para a construção de uma nova escola pública passamos a nos preocupar com a construção de um Projeto Político Pedagógico que desse à escola um caráter verdadeiramente público e popular, ou seja, que incorporasse a realidade sociocultural do seu contexto, que contemplasse o direito à diferença, que estivesse interconectado com os problemas da sociedade atual, restituindo-lhe a função social e buscando alternativas que imprimisse a dimensão política à ação pedagógica.

E assim, respaldado pelo trabalho que vem sendo desenvolvido em nossa escola, o tema indicado para dar concretude ao Projeto Político Pedagógico foi CIDADANIA.

Acreditamos que a escola mais do que nunca é "um espaço privilegiado de construção de conhecimentos, de cultura e de significados éticos necessários e constitutivos das ações de cidadania, que de acordo, com MARTINS, 2000,

...envolve um processo ideológico de formação de consciência
reconhecimento desse processo em termos de direitos e deveres."

pessoal e social e de

Sendo assim, exercemos nossa cidadania através de lutas contra as discriminações, contra as opressões e tratamentos desiguais e a educação como um dos principais instrumentos de formação da cidadania, deve ser entendida como a concretização dos direitos que permitem ao indivíduo sua inserção na sociedade, seja ele aluno ou professor.

Diante do exposto, esse processo se consolida no art. 12 inciso I da Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação que estabelece a responsabilidade do Estabelecimento de Ensino na elaboração e execução de sua “proposta pedagógica” com o intuito de refletir sobre a intencionalidade educativa presente na instituição de ensino. E a abordagem do Projeto Político Pedagógico, como organização do trabalho da escola estará pautado na democracia e no compromisso com a educação pública de qualidade, ressaltando alguns princípios:

- a) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- b) Qualidade que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sócias;
- c) gestão democrática que deve abranger as dimensões pedagógica, administrativa e financeira;
- d) Liberdade associada à ideia de autonomia;
- e) Valorização do magistério que é um princípio central na discussão do PPP.

Acreditamos que os princípios que fundamentam o Projeto Político Pedagógico e o aprofundamento dos estudos sobre currículo, diversidade, a organização do trabalho pedagógico em ciclos de aprendizagem, o acompanhamento das ações propostas, a avaliação, a participação e o envolvimento da comunidade escolar trarão contribuições relevantes para a melhoria da qualidade social da educação que tanto almejamos.

II- PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPP

Como o Projeto Político Pedagógico não é dado de uma vez por todas, pelo contrário, vai sendo construído, ao longo do tempo e do espaço, em meio a êxitos e a fracassos, o projeto da [REDACTED] [REDACTED] passa necessariamente pela consideração de algumas questões fundamentais explicitadas a seguir:

- a) Gestão da escola
- b) A organização do processo ensino aprendizagem em ciclos de Aprendizagem
- c) A definição de um referencial de expectativas e atitudes básicas em cada ciclo que funcione como indicador para organização da proposta curricular e da metodologia de ensino.
- d) A construção de uma concepção de avaliação.
- e) A manutenção de um projeto de formação permanente do educador.

- a) A GESTÃO DA ESCOLA

“Se tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da ESCOLA, no sentido de participares, de tomarem um pouco o destino da escola na mão também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente”.(Paulo Freire)

A educação é um bem social indispensável a todo cidadão que deseja progredir. Esse bem implica em uma formação para o exercício consciente da cidadania na sociedade e esta espera que a escola faça a diferença na vida dos alunos. Para que a escola faça sua função de garantir a entrada do educando e o acesso ao conhecimento, promovendo o desenvolvimento de seus alunos, é necessário que todos estejam engajados num mesmo propósito, ou seja, envolvidos de forma responsável, com o processo de ensino-aprendizagem e as questões que interferem no sucesso do educando, e que se faça valer o direito constitucional de acesso e permanência do aluno na escola pública gratuita e de qualidade a todos que nela desejam ingressar.

Neste sentido e na perspectiva da construção de uma escola pública preocupada com a formação da cidadania, a gestão da escola de forma participativa e compartilhada é fundamental. Reconhecendo o papel de liderança que o diretor precisa assumir que se legitima quando referendado no e pelo coletivo da escola.

Assim, se por um lado, o objetivo é o fortalecimento do Conselho de Escola, por outro lado, o processo para fazê-lo funcionar adequadamente é demorado e requer paciência, tolerância e respeito de cada um e de todos que o compõem, por todos e cada um individualmente. Ao invés do preconceito, da discriminação, da maledicência, do privilégio, o que se busca e se quer garantir é o direito à participação de todos e a construção de um modo de administrar a escola, competente, transparente e que inspire confiança, respeito e o bem estar de todos.

Mas, a gestão não acontece num vazio. É preciso que se busquem os campos onde o exercício da gestão precisa de fato acontecer, onde os olhos e os ouvidos precisam estar conectados, onde os entraves e obstáculos podem estar escondidos ou disfarçados, como também onde podem estar situados as brechas e os potenciais para a criação do novo, da chave do motor para desencadear as mudanças necessárias.

Precisamos ter clareza que Gestão Democrática é uma questão de postura, que se aprende no cotidiano da escola, no coletivo, isso não quer dizer que todos têm que estar no mesmo lugar pensando a mesma coisa, mas coletivo é um grupo de pessoas que comunga da mesma ideia e que procura buscar espaço para discussões.

b) ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM EM CICLOS DE APRENDIZAGEM

A educação escolar brasileira, no seu processo de construção ao longo do tempo foi deixando bem gravadas as marcas de um autoritarismo explicitado através da exclusão, da discriminação, da marginalização do diferente. O mecanismo frequentemente utilizado para a prática de exclusão consistia na avaliação voltada simplesmente para promover ou reter, na maioria das vezes,

desconsiderando as características individuais dos alunos (as) e as considerações sobre o ensino oferecido. O ensino, no Brasil, durante muito tempo mostrou-se bastante ajustado ao modelo de escola autoritária e excludente.

Nos dias atuais, é inadmissível conviver com uma escola com altos índices percentuais de baixo desempenho escolar de seus alunos.

Partindo desse pressuposto, na busca de consolidação de uma escola democrática e no intuito de promover a melhoria da qualidade social da educação, uma das saídas foi a organização do ensino escolar em ciclos de aprendizagem, representando as especificidades de cada fase da vida escolar dos educandos.

Mas é preciso que se tenha clareza de que, a proposta de ciclo só se torna fecunda e promissora numa concepção de escola democrática, solidária e crítica. E nada mais democrático que ensinar com o compromisso de que haja aprendizagem por parte de todos os alunos. Contudo, a forma, o tempo e o entorno pelo qual se aprende, por parte dos sujeitos, são diferentes e isso deve ser considerado.

Neste sentido, não se trata de negligenciar o que deve ser ensinado em nome das dificuldades do sujeito, deve-se sim, modificar as formas de mediação para que ele de fato aprenda. É a preocupação da escola com o atendimento à diversidade social, econômica e cultural existente que lhe garante ser reconhecida como instituição voltada, indistintamente, para a inclusão de todos os indivíduos. E esta talvez seja a primeira dificuldade a superar: é impossível pensar a organização do ensino Fundamental em ciclos utilizando os referenciais de rigidez, fragmentação, homogeneização e formalismo da escola tradicional.

Corroborando a afirmação de Carvalho, Araújo (1988, p. 44):

“[...] a escola precisa abandonar o modelo no qual se esperam alunos homogêneos, tratando como iguais os diferentes, e incorporar uma concepção que considere a diversidade tanto no âmbito do trabalho com os conteúdos escolares quanto no das relações interpessoais. É preciso que a escola trabalhe no sentido de mudar suas práticas de ensino visando o sucesso de todos os alunos, pois o fracasso e o insucesso escolar acabam por levar os alunos ao abandono, contribuindo assim com um ensino excludente”.

Neste sentido, assumindo a proposta de organização do ensino fundamental de 9 anos e organizado em 3 (três) ciclos de 3 (três) anos cada, partimos do pressuposto de que é possível, viável e garantidor de um ensino de qualidade. Mas para isso três focos de atenção, reflexão e preocupação se delineiam:

- a) definição de um referencial de competências e atitudes básicas em cada ciclo que funcione como indicador para organização da proposta curricular e da metodologia de ensino.
- b) a construção de uma concepção de avaliação dissociada de simplesmente promover ou reter;
- c) a manutenção de um projeto de formação permanente do educador

REFERENCIAL DE EXPECTATIVAS E ATITUDES BÁSICAS EM CADA CICLO QUE FUNCIONE COMO INDICADOR PARA ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR E DA METODOLOGIA DE ENSINO.

a) CICLO DE ALFABETIZAÇÃO (1º ao 3º ANO)

No Ciclo I – alfabetização - através da educação escolar e considerando as especificidades das infâncias – das crianças como sujeitos produtoras de cultura, pretende-se:

- 1) que participem de atividades lúdicas, de modo que a cognição e ludicidade caminhem juntas e integradas para garantir espaços de apropriação e produção de conhecimentos;
- 2) que desenvolvam atitudes e valores que resultem em respeito, valorização, tolerância e paciência para consigo mesmos e com os outros e de ajuda e cooperação.
- 3) que estejam alfabetizadas ao final do ciclo de alfabetização;
- 4) que desenvolvam as capacidades de leitura e de produção de textos durante todo o processo de escolarização, garantindo acesso a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconheçam ao final do ciclo de alfabetização;
- 5) que desenvolvam postura de interesse, curiosidade, questionamento e argumentação em relação aos dados, fatos e fenômenos presentes nas situações da vida cotidiana.

b)CICLO INTERDISCIPLINAR (4º ao 6º ANO)

No ciclo II- Interdisciplinar, em continuidade ao processo de educação escolar desenvolvido no ciclo de alfabetização esperamos que o aluno seja capaz de :

- 1) consolidar o processo de alfabetização e letramento de modo a ampliar a autonomia das atividades de leitura, escrita nos diferentes gêneros textuais e as habilidades relacionadas à resolução de problemas;
- 2- utilizem a matemática para a resoluções de problemas da vida prática e a estruturação do pensamento e a agilização do raciocínio.
- 3- aprender a olhar o mesmo objeto de conhecimento na perspectiva dos diferentes componentes curriculares.

4- intervir e não apenas constatar situações de necessidade do meio em que vive, tais como: questões de justiça, humanizadoras, éticas, de democracia, de liberdade, de autonomia, de criatividade para transformações sociais;

5- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercícios de direitos e deveres políticos, civil e social, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e respeito mútuo.

c) CICLO AUTORAL (7º ao 9º ANO)

No ciclo Autoral, em continuidade ao processo de educação escolar desenvolvido no ciclo Interdisciplinar, pretende-se que, o aluno seja capaz de:

1-consolidar o processo de letramento e de resolução de problemas com autonomia para a leitura e a escrita interagindo com diferentes gêneros textuais e literários, comunicando-se com fluência e raciocínio lógico. Bem como apropriar-se dos conceitos e habilidades inerentes a cada área de conhecimento, como forma de contribuir no desenvolvimento e no exercício da cidadania;

2- fazer uso de metodologias de pesquisa a partir de temáticas que, além de subsidiarem a apreensão e construção de conhecimentos e a significação de conceitos, possibilitarão a compreensão da cidadania como participação social e política, o posicionamento de maneira crítica, responsável, solidária e construtiva diante das diferentes situações sociais.

3- desenvolver a curiosidade, a criatividade, autoria e autonomia, capacidade de pensar, explicitar e desenvolver projetos curriculares coletivamente e comprometidos com a intervenção social, considerando o domínio das diferentes linguagens, a busca da resolução de problemas, a análise crítica e a vivência dos educandos.

1

d) EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -EJA

Na educação de jovens e adultos –EJA , pretende-se que os alunos:

1- adquiram o conhecimento do funcionamento do sistema de representação alfabético e ortográfico da língua escrita e da notação matemática;

2- vinculem esses aprendizados com o seu desenvolvimento social e intelectual, de forma que se ampliem as possibilidades de sua participação e intervenção no mundo em que vive.

3- que modifiquem suas compreensões saindo do senso comum para um nível de compreensão para a construção de outro patamar de entendimento sobre a realidade.

4- utilizem a matemática para a resolução de problemas da vida prática e a estruturação do pensamento e a agilização do raciocínio.

5- aperfeiçoem o conhecimento de mundo, incluindo as ciências, as artes, a filosofia e a ética, a política, a história.

6- a partir do trabalho com temas e conteúdos tenham uma melhor compreensão da realidade para além da cotidianidade e do saber prático, articulando conhecimentos dos distintos campos do saber próprios do mundo moderno e às vivências de cada participante em função de sua formação cultural, social e científica.

d) CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DISSOCIADA DE SIMPLEMENTE PROMOVER OU RETER

Qualquer atividade que se exerça necessita, para alcançar o sucesso, ser bem planejada e avaliada criticamente, garantindo assim os seus resultados. De pouco adiantará iniciar e executar um trabalho, se não houver preocupação em avaliá-lo. Com isso, pretendemos assumir a avaliação como um processo contínuo, dinâmico, cumulativo e formativo e inclui tanto a avaliação da aprendizagem e desenvolvimento dos alunos como a avaliação do ensino que lhes é oferecido.

A avaliação do ensino será realizada através de discussão e análise dos resultados apresentados pelos alunos no processo ensino-aprendizagem nos grupos constituídos de educadores de cada ano e cada ciclo em reuniões pedagógicas, conversas com professores, individualmente ou em pequenos grupos e em momentos específicos de planejamento do trabalho pedagógico e educacional.

Na avaliação do aluno pretendemos assumir a avaliação como instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que ele se encontra, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que este possa avançar no seu processo de aprendizagem e autonomia.

A avaliação da aprendizagem dos alunos, para efeitos de verificação do rendimento escolar (item V do artigo 24 da LDB), é realizada através da observação e registros sistemáticos sobre a participação e acompanhamento de cada aluno no processo e da aplicação de instrumentos de avaliação tais como exercícios, relatórios, provas internas e externas, trabalhos em grupos e individuais, apresentação de trabalhos, debates, pesquisas, contando com a utilização de outros recursos sempre que necessário e tem por objetivos:

- diagnosticar a situação de aprendizagem dos educandos para estabelecer os objetivos que nortearão o planejamento da ação pedagógica;
- verificar os avanços e dificuldades dos educando no processo de apropriação, construção e recriação do conhecimento, em função do trabalho desenvolvido;
- fornecer aos educadores elementos para uma reflexão sobre o trabalho realizado, tendo em vista o replanejamento;
- possibilitar aos educandos tomarem consciência de seus avanços e dificuldades, visando ao seu desenvolvimento no processo de aprendizagem;
- embasar a tomada de decisão quanto à promoção dos educandos ao final dos ciclos.

e) MANUTENÇÃO DE UM PROJETO DE FORMAÇÃO PERMANENTE DO

EDUCADOR PROVE- Projeto de Valorização do Educador

Quando Secretário da Educação em São Paulo, em 1989, o Professor Paulo Freire afirmou que um projeto de Formação Permanente do Educador deveria ser desenvolvido na própria escola, ou por um conjunto de escolas próximas, para assim poder atender os professores e professoras em seu local / região de trabalho, de forma a poderem viver, através da formação, o exercício vivo e intenso da reflexão permanente sobre a prática (Educação na Cidade, Cortez Ed. 1991).

Desde 1998, quando iniciamos o Projeto Valorização do Educador e Melhoria da Qualidade do Ensino reunindo escolas da região do M'Boi Mirim (no início 5 escolas e hoje, 2017, 06 escolas). Se por um lado foi a concepção de formação permanente do educador Paulo Freire que nos inspirou no delineamento do projeto, por outro lado, através da prática de efetivação deste projeto de formação do educador, estamos a cada momento / a cada dia / a cada ano, tendo a oportunidade de explicitar e reconhecer efetivamente o valor e a fecundidade de uma concepção de formação do educador que tem como eixo a reflexão sobre a própria prática de professores e professoras, que acredita na possibilidade da escola se constituir com autonomia na gestão do seu compromisso social com a educação das crianças, jovens e adultos, que respeita e reconhece o valor dos professores e os incentiva a ter a formação permanente como objetivo no próprio projeto de vida. E tudo isso trouxe de volta uma questão antiga, ou seja, a da relação entre a formação e a constituição da identidade do educador ou educadora. Ou seja, a relação entre 'formação para quê?' e as mudanças que ocorrem num processo de formação voltado para a conscientização e libertação dos sujeitos envolvidos.

No PROVE, nos preocupamos em dar concretude a uma concepção de formação do educador que está intimamente vinculada com a concepção de escola pública de qualidade como um direito de todas as crianças, jovens e adultos. Nesta concepção, parte-se do princípio de que educandos e educadores são sujeitos igualmente importantes no processo educacional, que estão inseridos no mesmo processo de construção de suas vidas, que precisam ser respeitados e apoiados em suas necessidades e saberes, em seus direitos e responsabilidades, como também questionados em suas atitudes omissas e egoístas.

Nestes anos em que o PROVE vem sendo desenvolvido, se por um lado pudemos colecionar motivos para justificar o valor e a importância desta iniciativa, por outro lado, o próprio processo foi explicitando conquistas e abrindo novas perspectivas e necessidades. Em 2002, além dos cursos e do seminário, o PROVE começou a publicar uma revista que já vai para o número 16 e os livros PROVE

Livros 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 (respectivamente em 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011).

Este ano, estamos organizando a publicação do Livro Comemorativo dos 20 anos do PROVE.

Neste ano (2017), o Projeto Valorização do Educador irá completar vinte anos. Durante todo este tempo foram muitas as dificuldades e os desafios que tivemos de enfrentar e conseguimos nos manter com a mesma seriedade e o compromisso, atravessando diferentes administrações sem interrupção (Celso Pitta, Marta Suplicy, José Serra / Gilberto Kassab, Fernando Haddad). Se conseguimos não desistir e continuar na luta é porque podemos reconhecer o quanto dependemos deste projeto, o quanto ele nos alimenta e nos subsidia para a concretização da escola pública séria e de qualidade que almejamos.

Para complementar a formação continuada tem também o Projeto Especial de Ação – PEA – instrumento de trabalho elaborado pela Unidade Educacional, que expressa as prioridades estabelecidas no “Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo- Mais Educação São Paulo” e no Projeto Político-Pedagógico, voltada essencialmente às necessidades das crianças, jovens e adultos, definindo as ações a serem desencadeadas, as responsabilidades na sua execução e avaliação, visando ao aprimoramento das práticas educativas e consequente melhoria da qualidade social da educação atendendo, em nosso caso, as seguintes especificidades: Ensino Fundamental e EJA, abrangendo às modalidades de Formação e aperfeiçoamento profissional e do processo ensino e aprendizagem, voltadas à implementação e articulação dos Projetos e Programas que compõem a Política Educacional da SME, em especial, o “Programa de Reorganização Curricular e Administrativa,

Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo- Mais Educação São Paulo”, instituído pelo Decreto nº 54.452 de 10/10/13 e regulamentado pela Portaria SME nº 5.930 de 14/10/13. Configuram-se modalidades de PEA as ações:

I - a tematização e a investigação das práticas pedagógicas vivenciadas nos diferentes ambientes educacionais por meio de procedimentos metodológicos, construídos coletivamente, que priorizem:

a) a produção de pautas de observação e de acompanhamento;

b) a análise e a problematização dos dados coletados;

c) a elaboração de propostas pedagógicas com foco no desenvolvimento integral das crianças, jovens e adultos, seus saberes e sua cultura, que promovam a ampliação dos seus conhecimentos e potencialidades, consolidando de forma efetiva suas aprendizagens;

II- a implementação de projetos para garantir a melhoria da qualidade social do ensino e da aprendizagem, de forma que reflita em melhorias nos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB e em outras avaliações realizadas pela Unidade.

IV – o papel da escola na superação da lógica de exclusão social, cultural e econômica, corroborando na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e com princípios democráticos, através da

construção de ambientes educacionais inclusivos que respeitem a diversidade e reafirmem o direito à diferença, bem como a educação ao longo da vida;

Este ano/2017 a proposta deste Projeto, em continuidade, advém da percepção das necessidades de formação e aperfeiçoamento de nossos professores/as, acerca dos desafios postos pela sociedade contemporânea, principalmente no que diz respeito à diversidade. Compreendemos que não se faz uma educação de qualidade sem uma educação cidadã, uma educação que valorize a diversidade. No entanto, na maioria das vezes, nossa falta de segurança e não aprofundamento/reflexão sobre determinados temas nos direciona para uma postura pouco satisfatória ao nosso senso crítico e com isso mantemos a função da escola de reprodutora de desigualdades.

Esperamos com esse projeto que os/as professores obtenham instrumentos para refletir a respeito desses temas e incorporar em suas práticas pedagógicas ações que também levem a comunidade escolar a uma reflexão a cerca da diversidade e da sociedade em que vivemos, bem como constituir possibilidades para o enfrentamento e abominação de todas as formas de discriminação e à constituição de uma cultura dos direitos humanos e de equidade para todos.

III-IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR.

a) DADOS DA UNIDADE:

1-DENOMINAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:		
010154- [REDACTED]		
2-ENDEREÇO:	3-BAIRRO:	4-DISTRITO:
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
5-MUNICÍPIO:	5 [REDACTED]	TELEFONE:
SÃO PAULO		[REDACTED]
ENTIDADE MANTENEDORA:	DRE:	CNPJ:
PREFEITURA MUNICIPAL	CAMPO LIMPO	[REDACTED]
COD.CIE:	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
	P.ORG.BR	
criação da escola	inauguração:	
[REDACTED]	23/11/1991	
[REDACTED]		

b) HISTÓRICO

Consultada, a comunidade sugeriu que a escola se [REDACTED], em homenagem ao cômico dos Trapalhões. Com o nome [REDACTED], fazendo parte da Coordenadoria de Campo limpo, a escola que começou a funcionar em 1991, situa-se em um bairro periférico da zona sul da cidade de São Paulo, Parque Santo Antônio, próximo ao Centro Empresarial, bairro da Piraporinha e à Represa de Guarapiranga, hoje denominada [REDACTED]

O prédio, construído pelo Estado, mas hoje pertencendo ao Município, está localizada ao lado de uma rua movimentada, e com pouca iluminação à noite, como a maioria das ruas da região. Do prédio da escola descortina-se uma visão ampla dos arredores com sua arquitetura peculiar de escadarias fazendo as ligações entre os diferentes planos onde estão construídas as casas, praças, algumas escolas, a fábrica de cultura, campinho de futebol, o conjunto habitacional construído pelo Estado, o conjunto Cingapura e o Cemitério bem ao alto.

Atualmente, o quadro de educadores compõe-se de um Diretor efetivo e duas Coordenadoras Pedagógicas também efetivas, dois Assistentes de Diretor e por volta de 60 professores entre titulares e contratados, atuando em sala de aula, um professor orientador de sala de leitura, dois professores orientadores de informática educativa e quatro professores readaptados, dois em função na secretaria e dois em licença médica. Completa o quadro de funcionários a Secretária, quatro Auxiliares Técnicos Administrativos, sendo dois na função de secretaria e dois de inspeção e cinco Agentes Escolares, todos na função de apoio (LMT).

Em 2009, houve a adequação da escola para três turnos. Hoje, atendemos aproximadamente 800 alunos, regularmente matriculados no Ensino Fundamental Regular e EJA, sendo 10 salas de manhã, 10 salas à tarde e 08 salas à noite. A média de alunos, por sala, varia em torno de 35 alunos. Os alunos com deficiência contam com o apoio do AEE em regime colaborativo e com o transporte escolar (TEG) levando-os até a escola, diariamente.

Até a década de 90, a escola apresentava uma realidade completamente diferente do que ela é hoje: Altos índices de reprovação e evasão escolar, depredação, alunos agressivos / briguentos / desrespeitosos para com a escola, para com os professores e com atitudes violentas dentro e fora da escola. As queixas eram constantes por parte professores pela ausência quase completa de ofertas de cursos de aperfeiçoamento, assessorias especiais e encontros de formação e atualização; a separação entre o administrativo e o pedagógico, a necessidade de transparência e objetividade nas relações interpessoais e administrativas, a pouca participação dos professores nas decisões e encaminhamentos da U.E, entre outros. (Autoavaliação Institucional- 96).

A partir de 1997, estimulados pela liderança de uma nova equipe que concebia a questão pedagógica como finalidade primordial de uma instituição escolar, começou-se a viver um período de contaminação e de satisfação, de realização, de produção, de mudança da cara da escola. A Zacaria de 1996 foi se extinguindo para ir dando lugar ao [REDACTED].

Neste processo pode-se sinalizar algumas ações, conquistas e projetos bastante importantes:

- A constituição do grupo de docentes que, gradativamente, foi acontecendo através da permanência de professores e professoras na escola;
- A construção em processo do Projeto Político Pedagógico da escola cujo tema, CIDADANIA, que a cada ano tem se mostrado extremamente fértil para o desvelamento de conteúdos e ações extremamente importantes para o delineamento de alternativas para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem e a caracterização da escola como construção coletiva.
- O processo de avaliação da Unidade Escolar que, além de envolver a participação de educandos, educadores, funcionários e pais tem efetivamente contribuído, através dos dados que fornece para uma atualização constante da escola em relação ao que precisa ser melhorado e ao que precisa ser implementado.
- A realização de alguns projetos que envolvem a escola como um todo, ou seja, as Trapalhadas do [REDACTED] e o Projeto Aniversário; o Colóquio sobre Educação Pública (que envolve alunos e ex-alunos / professores e ex-professores, comunidade escolar, funcionários) ; o Concurso de Poesia, a Prática de Regras e Assembleias (normas de convivência).
- A dinamização dos espaços da escola (em especial a Sala de Leitura e o Laboratório de Informática) para o melhor desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem e a criação de outras oportunidades para atender interesses específicos das crianças , jovens e adultos.
- A programação de saídas de grupos de alunos para visitar exposições de arte e mostras especiais, teatros e outros espaços mais específicos para atender necessidades dos projetos de trabalho que estão sendo desenvolvidos em sala de aula;
- A conservação e o zelo pelo prédio escolar como também a aquisição e manutenção de materiais e equipamentos necessários para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade;
- A existência de um Conselho de Escola e da APM com bastante representatividade e com uma atuação e participação significativa;
- A participação ativa no Projeto Valorização do Educador e Melhoria da Qualidade do Ensino, que é um projeto de formação permanente do educador que vem sendo desenvolvido por um conjunto de escolas da região. Este projeto inclui também a publicação da Revista Prove e da coleção Prove Livros.
- A Sala de Recurso Multifuncional para atendimento aos alunos com deficiência.
- A adesão ao Programa Mais Educação, envolvendo os seguintes projetos: Recuperação Paralela (Português e Matemática) , Imprensa Jovem, Violão, Bandas e Fanfarras, Ginástica Rítmica e Artística, Esporte Escolar, Escultura em cerâmica, Língua Espanhola, , Sala de Leitura (Clube de Leitura), todos no contra turno.

- O Projeto de Inovação Pedagógica e de Gestão na Rede: Aprender e viver : Ressignificando a ação dos atores no processo de aprendizagem (envolvendo a participação dos pais e alunos por meio de um processo de formação).

Quanto à quantidade e qualidade dos materiais didáticos e pedagógicos que temos a nossa disposição, a contribuição de SME, MEC, nos últimos anos, tem sido bastante significativa, o que tem contribuído para tornar mais completa a atuação dos professores e professoras e, conseqüentemente a aprendizagem. Neste sentido, destacamos o acervo numeroso que temos em nossa sala de leitura, o laboratório de informática com acesso à Internet para pesquisas e produção de trabalhos em todas as disciplinas, os materiais disponibilizados para o laboratório de Ciência (que infelizmente , só está no papel aguardando a reforma), os jogos pedagógicos para as diversas disciplinas inclusive para a sala de Recuperação Paralela/Multifuncional, materiais para o Programa “Mais Educação”, a diversidade de materiais para as aulas de Educação Física, projetores de multimídia dentro de cada sala de aula e ar condicionado em cinco salas de aulas, bem como no ateliê, sala de leitura, sala de informática e sala de Recursos Multifuncional/RP o que tem contribuído para a melhoria do trabalho docente na escola.

Em relação ao espaço físico, apesar de não atender a demanda a contento conseguimos fazer algumas alterações: A primeira alteração começou com o banheiro. A reforma levou em conta as reivindicações dos alunos, como a instalação de um espelho, de um suporte para papel higiênico nos boxes, suporte para sabonete líquido, um secador com ar quente para secar as mãos e uma cantoneira para apoiar o material escolar. O local foi arrumado, as pichações apagadas e assim permanece até hoje. “As pessoas entenderam que têm o direito de possuir uma escola limpa”.

Dividimos também a sala de Multimídias em duas, sendo uma para atendimento do PAEE - Sala de recursos Multifuncional e do PRP- Recuperação Paralela, e a outra, para o Ateliê de Artes. Mudamos também a maneira de servir a merenda: os pratos de plástico foram trocados por outros de vidro, com garfo e faca no lugar da colher, e os alimentos, antes servidos pelas cozinheiras, passaram a ser oferecidos em um esquema de *self-service*. As mudanças tornaram o refeitório um lugar mais limpo, menos barulhento e os alunos aprenderam sobre a importância de se servir com autonomia e de fazer as próprias escolhas em relação ao tipo de alimento e à quantidade necessária para colocar no prato, passando a evitar o desperdício. Além disso, o espaço físico da escola é utilizado por todos (professores, alunos, funcionário, pais) , ou seja, sem limitações impostas por relações hierárquicas.

Embora as melhorias [REDACTED] notáveis, a escola tem se esforçado bastante para um avanço mais significativo no processo de ensino e aprendizagem, nos resultados das avaliações internas e externas e, conseqüentemente, do IDEB. Por outro lado, apesar de ainda estarmos insatisfeitos com os resultados/indicadores dos níveis de desempenho da nossa escola, observamos também, que muitos elementos acabam não sendo captados pelas avaliações externas como, por exemplo, a melhoria nas relações de convivência da comunidade com a escola, com os colegas e professores, na conservação e cuidado com o ambiente e que dificilmente se traduz em uma nota.

Sendo assim, consideramos que as avaliações externas e internas, os aspectos por elas abordados e os resultados obtidos nos permitem refletir sobre nossa prática pedagógica em sala de aula, sobre a real aproximação destas com o desenvolvimento das expectativas de aprendizagem almejadas em cada série e com os direitos de aprendizagem de nossos alunos e alunas. Estamos conscientes e convictos, de que, embora enfrentando alguns entraves, realizamos um trabalho de boa qualidade, e que continuaremos buscando o aprimoramento de nossa prática visando um maior envolvimento de todos na busca por resultados cada vez mais satisfatórios.

Estamos convictos também de que, dado o caráter de incompletude de toda atividade humana, o nosso Projeto Político Pedagógico ainda oferece lacunas e exige constante avaliação e atualização. Mesmo assim, cremos ter sistematizado um instrumento orientador tanto das práticas político-pedagógicas quanto da formação continuada dos educadores que ingressam nesta casa. Isso faz supor, e é verdadeiro, que tudo o que temos conseguido realizar é resultado de nossa dedicação como equipe de educadores compromissados e envolvidos com a educação escolar e, o bom desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem de nossas crianças, jovens e adultos.

Por outro lado, se a nossa escola pudesse dispor de melhores condições para funcionar, se pudesse ter mais autonomia para encaminhar soluções e tomar decisões sobre questões e necessidades do cotidiano, se pudesse ter apoio e assistência mais pontuais e não genéricos para se constituir como escola formadora de pessoas, com certeza poderia se caracterizar como um espaço efetivo de formação e desenvolvimento das crianças e jovens para viver e conviver com respeito e dignidade neste mundo que se apresenta tão violento.

c) BIOGRAFIA DO PATRONO- QUEM FOI [REDACTED]?

“O sorriso de uma criança vale mais que qualquer coisa desse mundo”

[REDACTED] nasceu em uma família humilde com onze irmãos. Nascido em Sete Lagoas, cidade do interior de Minas Gerais. Antes de se tornar famoso, foi vendedor de sapatos e trabalhou em uma fábrica de café, onde seu pai já trabalhava.

Mauro estudou no Colégio Diocesano Dom Silvério de Sete Lagoas. Começou a carreira no rádio em 1955, na Rádio Cultura de Sete Lagoas, num programa humorístico chamado *Em Babozal Era Assim*. No ano seguinte, formou-se técnico em contabilidade pela Escola Técnica de Comércio de Sete Lagoas. Através do humor, logo tornou-se conhecido pela habilidade de trocar de vozes, criando vários tipos completamente diferentes, e de imitar animais com rara perfeição.

Mudou-se para Belo Horizonte em 1957, onde tentou estudar Arquitetura, trabalhando ao mesmo tempo como bancário. Porém, dificuldades financeiras o impediram de iniciar o curso. Na capital mineira, [REDACTED] trabalhou na Rádio Inconfidência, fazendo três programas, sendo que o que mais o marcou como comediante foi *Arte Final*. Logo veio o reconhecimento: foi considerado o melhor comediante do rádio de 1960 a 1963. Ainda em Belo Horizonte, fez sua estreia na televisão, na TV Itacolomi, no programa *Tribunal de Calouros*.

Em 1963, recebeu uma proposta para trabalhar na TV Excelsior do Rio de Janeiro, a convite de [REDACTED]. Apesar da timidez - que inicialmente o impedia de trabalhar na televisão - Mauro estreou em um programa de calouros, onde criou cinco personagens, incluindo o [REDACTED], fazendo grande sucesso inspirado num garçom da terra natal dele. Mais tarde, foi para a Rede Record, para fazer parte do elenco de *A Praça da Alegria* e *Os Insociáveis*. Sua participação no programa fez com que [REDACTED] o convidasse para ser efetivado no grupo de [REDACTED] foi o último

0min										
19h0		6ºD	7ºC	8ºC	2ºet.	2ºET.	1ºET.	9ºB	9ºC	
0min					Eja	EJA	EJA			
23h0										
0										

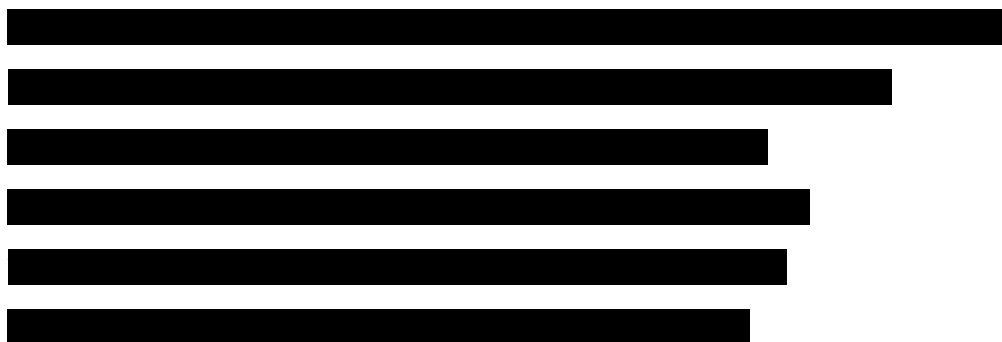
V- INFRA- ESTRUTURA

(a) RECURSOS HUMANOS

Telefones: 5514-3131 / 5894-6725	Celular Diretor:	
Turmas da Unidade/Total: 28	Turnos: 3	
Cargo/Função	Nome	Quantidade
Diretor de Escola		01
Diretor-designado		
Assistentes de Diretor		02
Coordenador(es) Pedagógico(s)		02 EFETIVOS
Mencionar se é efetivo ou designado		
Prof. Orientador de Informática Educativa		DA 02

(POIE)		
Prof. Orientador de Sala de Leitura (POSL)		01
Prof. SAAI/AEE		01
Prof. Rec Paralela de Português		01
Prof. Rec. Palalela de Matemática		01
Secretário(nomeado)		01
Secretário(estável)		
Auxiliar Técnico de Educação		SECRETARIA
	JUSTO	SECRETARIA
	VIEIRA	SECRETARIA
		INSPEÇÃO
		INSPEÇÃO
Aux.Sec/AAE		
Agente(s) Escolar(es) (colocar a função: merendeira ou apoio ao educando)		APOIO
		APOIO
		APOIO

SERVIDORES READAPTADOS:



ESTAGIÁRIOS DO PROGRAMA “ APRENDER SEM LIMITES”



ESTAGIÁRIOS DO PROGRAMA PARCEIROS DA APRENDIZAGEM



AUXILIAR DE VIDA ESCOLAR



CORPO DOCENTE- ENSINO FUNDAMENTAL E EJA

  	PROF.ENS.FUND.II E MED.-HISTORIA
	PROF.ED.INF.E ENS.FUND.I
	PROF.ED.INF.E ENS.FUND.I
	PROF.ENS.FUND.II E MED.-GEOGRAFIA
	PROF.ENS.FUND.II E MED.-GEOGRAFIA
	PROF.ENS.FUND.II E MED.-ED.FISICA

[REDACTED]	PROF.ENS.FUND.II E MED.-PORTUGUES
[REDACTED] [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED]	PROF.ENS.FUND.II E MED.-MATEMATICA
[REDACTED] [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED]	PROF.ED.INF.E ENS.FUND.I
[REDACTED]	PROF.ED.INF.E ENS.FUND.I/DESIGNADA OUTRA ESCOLA
[REDACTED]	PROF.ENS.FUND.II E MED.-PORTUGUES
[REDACTED]	PROF.ENS.FUND.II E MED.-GEOGRAFIA
[REDACTED]	PROF.ENS.FUND.II E MED.-PORTUGUES
[REDACTED]	PROF.ENS.FUND.II E MED.-CIENCIAS
[REDACTED]	PROF.ED.INF.E ENS.FUND.I
[REDACTED]	PROF.ENS.FUND.II E MED.-ED.ARTISTICA
[REDACTED]	PROF.ENS.FUND.II E MED.-PORTUGUES
[REDACTED]	PROF.ENS.FUND.II E MED.-ED.ARTISTICA
[REDACTED] [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED]	PROF.ED.INF.E ENS.FUND.I
[REDACTED] [REDACTED] [REDACTED]	DEPROF.ED.INF.E ENS.FUND.I

[REDACTED]	
[REDACTED] DE	PROF.ED.INF.E ENS.FUND.I
[REDACTED]	
[REDACTED] GUIMARAES DE	PROF.ED.INF.E ENS.FUND.I
[REDACTED]	
[REDACTED]	PROF.ED.INF.E ENS.FUND.I
[REDACTED]	PROF.ED.INF.E ENS.FUND.I
[REDACTED]	PROF.ED.INF.E ENS.FUND.I
[REDACTED]	PROF.ENS.FUND.II E MED.-HISTORIA
[REDACTED]	PROF.ENS.FUND.II E MED.-CIENCIAS/LM
[REDACTED]	PROF.ENS.FUND.II E MED.-INGLES
[REDACTED]	PROF.ENS.FUND.II E MED.-INGLES
[REDACTED]	PROF.ENS.FUND.II E MED.-HISTORIA
[REDACTED]	PROF.DE BANDAS E FANFARRAS
[REDACTED]	PROF.ENS.FUND.II E MED.-ED.FISICA
[REDACTED]	PROF.ENS.FUND.II E MED.-INGLES
[REDACTED]	
[REDACTED]	PROF.ED.INF.E ENS.FUND.I
[REDACTED]	PROF.ED.INF.E ENS.FUND.I
[REDACTED]	PROF.ENS.FUND.II E MED.-ED.FISICA
[REDACTED]	PROF.ED.INF.E ENS.FUND.I

SILVA	PROF.ENS.FUND.II E MED.-MATEMATICA
	PROF.ENS.FUND.II E MED.-CIENCIAS
MOREIRA DOS	PROF.ED.INF.E ENS.FUND.I
	PROF.ED.INF.E ENS.FUND.I
	PROF.ED.INF.E ENS.FUND.I
	PROF.ENS.FUND.II E MED.-ED.ARTISTICA
	PROF.ED.INF.E ENS.FUND.I
	PROF.ENS.FUND.II E MED.-HISTORIA
	PROF.ED.INF.E ENS.FUND.I
	PROF.ENS.FUND.II E MED.-MATEMATICA

b)- RECURSOS FISICOS E MATERIAIS

Como já descrevemos anteriormente, o espaço físico, não atende a demanda a contento. A reforma da escola já foi aprovada, mas a demora na sua execução, tem adiado, também, a solução de alguns problemas que temos enfrentado no dia a dia, especialmente em relação à acessibilidade. Apesar de tudo isso, o trabalho pedagógico é bastante dinâmico e envolvente e o processo de ensino e aprendizagem se desenvolve utilizando efetivamente todos estes espaços e com os recursos materiais e didáticos abaixo descriminados.

SALA DE AULA	10 salas de aula, sendo: 5 equipadas com 2 ventiladores + quadro branco + 1 pc + 1 data show + tela branca + 1 caixa de som 5 salas equipadas com 2 ar condicionados + quadro branco + 1 pc + 1 data show + tela branca + 1 caixa de som
ATELIÊ DE ARTES	01 com ar condicionado

SALA DE LEITURA	com data show / telão fixo /ar condicionado
SALA DE INFORMÁTICA	com data show / telão fixo /ar condicionado
PARQUE	
QUADRA	02 (uma coberta e outra descoberta)
MESAS FIXAS PARA ESTUDO AO AR LIVRE	
SALA DE APOIO PEDAGÓGICO: AEE E RP	01
SALA DE COORDENAÇÃO	01
SALA DE DIREÇÃO	01
SALA DE SECRETARIA	01
SALA DESTINADA P/REUNIÕES JEIF	01
COZINHA	01
ALMOXARIFADO	01
SALA PARA MATERIAIS DIVERSOS	01
SALA PROFESSOR DE ED.FISICA E DE BANDAS E FANFARRAS	01

RECURSOS MATERIAIS

2 LOUSAS INTERATIVAS

APARELHOS TOCA CD

1 CÂMARA DE DOCUMENTOS

2 MÁQUINAS FOTOGRÁFICAS

2 RETROPROJETORES

EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO NO PÁTIO

1 MÁQUINA DE FAZER FUMAÇA

5 MICROFONE SEM FIOS

10 TABLETS: 1 PARA CADA SALA DE AULA /2 DATA SHOW AMBULANTES

1 MÁQUINA DE FAZER PIPOCA

1 DE CASCATA DE CHOCOLATE

1 MÁQUINA DE CREPE FRANCES

1 MAQUINA DE CREPE SUIÇA

1 MÁQUINA DE CHURROS

1 DERRETEDEIRA DE CHOCOLATE

**1 GUITARRA – INSTRUMENTOS DE FANFARRA – 2 TECLADOS-20
VIOLÕES – PERCUSSÃO: TIMBA, PANDEIRO, AGOGÔ
EQUIPAMENTO PARA GRÁFICA: ENCADERNADORA,
GUILHOTINA BALCÃO DE SELF-SERVICE**

VI – ATRIBUIÇÕES DE TRABALHO/AÇÃO

DO DIRETOR

I-coordenar a elaboração do Projeto Político Pedagógico, acompanhar e avaliar a suas execuções em conjunto com a comunidade educativa e o Conselho de Escola, observadas as diretrizes da política educacional da SME;

II – elaborar o plano de trabalho da direção em conjunto com o Assistente de Diretor de Escola, indicando Metas, formas de acompanhamento e avaliação dos resultados e impactos da gestão;

III – participar em conjunto com a equipe escolar da definição, implantação e implementação das normas de convívio da Escola;

IV – favorecer a viabilização de projetos educacionais propostos pelos segmentos da Escola ou pela comunidade local, à luz do Projeto Político Pedagógico;

V – possibilitar a introdução das inovações tecnológicas nos procedimentos administrativos e pedagógicos da Escola;

VI – prover as condições necessárias para o atendimento aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

VII – implementar a avaliação institucional da Escola em face das diretrizes, prioridades e metas estabelecidas pela SME;

VIII- acompanhar, avaliar e promover a análise dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB e de quaisquer instrumentos avaliativos da aprendizagem dos alunos frente aos indicadores de aproveitamento escolar, estabelecendo conexões com a elaboração do projeto político pedagógico, plano de ensino e do plano de trabalho da direção da unidade educacional, com vistas ao constante aprimoramento da ação educativa;

IX – buscar alternativas para a solução dos problemas pedagógicos e administrativos da Escola;

X – planejar estratégias que possibilitem a construção de relações de cooperação que favoreçam a formação de parcerias e que atendam às reivindicações da comunidade local, em consonância com os propósitos pedagógicos da Escola;

XI – promover a integração da Escola com a comunidade, bem como programar atividades que favoreçam essa participação;

XII – coordenar a gestão da Escola, promovendo a efetiva participação da comunidade educativa na tomada de decisões, com vistas à melhoria da aprendizagem dos alunos e das condições necessárias para o trabalho do professor;

XIII – promover a organização e funcionamento da Escola, de forma a atender às demandas e aspectos pertinentes de ordem administrativa e pedagógica, de acordo com as determinações legais;

XIV– coordenar e acompanhar as atividades administrativas, relativas a:

- a) folha de frequência;
- b) fluxo de documentos de alunos;
- c) fluxo de matrículas de alunos;
- d) fluxo de documentos de vida funcional;
- e) fornecimento e atualização de dados e outros indicadores dos sistemas gerenciais, respondendo pela sua fidedignidade;
- f) comunicação às autoridades competentes e ao Conselho de Escola dos casos de doenças contagiosas e irregularidades graves ocorridas na Escola;

XV – diligenciar para que o prédio escolar e os bens patrimoniais da Escola sejam mantidos e preservados:

- a) coordenando e orientando toda a equipe escolar quanto ao uso dos equipamentos e materiais de consumo, bem como a manutenção e conservação dos bens patrimoniais e realizando o seu inventário, anualmente ou quando solicitado pelos órgãos da SME;
- b) adotando, com o Conselho de Escola, medidas que estimulem a comunidade a se corresponsabilizar pela preservação do prédio e dos equipamentos escolares, informando aos órgãos competentes as necessidades de reparos, reformas e ampliações;

XVI – gerir os recursos humanos e financeiros recebidos pela Escola juntamente com as instituições auxiliares constituídas em consonância com as determinações legais;

XVII – delegar atribuições, quando se fizer necessário.

c) ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE DE DIRETOR

– substituir o Diretor, em seus impedimentos legais, na forma definida em legislação específica;

II – responder pela gestão da escola, nas ausências do Diretor de Escola;

III – atuar conjuntamente com o Diretor de Escola no desempenho de suas atribuições específicas.

d) COORDENADOR PEDAGÓGICO

– coordenar a elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola visando a melhoria da qualidade de ensino, em consonância com as diretrizes educacionais do Município;

II – elaborar o plano de trabalho da coordenação pedagógica, articulado com o plano da direção da escola, indicando metas, estratégias de formação, cronogramas de formação continuada e de encontros para o planejamento do acompanhamento e avaliação com os demais membros da Equipe Gestora;

III – coordenar a elaboração, implementação e integração dos planos de trabalho dos professores e demais profissionais em atividades docentes, em consonância com o Projeto Político Pedagógico e as diretrizes curriculares da SME;

IV – assegurar a implementação e avaliação dos programas e projetos que favoreçam a inclusão dos educandos, em especial dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, e altas habilidades/superdotação;

V – promover a análise dos relatórios individuais, da avaliação institucional e externa, estabelecendo conexões com a elaboração dos planos de trabalho dos docentes, da coordenação pedagógica, e dos demais planos constituintes do Projeto Político Pedagógico;

VI – analisar os dados referentes às dificuldades nos processos de ensino e aprendizagem, expressos em quaisquer instrumentos internos e externos à unidade educacional garantindo a implementação de ações voltadas à sua superação;

VII – identificar, em conjunto com a Equipe Docente, casos de alunos que apresentam dificuldades de

aprendizagem e desenvolvimento e, por isso, necessitem de atendimento diferenciado, orientando os encaminhamentos pertinentes, inclusive no que se refere aos estudos de recuperação contínua e, se for o caso, paralela no ensino fundamental;

VIII – planejar ações que promovam o engajamento da Equipe Escolar na efetivação do trabalho coletivo, assegurando a integração dos profissionais que compõem a Escola;

IX – participar da elaboração dos registros individuais e acompanhamento das atividades pedagógicas desenvolvidas na Escola;

X – acompanhar e avaliar o processo de avaliação, nas diferentes atividades e componentes curriculares, bem como assegurar as condições necessárias para os registros do processo pedagógico;

XI – participar, em conjunto com a comunidade educativa, da definição, implantação, e implementação das normas de convívio da Escola;

XII – organizar e sistematizar, com a Equipe Docente, a comunicação de informações sobre o trabalho pedagógico, inclusive quanto à assiduidade e a necessidade de compensação de ausências dos alunos junto aos pais ou responsáveis;

XIII – promover o acesso da equipe docente aos diferentes recursos pedagógicos e tecnológicos disponíveis na Escola, garantindo a instrumentalização dos professores quanto à sua organização e uso;

XIV – participar da elaboração, articulação e implementação de ações, integrando a Escola à comunidade e aos equipamentos locais de apoio social;

XV – promover e assegurar a implementação dos programas e projetos da SME, por meio da formação dos professores, bem como a avaliação e acompanhamento da aprendizagem dos alunos, no que concerne aos avanços, dificuldades e necessidades de adequação;

XVI – participar das diferentes instâncias de discussão para a tomada de decisão quanto à destinação de recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive a verba do Programa de Transferência de Recursos Financeiros – PTRF e do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE da Escola;

XVII – participar dos diferentes momentos de avaliação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, promovendo estudos de caso em conjunto com os professores e estabelecendo critérios para o encaminhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem;

XVIII – orientar, acompanhar e promover ações que integrem estagiários, cuidadores e outros profissionais no desenvolvimento das atividades curriculares;

XIX – participar das atividades de formação continuada promovidas pelos órgãos regionais e centrais da SME, com vistas ao constante aprimoramento da ação educativa.

d) EQUIPE DOCENTE

I – participar da elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola, visando a melhoria da qualidade da educação, em consonância com as diretrizes educacionais da SME;

II – elaborar o plano de ensino da turma, observadas as metas e objetivos propostos no Projeto Político Pedagógico e as diretrizes curriculares da SME;

III – zelar pela aprendizagem e frequência dos alunos;

IV – considerar as informações obtidas na apuração do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB e de outros instrumentos avaliativos de aproveitamento escolar, bem como as metas da aprendizagem indicadas para a unidade educacional na elaboração do plano de ensino;

V– planejar e ministrar aulas, registrando os objetivos, atividades, e resultados do processo educativo, tendo em vista a efetiva aprendizagem de todos os alunos;

VI – planejar e desenvolver, articuladamente com os demais profissionais, atividades pedagógicas compatíveis com os tempos e vários espaços de ensino e de aprendizagem existentes na Escola;

VII – articular as experiências dos alunos com o conhecimento sistematizado, valendo-se de princípios metodológicos, procedimentos didáticos e instrumentos que possibilitem o pleno aproveitamento das atividades desenvolvidas;

VIII – discutir com os alunos e com os pais ou responsáveis as propostas de trabalho da Escola, formas de acompanhamento da vida escolar e procedimentos adotados no processo de avaliação das crianças, jovens e adultos;

IX– identificar, em conjunto com o Coordenador Pedagógico, alunos que apresentem necessidades de atendimento diferenciado, comprometendo-se com as atividades de recuperação contínua e paralela;

X– adotar, em conjunto com o Coordenador Pedagógico, as medidas e encaminhamentos pertinentes ao atendimento dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

XI- planejar e executar atividades de recuperação contínua, paralela e compensação.

de ausências, de forma a assegurar oportunidades de aprendizagem aos alunos

XII-adequar os procedimentos didáticos e pedagógicos que viabilizem a implantação da educação inclusiva e da educação de jovens e adultos;

XIII – manter atualizado o registro das ações pedagógicas, tendo em vista a avaliação contínua do processo educativo;

XI – participar das atividades de formação continuada oferecidas para o seu aperfeiçoamento, bem como de cursos que possam contribuir para o seu crescimento e atualização profissional;

XII – atuar na implementação dos programas e projetos da SME, comprometendo-se com suas diretrizes, bem como com o alcance das metas de aprendizagem;

XIII – participar das diferentes instâncias de tomada de decisão quanto à destinação de recursos materiais e financeiros da Escola;

XIV – participar da definição, implantação e implementação das normas de convívio da Escola.

VII- ESTUDO DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE E DO ESPAÇO ONDE ESTÁ INSERIDA A UNIDADE ESCOLAR.

a) O PERFIL SÓCIO-CULTURAL DAS CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS MATRICULADOS NA UNIDADE ESCOLAR E DAS RESPECTIVAS FAMÍLIAS.

A [REDACTED]s- está localizada [REDACTED]o, bairro periférico da cidade de São Paulo, onde a maioria das famílias sofre as consequências de uma sociedade que oferece poucas condições para se viver com qualidade. Outros problemas enfrentados pela comunidade, ainda são: a escassez de transporte coletivo, a falta de segurança, a violência, o atendimento á saúde, a falta de saneamento básico e poucas alternativas culturais e de lazer.

Nossos alunos são, em sua maioria filhos de famílias, que se caracterizam por serem chefiadas por mulheres, onde os irmãos nem sempre tem o mesmo pai. Existem aqueles que não moram com suas mães, são cuidados pela avó ou tia; outros ainda têm os pais presentes, porém, por uma série de razões, esses pais mantêm uma postura de ausência em relação à vida escolar dos filhos. Faz-se importante também observar o nível de escolaridade das famílias, boa parte possui apenas o ensino

fundamental e médio. Poucos possuem nível superior, sendo que, muitos deles já estudaram ou estudam nesta escola.

Observa-se também, que dentre as famílias de nossos alunos e alunas, existem muitos migrantes vindos de outros estados: Minas Gerais, Bahia, Paraná, Paraíba, Ceará, Pernambuco, de cidades dentro do estado de São Paulo e de outros países, do Congo, por exemplo, outros nasceram no próprio bairro ou nas imediações. Além das diferenças de origem e cultural, temos os alunos com deficiência nos anos iniciais, finais e EJA. A maioria vem transporte Vai e Volta.

Em relação ao nível socioeconômico da comunidade, a maioria apresenta um poder aquisitivo médio baixo, vivendo de serviços informais, empregados do comércio, empregados domésticos, da construção civil, prestadores de serviços, vendedores ambulantes, entre outros. Outro dado que demonstra a renda desta comunidade é o número considerável de famílias atendidas por programas sociais, relatados na ficha de matrícula como o programa Bolsa Família.

Outro ponto a considerar é que não há nas proximidades da escola muitas alternativas culturais e de lazer e, também, não há cursos alternativos que ajudem os alunos e alunas na sua formação pessoal e profissional, por isso, algumas ONGs são fundamentais para melhoria da qualidade de vida do bairro, com destaque para a internacionalmente reconhecida Casa do Zezinho. O mérito da entidade é de tirá-los da rua oferecendo aulas de panificação, natação, artes, reforço escolar e educação ambiental. A ORPAS, também, tem papel importante na vida dessas crianças e jovens, proporcionando, reforços, cursos, etc.

A fábrica de Cultura é outro importante espaço para a comunidade promovendo atividades culturais, cursos livres, aula de dança, música, circo e outras opções. Há também a Casa de Cultura do M' Boi Mirim. A Cooperifa, espaço importante em nosso bairro, "Palco para a arte e indignação da periferia" como é chamada, promove eventos onde o ponto forte são os saraus de poesia. Os saraus ocorrem semanalmente no bar do Zé Batidão, próximo a nossa escola. Também promove ações como o Cinema na Laje, que exibe filme e documentário feito por artistas da periferia e, ainda, leva os saraus para as escolas. Podemos afirmar que há uma articulação das ações deles com a nossa escola.

A busca de atividades culturais fora da comunidade acaba não sendo uma prática comum. Talvez os custos com o deslocamento e o capital econômico próprio das camadas populares não possibilitam a busca e a frequência a instituições culturais e de lazer fora da comunidade, salvo aqueles organizados pela própria escola (cinema , teatro, museus, estudo de meio. Etc.) ou por atividades que a própria comunidade oferece, como os eventos organizados pelas Igrejas, associação de bairros e outras instituições citadas acima.

b) O PERFIL SOCIO-CULTURAL DA EQUIPE DE PROFISSIONAIS DA UNIDADE ESCOLAR E A INDICAÇÃO DE COMO POTENCIALIZAR OS SABERES DA EQUIPE PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE ESCOLAR.

Atualmente, temos um grupo de professores muito diversificado, tanto na formação quanto nas atitudes. São professores que estudam e que desejam formação continuada visando sempre o crescimento profissional e a qualidade do trabalho em sala de aula. A maioria tem boa formação acadêmica, alguns inclusive com título de mestre. Podemos afirmar que quase todas as correntes de pensamento estão representadas neste grupo: tradicionalista, sócio construtivistas, marxista, pós-modernistas, o que torna muito rico os debates, conflitantes, mas não paralisantes.

As maiorias dos docentes trabalham exclusivamente na rede pública de ensino, em escolas estaduais e municipais, em um, dois ou três turnos.

É um grupo de profissional bastante comprometido e preocupado com a causa da educação e da aprendizagem dos alunos e alunas, buscando sempre planejar as aulas, ampliando seu repertório de conhecimento. Por outro lado, sente-se muitas vezes desmotivados, dado as situações conflitantes com as quais se deparam no dia a dia com a postura inadequada de alguns alunos, a falta de valorização do magistério. Tudo isso, vem produzindo desânimo e desencanto e como consequência, evidencia-se a depressão, o stress, bem como desgastes físicos (voz, articulações, coluna, etc), levando-os muitas vezes a tirar licença médica ou pedindo readaptação.

Além de tudo isso, alguns desses profissionais, ainda, enfrentam dificuldades na gestão de sala de aula: mesmo reconhecendo a grande heterogeneidade existente na sala, ainda demonstram dificuldades para lidar com ela; muitos conservam concepções e práticas pedagógicas pautadas em tendências conservadoras, do tudo igual para todos, desconsiderando a diversidade.

Há também, um grupo de professores inovadores, criativos, que buscam incessantemente descobrir novos caminhos para superar as adversidades e ressignificar sua prática docente.

Em relação à equipe gestora, nota-se na avaliação dos funcionários um contentamento relacionado ao trabalho da gestão: a considera democrática, valorizando a participação dos sujeitos nos processos decisórios da Unidade Escolar. É transparente, aberta á reivindicações e sugestões, tem um bom relacionamento com professores, alunos e familiares e, acima de tudo é preocupada com o fazer pedagógico da escola. Apesar dos elogios, não são ufanistas, consideram também os pontos negativos da equipe e sugerem mudanças sempre.

Quanto aos demais funcionários (ATEs e Agentes escolares) são co-responsáveis na organização escolar dando sustentação ao processo educacional. Foram avaliados pelo grupo como competentes no exercício de suas funções, dedicados e atenciosos. Quanto a formação, alguns tem nível universitário, outros estudantes e os demais, segundo grau completo.

Pode-se dizer que na totalidade, os profissionais da Unidade Escolar são filhos de trabalhadores, migrantes, oriundos de outras regiões do país, pertencentes à classe média e a maioria reside nesta região.

c) LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES E DIFICULDADES DA UNIDADE ESCOLAR -

Cientes do nosso compromisso em oferecer uma educação de boa qualidade, verificamos que em alguns aspectos nossa escola precisa de aperfeiçoamento e mudanças, tendo em vista que estamos em processo constante de avaliação e replanejamento. Sabendo que esta melhora dependerá de um movimento coletivo para se concretizar diversas reuniões, avaliações são realizadas com os diferentes

segmentos da comunidade escolar e muitas ideias e sugestões vão surgindo e, de acordo com as possibilidades, vão sendo colocadas em prática visando à melhoria da qualidade do ensino e consequentemente da aprendizagem dos nossos alunos.

Citamos a seguir algumas das dificuldades enfrentadas por este estabelecimento conforme o levantamento realizado nas avaliações em 2016.

É no plano pedagógico onde, ainda, se localizam mais fortemente os apelos para uma reflexão mais aprofundada e consistente sobre a prática em sala de aula com os alunos e alunas: professores e

professoras têm se queixado frequentemente a respeito do envolvimento e participação de alunos e alunas em sala de aula, da postura de desinteresse: são frequentes as observações de que os alunos estão indisciplinados, desinteressados, não têm feito às atividades solicitadas, têm se omitido com relação aos estudos e às tarefas; muitos dos alunos que não têm participado das aulas são os que o grupo de professores considera como tendo bom potencial para aprender. Além desse grupo, sabemos que a comunidade escolar é composta por diferentes grupos: sociais, econômicos, étnicos, culturais, de gênero, deficientes, com dificuldades cognitivas, entre outros.

Isto tem nos colocado o desafio de refletir sobre o descompasso entre o que está sendo proposto e realizado em sala de aula e as características, necessidades e expectativas dos alunos e alunas em relação à escola e aos estudos. Sobre o quanto estamos angustiados (as) em relação ao nosso papel de professores e educadores na condução da educação das crianças e jovens que frequentam a nossa escola nos dias de hoje, em relação às habilidades e atitudes que devemos desenvolver e apresentar para o desenvolvimento adequado do processo ensino-aprendizagem em sala de aula.

Neste sentido, novos saberes serão necessários à prática pedagógica (FREIRE, 2004). E para isso é de extrema importância identificarmos os obstáculos que dificultam o sucesso dos nossos (as) alunos (as) no processo de aprendizagem e buscar novas formas de tornar o ensino e a aprendizagem um processo mais prazeroso, numa interação contínua entre o professor, o aluno e o conhecimento.

Outra questão que tem nos preocupado é que está ocorrendo na escola um empobrecimento no cumprimento de sua função social maior: a construção e reconstrução do conhecimento, pois além das questões pedagógicas relatadas acima a escola também está assumindo funções sociais de obrigação familiar. Isso gera contradições e conflitos que acabam por refletir também na prática docente.

Se por um lado as famílias reconhecem que seu papel é alicerçar a educação de seu filho(a), que cabe a ela educar para os valores morais, éticos, acompanhar e cobrar os resultados do processo educacional de seus filhos (as) e estabelecer limites, ressaltando a importância dos exemplos que devem ser dados em casa e que servem para aprimorar a convivência com os outros, por outro lado, na prática, observa-se um distanciamento entre o que se diz e o que se faz, pois nota-se a falta de compromisso de alguns pais quanto ao acompanhamento da vida pessoal e escolar de seus filhos (as), fato que vem desencadeando problemas relacionados à intolerância, agressividade, desrespeito, baixa frequência, baixo desempenho na aprendizagem, abandono (noturno) e repetência.

Outra preocupação é em relação ao espaço físico, pois este não atende às necessidades da escola. A reforma da escola, embora, aprovada, a demora na sua execução tem adiado também a solução de alguns problemas que temos enfrentado, especialmente em relação à arquitetura, à acessibilidade e ao estímulo de professores que solicitam espaços adequados à sua disciplina para que consigam desenvolver seu projeto de trabalho conforme o idealizado. É fundamental reconhecermos a inadequação deste espaço tal como ele ainda se apresenta hoje.

Outra dificuldade é o fato de algumas crianças com deficiência não terem o atendimento específico e peculiar a qual tem direito. Em 2016, recebemos um aluno surdo que não tem o acompanhamento de um intérprete de Libras, o que dificulta sua interação com os colegas, com os professores, com o conhecimento e a aquisição de uma linguagem.

Kramer (1998) diz que a escola básica enfrenta desafios, mas tem perspectivas. Pensar coletivamente, estar sempre atento as amarras que prendem a escola, descobrir saídas.... Agir na Educação Pública

para torná-la realmente meio de emancipação individual e social. Recuperar a esperança, perseguir o sonho coletivo de construir um mundo melhor. É esse o nosso desejo.

d) RELAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE

Como temos firmado o nosso compromisso com uma educação democrática, transformadora e cidadã, o conhecimento, o relacionamento transparente e a participação das famílias dos educandos na vida da escola precisa ser um aspecto fundamental em nossa proposta pedagógica. Precisamos contar com a força viva da comunidade.

Neste sentido compreendemos a parceria escola-comunidade na sua dimensão histórica- social, respeitando os modos de agir e pensar dos pais, valorizando seus costumes, tradições, valores e cultura, mas, simultaneamente, expressando com clareza nossas metas, atitudes, visão de mundo, valores e prioridades educacionais. Evidenciamos que aqui também há plena conscientização por parte de todos os envolvidos no processo educacional quanto a importância que tem o estudo na vida desses alunos, sendo que através do ensino existe também a busca pela ascensão social.

Entretanto, é preciso pontuar que essa forma de conceber o papel das famílias esbarra, muitas vezes, em dificuldades oriundas tanto da maneira com que os pais e profissionais se percebem, de suas expectativas, como ainda das condições objetivas do cotidiano. Devido a essa realidade, buscamos formas diferenciadas de aproximação com as famílias, fortalecendo a participação dos pais e responsáveis, aproximando e envolvendo a família na aprendizagem dos filhos e na vida da escola: organizando reuniões de pais propondo calendário viável para os encontros, respeitando sua identidade e as características da sua realidade; abrindo a escola à comunidade, inclusive nos finais de semana, compor projetos conjuntos com líderes da comunidade envolvendo alunos e família em atividades de lazer, esportivo e cultural, tanto no planejamento quanto na execução.

Acreditamos, portanto, que a conscientização para a participação dos pais deve partir da escola para que eles exerçam sua cidadania de fato, conhecendo e entendendo a realidade social onde estão inseridos e atuando sobre ela. Portanto, faz-se necessária a mobilização do corpo docente, da equipe gestora para motivar os pais a se tornarem mais participativos, mesmo que sejam necessárias parcerias com outros profissionais para que esta motivação aconteça. A nossa preocupação é a educação pública de cidadãos conscientes de seu papel, na transformação desta sociedade injusta e desigual. Pois, como diria Paulo Freire: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda.”

VIII- ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização da escola a partir dos ciclos de aprendizagem pressupõe um rompimento com a lógica individualista instaurada atualmente na sociedade. Para isso é necessário a quebra das barreiras individuais que exige de nós a saída do imobilismo e da apatia, à busca de uma solidariedade construída na prática pedagógica. Nesse sentido, se faz necessário a construção de um trabalho coletivo na escola, condição primordial para efetivação da proposta de organização curricular da nossa Unidade Escolar, que hoje, está referendada no “Programa de Reorganização Curricular e

Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo- Mais Educação São Paulo”, instituído pelo Decreto nº 54.452 de 10/10/13, como segue:

Proposta de Reorganização Curricular para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos: turmas e aulas por tipo de professor e tipo de atividade.

Proposta de Reorganização Curricular para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos: turmas e aulas por tipo de professor e tipo de atividade.

Divisão ilustrativa dos tempos por tipo de professor:

CICLO de ALFAB.				CICLO INTERDISCIPL.			CICLO AUTORAL		
TEMPOS	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
1	Polivalente	Polivalente	Polivalente	Polivalente	Polivalente	Polivalente LP / MAT	Especialista	Especialista	Especialista
2							Especialista	Especialista	Especialista
3						História	Especialista	Especialista	Especialista
4					Esp. / Proj.	Geografia	Especialista	Especialista	Especialista
5					Esp. / projetos	Esp. / Proj.	Ciências	Especialista	Especialista
6	ÁREA DE INTEGRAÇÃO* / PROJETOS			ÁREA DE INTEGRAÇÃO* / PROJETOS			ÁREA DE INTEGRAÇÃO* / PROJETOS		

Ciclo de Alfabetização: compreendendo do 1º ao 3º anos iniciais do Ensino Fundamental será ministrado pelo Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, respeitada a sua jornada de trabalho, acrescido de aulas de Arte, Educação Física e Língua Inglesa que serão ministradas pelo Professor especialista de cada área, bem como aulas de Enriquecimento Curricular de Laboratório Informática Educativa e de Sala de Leitura, ministradas pelo Professor designado para cada função.

As aulas de Língua Inglesa (docência compartilhada), Educação Física, Arte, de Laboratório de Informática Educativa e de Sala de Leitura assumirão caráter integrador das diferentes áreas de conhecimento.

2 - Ciclo Interdisciplinar: compreendendo do 4º ao 6º anos do Ensino Fundamental, serão ministrados pelo Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, respeitada a sua jornada de trabalho, acrescido de aulas de Arte, Educação Física e Língua Inglesa que serão ministradas pelo Professor especialista de cada área, bem como, aulas de Enriquecimento Curricular de Laboratório Informática Educativa e de Sala de Leitura, ministradas pelo Professor designado para cada função.

Nos 4ºs e 5ºs anos do Ensino Fundamental, serão programadas, respectivamente, um e dois tempos equivalentes aos de horas-aula destinados a orientação de “Projetos”, ministradas dentro da carga horária regular dos educandos e em docência compartilhada com o Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I.

As aulas de Língua Inglesa (docência compartilhada), Educação Física, Arte, de Laboratório de Informática Educativa e de Sala de Leitura assumirão caráter integrador das diferentes áreas de conhecimento.

Nos 6ºs anos do Ensino Fundamental serão ministrados pelo Professor de Ensino Fundamental II e Médio em docência compartilhada com o Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I. A

docência compartilhada dar-se-á, preferencialmente, nas aulas de Língua Portuguesa e de Matemática.

3 – Ciclo Autoral: compreendendo do 7º ao 9º anos do Ensino Fundamental, as aulas serão ministradas pelo Professor de Ensino Fundamental II e Médio, acrescidas das aulas de Enrichimento Curricular de Laboratório de Informática Educativa e de Sala de Leitura.

Os educandos elaborarão, com o acompanhamento sistemático dos docentes do Ciclo, o Trabalho Colaborativo de Autoria – TCA, a ser concluído no 9º ano do Ensino Fundamental, com o objeto precípua de participação cidadã e intervenção social.

Na elaboração do TCA os educandos farão uso de metodologias de pesquisa, a partir de temáticas que subsidiem a construção de conhecimento e o desenvolvimento de habilidades que possibilitem a compreensão da cidadania como participação social e política.

Os componentes curriculares: Inglês, Artes, Educação Física, Leitura e Informática Educativa, permanecem com seu caráter integrador, o que não significa perder suas especificidades, mas ter seu planejamento voltado para projetos interdisciplinares. Nesse sentido, a leitura, a escrita, a resolução de problemas, a dimensão lúdica surgem como estratégias comuns a todas as disciplinas, sendo, portanto, objetos comuns de ensino.

Ensino Fundamental – Modalidade: Educação de Jovens e Adultos – EJA: o currículo organizar-se-á em Etapas na periodicidade semestral, conforme segue:

I – Etapa de Alfabetização – dois semestres – as aulas serão ministradas pelo Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I.

As aulas de Laboratório de Informática Educativa e de Sala de Leitura programadas para as diferentes Etapas da EJA serão ministradas em docência compartilhada com o profissional de educação designado para a função;

As aulas de Língua Inglesa serão ministradas, a partir da Etapa Complementar, pelo professor especialista da área.

Em todos os Ciclos do Ensino Fundamental deverão estar previstas atividades de lição de casa, entendidas como instrumentos que contribuirão para a consolidação dos conteúdos desenvolvidos no âmbito escolar, propiciando, ainda, o acompanhamento e a participação das famílias no processo de ensino e de aprendizagem.

A Avaliação abrangerá as dimensões institucional, externa e interna e, na Unidade Educacional, assumirá um caráter formativo e comporá o processo de aprendizagem.

A avaliação para a aprendizagem será contínua, aplicada no decorrer do processo e, obrigatoriamente, na periodicidade bimestral, para realização de síntese resultante da análise do desempenho global dos educandos.

Na avaliação do processo de ensino e aprendizagem deverão ser utilizados instrumentos diversificados, dentre eles, as provas, trabalhos de pesquisas e atividades desenvolvidas dentro e fora da sala de aula, sintetizadas em um único instrumento, bimestralmente.

No Ciclo de Alfabetização- a avaliação dos alunos será de caráter formativo e não classificatório, considerando o processo por meio de registros reflexivos, avaliação por pares, com roteiro e critérios claros. Poderá haver retenção ao final do Ciclo.

No ciclo Interdisciplinar e Autoral a avaliação PARA a aprendizagem considera as notas expressas de 0 a 10. Poderá haver retenção ao final do Ciclo Interdisciplinar.

IX- PROPOSTA CURRICULAR DA ESCOLA

Compreendendo que a participação e o envolvimento de todos os docentes no estudo e na discussão da proposta curricular da nossa Unidade Escolar, referendada no “Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo- Mais Educação São Paulo”, instituído pelo Decreto nº 54.452 de 10/10/13, das Diretrizes Curriculares, e numa concepção de currículo que contemple a formação humana, sem perder de vista a dimensão histórica da sua construção coletiva, possibilita efetivar o trabalho pedagógico o que resulta na qualidade da educação e da realização das transformações sociais necessárias.

Assim sendo, os profissionais da Zacaria, nas horas atividade, nos grupos de estudos, reuniões pedagógicas, planejarão, organizarão e elaborarão a Proposta Pedagógica Curricular de cada disciplina a partir das Diretrizes Curriculares em vigor.

a) SÍNTESE DAS ANÁLISES DO APROVEITAMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS APRENDIZAGENS DOS EDUCANDOS DE ACORDO COM AS AVALIAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS;

Avaliar é parte do cotidiano da escola e do sistema de ensino no qual ela está inserida, portanto, utilizando como instrumento de análise os gráficos do IDEB , assim como, o resultado da Prova Brasil, das sondagens e avaliações internas, da ANA, percebe-se que, embora, os resultados, não apontem, ainda, para um desempenho desejável pela escola em relação às expectativas de aprendizagem referente à Matemática e Língua Portuguesa, consideramos os resultados significativos uma vez que nos permitem analisar e refletir sobre essa demanda e buscar alternativas viáveis para orientar/reorientar o planejamento, alterar/mudar as práticas de ensino de maneira que promovam o desenvolvimento de habilidades e competências dos alunos e alunas de nossa U.E.

Neste sentido e, Considerando as capacidades/habilidades que os alunos já possuem ou que ainda não desenvolveram, algumas medidas foram estabelecidas para o trabalho a ser desenvolvido ao longo do ano : a recuperação continua realizada em sala de aula pelos (as) professores (as) da sala, com ajuda dos professores em módulo (quando estes não estão em sala para substituição), a outra, com acompanhamento sistemático dos alunos que apresentam pouco domínio das convenções da escrita e da leitura e alfabetização matemática, no contra turno com o Professor de Apoio Pedagógico Complementar.

Por outro lado, nos 4ºe 5ºs anos contamos com a presença de um professor de área em docência compartilhada com o professor polivalente tendo como foco a atuação em projetos interdisciplinares e que também visa a atenuar as mudanças promovidas no 6.º ano e continuar o investimento nas práticas de leitura, escrita e com a percepção de que os conhecimentos estão inter-relacionados e não compartimentados em disciplinas.

Contamos também com a permanência de um professor polivalente no 6.º ano, acompanhando as aulas de Língua Portuguesa e Matemática no último ano do ciclo, com o mesmo objetivo: garantir que os estudantes cheguem ao Ciclo Autoral com maior autonomia, inseridos no universo da cultura letrada e resolução de problemas, conhecimentos básicos a todas as áreas do conhecimento.

Dessa forma, a docência compartilhada e os projetos interdisciplinares também surgem como formas de garantir o avanço dos alunos ao longo dos ciclos de aprendizagem, para que ao término do Ciclo Autoral eles estejam preparados para vivenciar novas etapas em sua vida.

Outra prática que requer atenção é a inclusão e acompanhamento dos alunos com necessidades educacionais especiais, fator complexo e necessário e que muitas vezes causa insegurança aos professores, isso porque no âmbito escolar, a inclusão refere-se ao processo de educar, ensinar no mesmo grupo, crianças com e sem necessidades especiais, durante parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola.

Este ano, daremos continuidade ao Atendimento Educacional Especializado na sala de SRM/SAAI, embora em um único turno. Infelizmente nem todos serão contemplados e alguns permanecerão sendo assistidos em outra Unidade Escolar. Mesmo assim continuaremos buscando mecanismos de ajuda para nossos alunos com necessidades educativas especiais, no horário regular, oportunizando o desenvolvimento de acordo com suas necessidades e possibilidades.

b)- METAS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DOS EDUCANDOS A PARTIR DA RELAÇÃO ESTABELECIDADA COM AS METAS PARA O SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB); INSTITUCIONAL.

A [REDACTED] procura manter o compromisso social frente a atual política educacional brasileira e as diretrizes da política Educacional de SME – em especial, o “Programa Mais Educação São Paulo” constituindo-se em um esforço permanente na busca de uma educação mais igualitária e justa para todos os discentes, independentemente de suas condições pessoais ou sociais, como pré-requisitos para melhor exercer sua cidadania, contando com a participação coletiva dos funcionários, educadores, pais e comunidade. Portanto, estabelecer metas e

ações condizentes ao crescimento profissional e educacional é prioridade na caminhada coletiva dos profissionais envolvidos na educação escolar dessa escola.

Nesse sentido e considerando uma prática que vem sendo desenvolvida na UE, no sentido de estar assegurando continuidade, aprofundamento e ampliação na construção do Projeto Político Pedagógico da Escola, as decisões e definições do projeto para 2016 partiram das discussões e reflexões realizadas em torno da Auto - avaliação Institucional realizada por educandos e educadores no final de 2016. Com base nessa avaliação segue abaixo as metas elencadas pela comunidade escolar para 2017:

1- Assegurar que, ao final do Ciclo de alfabetização todas as crianças estejam alfabetizadas, respeitando as especificidades dos alunos com deficiência.

2- Consolidar o processo de alfabetização/ letramento e de resolução de problemas matemáticos com autonomia para a leitura e a escrita, interagindo com diferentes gêneros textuais e literários e comunicando-se com fluência e com raciocínio lógico no Ciclo interdisciplinar.

3- Promover a construção de projetos curriculares comprometidos com a intervenção social e concretizados por meio do Trabalho Colaborativo de Autoria – TCA, no Ciclo Autoral, com ênfase ao desenvolvimento da construção do conhecimento, considerando o domínio das diferentes linguagens, a busca da resolução de problemas, a análise crítica e a estimulação dos educandos à autoria.

4- Garantir na Educação de Jovens e Adultos, alfabetização e o letramento como forma de expressão, interpretação e participação social, no exercício da cidadania plena, ampliando a leitura de mundo do jovem e do adulto favorecendo a sua formação integral, por meio da aquisição de conhecimentos, valores e habilidades para leitura, escrita e oralidade, as múltiplas linguagens, que se articulem entre si e com todos os componentes curriculares, bem como, a solução de problemas matemáticos.

5- Oferecer um espaço de estudo e reflexão por meio do PEA, para a construção e vivência de um currículo de lutas pelo direito a uma vida digna e que contribua para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso e de exclusão social.

6- Aprofundar as discussões sobre o PPP, o currículo, problematizando sua intencionalidade e as ações efetivamente observadas no processo vivido, visando a Qualidade Social da Educação e a constituição de um currículo que tenha em vista seu papel social em função da comunidade que atende.

7- Aprofundar as discussões com os alunos sobre a importância de regras e a organização de assembléias na escola, mediação de conflitos, como uma forma de envolvê-los na tomada de decisões sobre a convivência entre todos na escola e de se sentir “ pertencendo” ao grupo, deixando de ser somente aqueles que estavam prestes a obedecer.

8- Manter projeto de formação para os pais; mantém contato e diálogo com o Conselho Tutelar para encaminhamentos dos casos de crianças com sinais de negligência; propor conversas/projetos com os alunos do noturno incentivando a permanência na escola, desestimulando o abandono; realizar ações orientadas para compensação de ausências.

c) PRIORIDADES E OBJETIVOS EDUCACIONAIS QUE ATENDAM AS NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DOS EDUCANDOS E AS LEVANTADAS NO ESTUDO DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE; UNIDADE EDUCACIONAL.

1-Desenvolver uma proposta de trabalho que valorize a diversidade étnico- racial , de gênero e dos deficientes através de projetos interdisciplinares.

2- Aprofundar os estudos com os professores e aperfeiçoar as práticas voltadas à alfabetização, para que todos os alunos sejam alfabetizados no tempo adequado.

3- Dar continuidade ao Projeto de Recuperação Paralela para os alunos do Ensino Fundamental e EJA , que será efetuada de forma contínua e progressiva, durante o período letivo visando a melhoria da aprendizagem dos educandos, realizada com o professor de sala e no contra turno com o professor específico de RP.

4- Garantir continuidade do AEE - Atendimento Educacional Especializado aos alunos com deficiência, Transtorno Globais do Desenvolvimento-TGD, Altas Habilidade/Superdotação, de forma colaborativa ou no contraturno, (nos casos onde o educando, comprovadamente, não puder se beneficiar da forma de atendimento colaborativo) com anuência expressa dos pais ou responsáveis.

5- Aumentar, gradativamente, o tempo de permanência dos educandos na escola, por meio de ações sistematizadas no contra turno escolar, “Programa Mais Educação” de caráter educacional e que promovam a melhoria do processo de ensino e da aprendizagem; as relações de convívio; o enriquecimento do currículo; a integração entre os diferentes segmentos da escola.

6- Oferecer oportunidades para que os alunos possam participar de atividades que envolvam o estudo de meio, visitas a exposições, teatro, cinema, organização e participação em debates temáticos como forma de ampliar sua experiência e tornar mais significativo o aprendizado.

7- Garantir a continuidade dos projetos da escola, em especial “ O Aniversario” as “Trapalhadas do Zacaria” , a “ Prática de Regras e Assembleias” que priorizam as relações sociais, a solidariedade e o respeito mútuo.

8-Investir no processo de elaboração e acompanhamento dos Planos de Ensino e das ações em sala de aula, bem como nas discussões por área de conhecimento e no desenvolvimento das habilidades e competências adequadas aos diferentes anos do Ciclo.

9-Criar oportunidades para que POIE, POSL, PAAE e PRP interajam com os professores regentes para um melhor atendimento às especificidades de cada aluno e aluna.

10 - Maior sistematização do processo de avaliação e auto-avaliação.

11- Realização de conselhos bimestrais por turma, permitindo o diagnóstico e acompanhamento contínuo do desempenho dos alunos possibilitando maiores intervenções.

12-Continuar oferecendo condições de formação continuada, cujo objetivo principal é instrumentalizar o Profissional para o desenvolvimento de suas funções, dando-lhe subsídios necessários para o enfrentamento das questões pertinentes à educação através do : PEA, PROVE e cursos de SME.

13- Dar continuidade ao projeto xerox na U.E potencializando a produção e o uso de material com qualidade para todos os alunos do Ciclo I e II.

14-Dar continuidade ao Projeto de Inovação Pedagógica de Gestão na Rede: Aprender e viver : Ressignificando a ação dos atores no processo de aprendizagem (envolvendo a participação dos pais e alunos por meio de um processo de formação).

15- Conversar com as autoridades responsáveis pela reforma da escola, para justificar a necessidade e urgência dessa reforma, considerando os objetivos de nossa prática que é o desenvolvimento global dos nossos alunos e alunas e melhoria da qualidade de ensino com espaço adequado para o desenvolvimento dos projetos e intenções contidas nesse PPP.

e) ESTRATÉGIAS DE ATENDIMENTO AOS EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO.

Se tomarmos como ponto de partida a diversidade e, como ponto de chegada a realização do sonho de que todos possam encontrar na escola as oportunidades que necessitam e têm direito para se desenvolverem como sujeitos capazes de pensar, fazer escolhas, assumir uma atividade produtiva, ocupar um lugar de participação efetiva na construção de uma sociedade mais justa e solidária, a escola necessariamente precisa buscar continuamente se construir e se constituir também como um espaço efetivo de inclusão do diferente, que acolhe bem e indistintamente todos os que a ela tem acesso e nele permanece.

Neste sentido, envolvidos com a preocupação de buscar alternativas que oportunizem acompanhamento mais adequado do processo ensino-aprendizagem de todas as crianças e, portanto aquelas que por alguma razão necessitam de apoio complementar enriquecido com outras propostas de atividades e materiais, é que começamos a pensar e propor um projeto que encontra sentido e significado no próprio cotidiano da escola e assim conseguimos abrir, a Sala de Apoio e Acompanhamento à Inclusão – SAAI, hoje, denominada, Sala de Recursos Multifuncionais-SRM.

Durante todo esse tempo, apesar de algumas dificuldades estruturais, especialmente em relação à acessibilidade, pois as salas ficam no primeiro andar e a subida por meio de escadas, a SAAI/SRM tem contribuído de forma significativa para o enriquecimento e ampliação do repertório de habilidades e atitudes dos alunos envolvidos mantendo uma complementaridade ao processo pedagógico de sala de aula, oferecendo apoio necessário aos professores na organização e produção de atividades adequadas para o trabalho em sala de aula, assim como orientação aos familiares no acompanhamento, desenvolvimento e aprendizado do aluno.

Neste ano, de 2017, apresenta-se um novo modelo de atendimento a Portaria nº 1185/2016, o Atendimento Educacional Especializado -AEE entendido como o serviço organizado institucionalmente e prestado em caráter complementar ou suplementar às atividades escolares aos educandos que dele necessitem, a partir de um trabalho articulado entre todos os educadores da UE e professores responsáveis pelo AEE, por meio de atuação colaborativa, dentro do turno, em todos os tempos e espaços educativos, assegurando atendimento das especificidades de cada educando, expressas no Plano de Atendimento Educacional Especializado.

Neste sentido, o AEE terá como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras existentes no processo de escolarização e desenvolvimento dos educandos, considerando suas necessidades específicas e assegurando participação plena e efetiva nas atividades escolares e o encaminhamento dos educandos para o AEE, dar-se-á após avaliação pedagógica/estudo de caso, envolvendo os Professores que atuam no AEE, o educando, a Equipe Escolar, a família e, se necessário, a Supervisão Escolar e outros profissionais envolvidos no atendimento.

De acordo com a Portaria, para cada educando atendido deverá ser elaborado um Plano de Atendimento Educacional Especializado que se constituirá em orientador do atendimento, independentemente da forma ofertada e de acordo com o disposto na Portaria SME nº 2.476/12.

O Plano deverá ser precedido de avaliação pedagógica/estudo de caso, contemplando:

I – a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos;

II – a definição e organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade; III – o tipo de atendimento conforme as necessidades educacionais específicas dos alunos;

IV – o cronograma de atendimento;

V – a carga horária.

O Plano de AEE está sendo elaborado e executado pelos profissionais da UE em conjunto com o regente de SEM (SAAI) e/ou com apoio do PAEE.

Para melhor acompanhamento desses alunos, por parte dos professores, na sala regular, solicitamos a diminuição da capacidade de alunos de algumas turmas considerando o decreto 45.415 de 18/10/2004, inciso III, pois é clara a dificuldade em garantir um trabalho de qualidade e que atenda as necessidades de todos os alunos. Percebe-se inclusive que temos mais de um aluno com deficiência, numa mesma turma, isso dificulta o atendimento específico e necessário que cada deficiência solicita.

X - MARCO REFERÊNCIAL LEGAL:

A [REDACTED] jurisdicionada à Secretaria Municipal de Educação e mantida pelo poder Público Municipal, DRE Campo Limpo. Conta com as seguintes referências legais:

Decreto de Criação [REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

Constituição da República Federativa do Brasil:

O art. 208, da Constituição Federal de 1998, estabelece que é: dever do estado com a educação será efetivada mediante a garantia de: ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. (...)§10 O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo (PNE, 2000, p.56).

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei 9394/96

A proposta pedagógica visa o cumprimento estabelecido nos Arts. 23, 26 e 28 da Lei nº 9394/96 que contempla a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, gênero, geração e etnia.

Estabelece diretriz e formas de organizações da Educação Básica do Campo, baseada nas legislações federal e estadual vigente e atendendo as suas especificidades, a escola terá como eixo temático, os fundamentos das diversas áreas de conhecimentos norteadores da organização curricular interdisciplinar, abrangendo as disciplinas e seus conteúdos, bem como outras atividades escolares que venham a enriquecer a formação dos alunos, relacionando-os entre si e atendendo à realidade da comunidade.

Lei Orgânica do Estado de São Paulo

Lei Orgânica do Município de São Paulo

Plano Municipal de Educação

Plano Nacional de Educação Especial

A Declaração Universal de Direitos Humanos (1948)

Declaração de Salamanca (1994)

Decreto 5626 de 22 de Dezembro de 2005

Lei 10.436 de 24/04/2002

Lei 10.098 de 19/12/2000

Estatuto da Criança e do Adolescente:

O art. 53, do Estatuto da Criança e do Adolescente, diz que: A criança e o adolescente têm direito a educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparada para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: Igualdades de condições para acesso e permanência na escola; II-Direito de ser respeitado por seus educadores; III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer as instancias escolares superiores; IV-direito de organização e participação em entidades estudantis; acesso à escola pública e gratuita próxima a sua residência.

No seu parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

E ainda no art. 54, estabelece que: É dever do Estado assegurar a criança e ao adolescente: I-Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria. (E.C.A,p.11, 1988).

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana -LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que inclui no currículo oficial das escolas a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira.

E alteração pela 11.645/08 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

PORTARIA Nº 5.930, DE 14 DE OUTUBRO DE 2013

Regulamenta o Decreto nº 54.452, de 10/10/13, que institui na Secretaria Municipal de Educação, o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo- “Mais Educação São Paulo”.

Regimento da Unidade Escolar-2014

XI - OBJETIVOS DA UNIDADE ESCOLAR

A [REDACTED], tem como objetivo fundamental o compromisso com uma educação escolar que assegure formação científica, crítica, solidária e de qualidade a todos os alunos, mediante:

I- O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

II- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, da arte e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

III- O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades (de pesquisa, análise, síntese, avaliação) e a formação de atitudes e valores (respeito e preservação de si próprio, dos outros e da natureza)

IV- O fortalecimento dos vínculos, dos laços de solidariedade humana e de tolerância, desenvolvendo além dos aspectos cognitivos e físicos, os afetivos e estéticos, intra e interpessoal, para participar com equilíbrio em qualquer tipo de atividade social.

V- Comunicar-se através das diferentes formas de expressão (oral, plástica, gráfica, corporal, matemática)

VI- Apropriação do saber histórico acumulado pela sociedade e acesso a nossa pluralidade cultural.

VII- reproduzir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto

à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir objetivos comuns que garantam respeito aos direitos legais e valorização de identidade cultural brasileira, africana e indígena, como outras que direta ou indiretamente contribuíram (contribuem) para a formação da identidade cultural brasileira.

VIII- compreender e aceitar o outro na sua singularidade abrindo os horizontes para o desenvolvimento de sociedades inclusivas, proporcionando instrumentos necessários para isso.

XII – MARCO CONCEITUAL:

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO, SER HUMANO, CRIANÇA, ESCOLA, EDUCADOR, SOCIEDADE, CURRÍCULO, ALUNO, ENSINO E APRENDIZAGEM, ALFABETIZAÇÃO E AVALIAÇÃO.

O objetivo maior de se construir um Projeto Político Pedagógico é o de conquistar maior autonomia para a unidade escolar, desviando o eixo do planejamento educativo do nível central para o nível das escolas, possibilitando uma abertura para a realização de experiências inovadoras, ousadas e desafiadoras. O “Projeto Político Pedagógico é um norteador da ação pedagógica”, na nossa escola tem sua filosofia fundamentada na transparência, no diálogo e no respeito à diversidade cultural e ideológica de toda a Comunidade Escolar, tendo sempre em vista que há uma infinidade de formas de viver, de pensar e de agir, além de diferentes interesses e ritmos individuais, visando sempre a inclusão de toda a comunidade escolar, para que esta possa participar de forma efetiva de todo o processo educativo como colaboração para a democratização da sociedade, na troca de experiências e na construção da cidadania.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO:

Trabalharemos dentro de uma concepção de educação humanista que vê a educação como uma prática educativa dentro do processo ensino-aprendizagem com ênfase no pensar de forma crítica para formar uma opinião, no criar e inovar; e no construir conhecimentos interdisciplinares, através da participação, de forma cooperativa, que valoriza o ser humano integralmente, percebendo sua composição física, cognitiva e social., priorizando a formação de conceitos e tendo o conteúdo como meio e não como fim. O papel do professor é o de, valorizando a construção mental do sujeito, orientá-lo na instrumentalização do próprio aprendizado, fazendo com que o educando crie métodos próprios para organização de sua aprendizagem, sabendo recorrer a múltiplas vias e fontes de saber, com capacidade de selecioná-las e sintetizá-las, além de ser capaz de compartilhar ideias, teorias, e resultados experimentais com outros.

Aqui falamos de participação de forma cooperativa e de compartilhamento de ideias, isso também é vivência de democracia.

A compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana, Vitor Paro define a educação como:

“Entendida a educação como apropriação da cultura humana produzida historicamente e a escola como instituição que provê a educação sistematizada, sobressai a importância das medidas visando à realização eficiente dos objetivos da instituição escolar, em especial da escola pública básica, voltada ao atendimento das camadas trabalhadoras... é pela educação que o ser humano atualiza-se enquanto sujeito histórico, em termos do saber produzido pelo homem em sua progressiva diferenciação do restante da natureza”(Paro, 2003, p. 7).

A educação fundamental, segundo a Constituição Federal é um direito de todos e dever do Estado, diante disso o poder público é investido de autoridade para impô-la como obrigatória a todos e a cada um e garantir sua gratuidade.

Educar e libertar o homem da condição de passivo, para sujeito que busca no conhecimento a compreensão da realidade que esta inserido, passando a reconhecer o papel da História e onde a questão da identidade cultural, tanto em sua dimensão individual como em relação a classe dos educandos, é essencial a compreensão do real, entendendo que a aquisição da cultura da humanidade é um direito que deve ser assegurado ao educando.

A concepção de educação de Paulo Freire vê o homem como um ser autônomo, com capacidade de contribuir para a transformação do mundo. Portanto entendemos educação como a prática social responsável pelo processo de humanização. Paulo Freire fala em educação se referindo a profundas mudanças: “Quando falo em educação como intervenção me refere tanto a que aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, a terra, a educação, a saúde...”(2000, p.122).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no artigo 22, define: “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE:

Dignidade e direito são alguns dos princípios fundamentais garantidos pela Constituição Federal. Entretanto, as desigualdades sociais, culturais e econômicas se evidenciam a cada instante. A cada dia aumenta o número de pessoas destituídas do mínimo necessário para sua sobrevivência: são os sem tetos, sem terras, sem emprego, sem educação, sem cidadania. Cidadania entendida pela filosofia alemã Hannah Arendt, acima de tudo, “o direito de ter direitos”: de trabalhar, de ser respeitado, de suprir suas necessidades básicas e de estudar.

Freire propõe a criação de uma sociedade ideal:

“...criação de uma sociedade menos perversa, menos discriminatória, menos racista, menos machista que esta. Uma sociedade mais aberta, que sirva aos interesses das classes populares sempre desprotegidas e minimizadas e não apenas aos interesses dos ricos, dos afortunados, dos chamados ‘bem-nascidos’”

(Freire, maio de 1991, apud Gadotti, 1996, p. 103).

Concebe-se por sociedade uma organização mais justa, livre, pacífica participativa e solidária. Uma sociedade que tenha consciência dos aspectos políticos, moral, educacional e cultural.

Portanto, concebemos por sociedade, um espaço que tenha por princípio a garantia do cumprimento dos direitos humanos, que garantam o desenvolvimento do homem na sua totalidade, sendo respeitado nas suas diferenças sejam quais forem.

A educação tem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa, que consiste em formar cidadãos conscientes, conhecedores da sua realidade e capazes de nela interferir sendo sujeitos da história, segundo Paulo Freire:

“O mundo não é.”. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono meu papel no mundo não é só de quem constata o que ocorre, mas também de quem intervém como sujeito de ocorrências.

Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente “(Freire, 2000, p. 85)”.

Defendemos uma sociedade em que os valores transcendam as barreiras do individualismo, onde os homens busquem a verdade e tenham ideias e objetivos na vida, que sejam capazes de superar os

preconceitos e as discriminações sociais. Enfim, almejamos uma sociedade justa e fraterna, que valorize a instituição familiar com o resgate de valores.

Em síntese, a escola, enquanto local de espaço de vivência e consciência, deve ser o agente social que fará a sua participação valer como elemento marcante na construção social, não servindo de receptáculo e difusora e ideologia dominante e opressora.

CONCEPÇÃO DE SER HUMANO:

O homem não pode ser estudado e compreendido isoladamente, por ser um ser histórico, se faz necessário compreendê-lo em cada momento da história, nas relações que estabelece com seu meio. Vemos o homem enquanto um ser social, que nas relações que estabelece com outro nos diversos segmentos da sociedade, produz a vida e interfere no meio que vive essa participação e possível, por meio de uma organização política e graças a autonomia do homem, que sendo um ser de vontade, pode argumentar sobre sua realidade.

Numa ação intencional e planejada, o homem age na natureza, por meio do trabalho, transformando-a para atender suas necessidades, sendo esse um processo dinâmico e que se dá em cada momento histórico. Por meio dessa ação o homem vai acumulando experiências ao longo da vida e produzindo o conhecimento.

Considerando o homem um ser social, e na relação com os seus semelhantes que o ser humano aprende e ensina se constrói enquanto sujeito e adquire autonomia e valores essenciais para o convívio social tais como, respeito mútuo, solidariedade e afetividade.

De posse do instrumental teórico e os meios necessários para que perceba e assuma,

verdadeiramente, seu papel ativo na história, enquanto cidadão capaz de interpretar e participar da construção do mundo e, sobretudo, de fazer-se a si mesmo ao interagir com a realidade e o mundo do trabalho de forma crítica, consciente e produtiva.

Segundo Paulo Freire:

“A existência humana não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar.

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (1987, p.78)

A formação do homem como sujeito de direitos universais e o centro do processo educacional a essência do trabalho pedagógico, buscando formar uma pessoa capaz de conduzir sua vida respeitando a diversidade cultural, ética e religiosa.

A concepção de homem e de educação que estamos falando é a de que prepara o homem/aluno para ser um sujeito ativo de sua vida, autor de sua história, que cria, recria, inventa coletivamente, em parceria, constrói junto, articula teoria e prática, tem valores, saberes, compartilha, acolhe e decide democraticamente.

Diante da afirmação sobre o homem, é certo que pensamos numa formação da personalidade ética do cidadão contribuindo para o desenvolvimento da cidadania, constituída de sujeitos ativos preocupados com o mundo em que vive indo além de um ser individualizado componente de um grupo social. É nesta formação de homem que acreditamos torná-lo capaz de interpretar o mundo e agir na sua realidade concreta, transformando-a, levando à conscientização, a humanização.

CONCEPÇÃO DE ESCOLA:

“Sonhamos com uma escola pública capaz, que se vá construindo aos poucos num espaço de criatividade. Uma escola democrática em que se pratique uma pedagogia da pergunta, em que se ensine e aprenda com seriedade, mas que a seriedade jamais vire sisudez. Uma escola em que, ao se ensinarem necessariamente os conteúdos, se ensine a pensar certo” (Freire, 2000 a, p. 24).

As modificações surgidas na sociedade moderna impõem a escola mudanças nas abordagens: política, econômica, social e cultural, propiciando um novo compromisso ético com a comunidade e com o conhecimento. Assim a escola passa a redefinir sua proposta de trabalho, sua estrutura, assegurando o acesso aos estudos e a permanência dos alunos na escola, proporcionando-lhes aprendizagens contínuas tanto em conceitos como em atitudes e ações.

A escola deve ser espaço social responsável pela apropriação do saber universal, bem como a socialização desse saber elaboradas as camadas populares.

A luta pela democratização, pela escola de qualidade, por uma educação pública gratuita e universal, continuam sendo a palavra de ordem numa perspectiva progressista de educação, fundamentados numa concepção histórico-crítica.

Nesta perspectiva concebemos por escola o espaço de formação da consciência política do aluno para atuar e transformar a realidade, problematizando as relações sociais do homem com a natureza e com os outros homens, visando a transformação social.

Dessa forma, acreditamos que o papel da escola promover a interação entre os saberes populares e os científicos permeados pela vivência e experiência escolar, ressignificando-os e dotando-os de sentido, possibilitando a aquisição do conhecimento por meio de aprendizagens significativas.

“Mais que escrever e ler que a “asa é da ave”, os alfabetizados necessitam perceber a necessidade de um outro aprendizado: o de “escrever” a sua vida, o de “ler” a sua realidade, o que não será possível se não tomam a história nas mãos para, fazendo-a, por ela serem feitos e refeitos” (Freire, 1982, p. 16).

Não se concebe mais uma escola, alheia às questões sociais, a modernidade e a tecnologia, mas sim uma escola que deve repensar sua função social e histórica, fortalecendo os princípios da igualdade, da liberdade, do reconhecimento do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, buscando garantir a qualidade do processo ensino aprendizagem, confrontando os saberes trazidos pelo aluno

com o saber elaborado, na perspectiva da apropriação de uma concepção científico/filosófica da realidade social, mediada pelo professor.

A escola tem que desenvolver uma postura transdisciplinar na organização do trabalho escolar, que seja capaz de dialogar dialeticamente sobre as questões em torno do contexto social da sua comunidade, buscando a superação da fragmentação do trabalho pedagógico, que valorize a prática social do aluno, trabalhando com as diferenças, construindo assim um espaço democrático.

Diante disso, a escola tem como princípios filosóficos: a ética da identidade, a política da igualdade, e a superação dos conteúdos lineares descontextualizados e sem significado. Estes princípios serão a mola mestra dos princípios pedagógicos da escola que almejamos: um ensino de qualidade, onde todos os envolvidos no processo educacional tenham objetivo único, trabalhar com o conhecimento elaborado e não o conhecimento espontâneo, o saber sistematizado e não o saber fragmentado e com a cultura erudita e não a popular, contextualizando-os historicamente.

A escola deve ser espaço social responsável pela apropriação do saber universal, em como a socialização desse saber elaboradas as camadas populares.

A luta pela democratização, pela escola de qualidade, por uma educação pública gratuita e universal, continuam sendo a palavra de ordem numa perspectiva progressista de educação, fundamentados numa concepção histórico-crítica.

Um ambiente com espaços diversificados para atividades intelectuais, artísticas, esportivas e de lazer, voltado para a construção coletiva do conhecimento, com espaços e tempos flexíveis onde professores e alunos tenham oportunidade de trabalharem juntos, nos conteúdos conceituais, de acordo com seus interesses, criando suas próprias metodologias e construindo a partir delas os seus conceitos a serem compartilhados com todos. Os conteúdos procedimentais serão trabalhados em nossos procedimentos do dia a dia através da organização da escola tendo sempre em vista a participação de todos os envolvidos no processo educativo, ou seja toda a comunidade escolar, através de Associação de professores, pais de alunos, alunos, e demais funcionários, sendo toda questão tanto de ordem administrativa, como de ordem pedagógica, resolvida em Assembleia Geral com a participação de todos esses segmentos, promovendo a democracia em nosso meio. Desta forma toda decisão e informação no que diz respeito à Unidade Escolar estarão sempre a disposição de todos, primando pela clareza e transparência. Acreditando que somente pelo saber e pela oportunidade de participação no dia a dia podemos mudar nossas atitudes. Um espaço que busque trabalhar sempre o mais próximo, com perspectivas globais.

Aqui falamos em construção coletiva do conhecimento, da participação de todos os envolvidos no processo educativo, prevendo Associação de professores, pais de alunos, alunos e demais funcionários, prevendo uma Assembleia Geral que é feito através do Conselho de Escola, promovendo a democracia em nosso meio. Primando pela clareza e transparência.

CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO

Esta escola entende que o conhecimento se dá a partir das experiências do homem com seu meio: a maneira como vive, suas condições sociais em cada momento histórico. Esse processo é dinâmico, pois, para resolver as suas necessidades o homem vai buscando novos conhecimentos, modificando sua visão sobre a realidade e nela interferindo.

O processo de aquisição do conhecimento é essencialmente humano e não se dá individualmente, mas nas relações sociais, gerando mudança na forma de pensar do indivíduo, que contribuirá para a mudança da sociedade.

O conhecimento escolar não pode banalizar o conhecimento científico, nem tão pouco estar sujeito somente aos interesses dos alunos, ele é sim resultado do trabalho dos homens buscando resolver suas necessidades, produzindo os conceitos que dão conta de explicar os momentos históricos, que contribuem para a evolução do momento atual, esse sim é o objeto de trabalho do professor, que deve ter como base o conhecimento científico.

Segundo Freire (1982): “ *Conhecimento, porém, não se transfere, se cria, através da ação sobre a realidade* ”(p. 141). Portanto, há necessidade de se saber o que realmente é objeto de estudo de cada área do conhecimento.

O conhecimento, portanto, é o eixo que estrutura a educação, a escola e a sociedade. Desta forma, a escola, enquanto uma das instituições responsáveis pela educação tem a função histórica de organizar, sistematizar e desenvolver as capacidades científicas, éticas e tecnológicas de uma nação, isto porque, o conhecimento é o instrumento fundamental do homem para alcançar êxito pessoal e coletivo, bem como, de compreensão e de transformação da natureza e da sociedade.

O mestre Paulo Freire propõe que a escola combata a competitividade e trabalhe pela solidariedade: “... *espera-se que, dentro das escolas, a produção do conhecimento e o exercício de conhecer o conhecimento que já existe se deem não em termos competitivos, mas sim de solidariedade*” (p. 104).

CONCEPÇÃO DE ENSINO APRENDIZAGEM:

Busca-se o desenvolvimento de uma concepção de ensino onde educador e educandos sejam sujeitos do seu processo de desenvolvimento, pois necessitam da mediação das experiências e saberes de ambos, para que se concretize a aprendizagem.

Nessa concepção a função do educador deve ser a de oportunizar atividades que encaminhem o educando ao seu desenvolvimento potencial, dessa forma, o papel do educador é ser mediador das atividades. Para tal, os conteúdos trabalhados nascem da necessidade que o educando encontra ao tentar realizar sua tarefa.

Ha a necessidade de criar situações em que o indivíduo seja instigado a refletir e buscar o conhecimento, por meio de circunstâncias em que ele precise fazer escolhas diante de problemas que surgem espontaneamente e não criados num clima artificial.

Prezamos em nossa escola por um espaço em que o professor não assuma a posição de concentrador do saber, mas sim o professor é quem direciona o trabalho pedagógico, o sujeito que proporciona um espaço democrático e aberto. Esse espaço distancia-se daquele em que geralmente nos colocamos em sala de aula: ditadores de um conhecimento que somente nós podemos disseminar.

“É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. “É nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimento, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado”

(Freire, 2000, p. 25).

O eixo organizador da prática pedagógica está na aprendizagem, entendendo que alguns alunos precisam de mais tempo e de metodologias diferenciadas para garantir que ocorra a efetiva aprendizagem, e vale lembrar o que Paulo Freire não se cansava de repetir: *“ensinar exige comprometimento”*.

Por muito tempo a pedagogia valorizou o que deveria ser ensinado, supondo que, como decorrência, estaria valorizando o conhecimento. O ensino, então, ganhou autonomia em relação à aprendizagem, criou seus próprios métodos e o processo de aprendizagem ficou relegado ao segundo plano.

Os fracassos decorrentes da aprendizagem, das pesquisas que buscam como o sujeito conhece as teorias que provocam reflexão sobre os aspectos que interferem no ensinar e no aprender, indicam que é necessário dar novo significado à unidade entre aprendizagem e ensino, uma vez que, se não ocorrer aprendizagem não houve ensino.

Para Marchiorato, 2004:

“Pode-se definir Ensino como sendo o

*processo reflexão – ação sobre a
realidade possibilitando apropriação,
socialização e produção do saber. A
aprendizagem é instrumentalização
política, fazendo do conhecimento
um componente do processo de
cidadania unindo o educando com a
realidade social.”*

Nesse sentido as aprendizagens que os alunos realizam na escola serão significativas na medida em que eles consigam estabelecer relações entre os conteúdos escolares e os conhecimentos previamente construídos, que atendam às expectativas, intenções e propósito de aprendizagem do aluno.

Conhecer o processo de aprendizagem como direito do sujeito implica valorizar o papel determinante da interação com o meio social e particularmente com a escola. Situações escolares de ensino e aprendizagem são situações comunicativas nas quais os alunos e professores co-participam, ambos com uma influência decisiva para o êxito do processo. Freire (1996) aborda sobre o ensino:

“Saber ensinar não é transferir

conhecimento, mas criar

possibilidades para sua própria

produção ou a sua construção.”

“(...) ensinar não é transferir a inteligência do objeto ao educando mais instigado no sentido de que, como sujeito cognascente, se torne capaz de entender e comunicar o entendido”. (FREIRE, 1996, p. 25 e 135).

Conclui que para um bom ensino, não bastam novos conhecimentos. É preciso construir a relação dinâmica existente entre o conhecimento e a ação – reflexão, com isso, educador e educando criam seu vínculo com o objeto do conhecimento. Ao serem considerados, provocam mudanças significativas no diálogo entre ensino e aprendizagem e repercutem de maneira positiva no ambiente escolar, pois os envolvidos passam a atribuir sentido ao que fazem e ao que aprendem.

CONCEPÇÃO DE EDUCADOR:

Devemos ter em mente que os professores exercem um papel insubstituível no processo da transformação social. A formação identitária do professor abrange o profissional, pois a docência vai mais além do que somente dar aulas, constituiu fundamentalmente a sua atuação profissional na prática social. A formação dos educadores não se baseia apenas na racionalidade técnica, como apenas executores de decisões alheias, mas, cidadãos com competência e habilidade na capacidade de decidir, produzindo novos conhecimentos para a teoria e prática de ensinar. O professor do século XXI, deve ser um profissional da educação que elabora com criatividade conhecimentos teóricos e críticos sobre a realidade.

Cabe então aos professores do século XXI a tarefa de apontar caminhos institucionais (coletivamente) para enfrentamento das novas demandas do mundo contemporâneo, com competência do conhecimento, com profissionalismo ético e consciência política. Só assim, estaremos aptos a oferecer oportunidades educacionais aos nossos alunos para construir e reconstruir saberes à luz do pensamento reflexivo e crítico entre as transformações sociais e a formação humana, usando para isso a compreensão e a proposição do real. O professor é alguém que escolheu dedicar seus passos aos outros. Um habitante que se confunde com a própria escola, que se torna um espaço de atravessamento dos outros, dos saberes, das culturas.

O profissional que valoriza a construção mental do sujeito, orientando-o na instrumentalização do próprio aprendizado, fazendo com que o educando crie métodos próprios para organização de sua aprendizagem. Um profissional que busca o aperfeiçoamento constante, dentro de suas possibilidades e oportunidades oferecidas.

Professores que não sejam presos a uma prática de ensino que não funcione apenas para atender as necessidades básicas de nossos alunos, professores que se integram a proposta da escola, que percebam a importância do planejamento para se situarem seu trabalho e para melhor acompanhamento do trabalho pedagógico, professores críticos e Professores que mantenham o espírito de cooperação, solidariedade com os colegas e respeito com as diferenças dos alunos,

participantes da formação continuada, profissional engajado na educação buscando soluções, assim como metodologias diversificadas para que possa atingir seus objetivos profissionais, a valorização pessoal pela sociedade, fomentação de projetos que auxiliem no desenvolvimento cultural dos alunos.

Esse habitante é o parceiro, o companheiro, aquele que desafia, que frustra, que apresenta caminhos. Ser professor não é professor linhas, métodos ou didáticas. Ser professor é abrir-se ao outro, às relações. Ser professor é ter uma disposição, uma disponibilidade para ser atravessado pelo mundo. É deixar de ser e ser um outro a todo instante

CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO:

Demerval Saviani no seu livro: Sobre a natureza e especificidade da Educação, concebe o currículo como a "...organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e tempos escolares, um currículo e, pois, uma escola funcionando, quer dizer, uma escola desempenhando a função que lhe é própria" (1992(b), p. 36).

Assim, para existir a escola não basta a existência do saber sistematizado, se faz necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação. Isso significa dosá-lo e sequencia-lo de modo que o aluno vá avançando gradativamente, saindo do senso comum para o saber elaborado, respeitando o senso comum. *"O que não é possível (...) é o desrespeito ao saber de senso comum; o que não é possível é tentar superá-lo sem, partindo dele, passar por ele"* (Freire, 1997, p. 84).

O currículo é uma produção social, cultural e uma ação coletiva, que a escola tem autonomia para organizar, buscando uma unidade entre as Diretrizes Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares Estaduais (em discussão) e as reais necessidades da comunidade escolar, não perdendo de vista que é direito das novas gerações apropriar-se do conhecimento acumulado historicamente, instrumentalizando o aluno para compreender a realidade e nela atuar modificando-a.

A organização curricular e disciplinar e esta sujeita a Base Nacional Comum, porém o momento histórico que passa a educação paulista, exige um rompimento com a estrutura linear dos conteúdos, e uma nova estrutura toma o seu lugar. Essa estrutura curricular esta sendo elaborada pelo coletivo da escola por meio da reformulação da Proposta Pedagógica, núcleo do Projeto Político Pedagógico, que se concretizara com base nas Diretrizes Curriculares.

A LDB e os quatro alicerces da Educação também orientam o Currículo do Ensino Fundamental e Médio propondo: uma visão orgânica do conhecimento, interdisciplinaridade, relação entre os conteúdos, situações de aprendizagem e contextos de vida social e pessoal, reconhecimento das linguagens como formas de constituição dos conhecimentos e das identidades. Estes pressupostos terão, portanto, uma Perspectiva interdisciplinar e contextualizada, buscando atingir os objetivos a que se propõe. Novos caminhos têm sido buscados nos diversos campos das ciências no sentido de romper com a organização linear do conhecimento escolar. Essa questão se configura em um grande desafio para os educadores. Percebe-se a necessidade de criar condições e estratégias, para que o aluno construa uma nova maneira de compreender a realidade da qual faz parte, extrapolando as relações locais, buscando relações mais amplas, ajudando-o a relacionar as experiências anteriores e as vivências pessoais e a formular e resolver problemas que utilizem os conhecimentos apreendidos em diferentes situações.

"O currículo é um campo de produção e de criação de significado sobre os vários campos e atividades sociais, no currículo se trabalha sobre sentidos e significados recebidos, sobre materiais

culturais existentes... considerando-se a cultura e o currículo como relações sociais (SILVA, T.T., 1999).

O educador espanhol e especialista em Currículo L. Giemeno Sacristan define-o como sendo um conjunto de conhecimentos a serem superados pelos alunos dentro de um ciclo. Ainda, como programa de atividades planejadas, sequencialidades que aponte os resultados pretendidos de aprendizagem.

Consideramos que o Currículo Escolar tenha como fio condutor a realidade de vida do aluno, afim de que essa realidade esteja presente no momento de decidir o que ensinar como ensinar e quais estratégias a serem adotadas para transmitir os conteúdos e que estes estejam engajados com a prática capacitando-o para o desenvolvimento cognitivo e social.

O Currículo deve estar focado nos diferentes saberes, nas diferentes culturas. Para MOREIRA, as instituições escolares podem constituir o diálogo entre as culturas populares e universalizadas e os saberes científicos / acadêmicos e os populares. Bem como tomara cultura de massa e os diversos tipos de saberes em circulação na sociedade como objeto de análise, critica e ressignificação.

Construir um currículo exige uma compreensão da totalidade e profundidade sobre a função social da escola, revendo sua forma de organização e gestão, garantindo condições objetivas e subjetivas que visem sua democratização.

Segundo CORDIOLLI, p.30. 2004:

“A proposta curricular deveria então partir, pelo menos, dos seguintes pressupostos:

- a) todos podem aprender,
- b) “o respeito às diferenças e a convergência da ação coletiva como necessária a superação dos fracassos escolares preparadas e adequadas pedagogicamente, respectivamente para crianças, adolescentes, jovens e adultos.”

Acreditamos que essa construção pode ser realizada com a participação de todos os profissionais da educação e a comunidade também intervir e opinar no que ele considera ser significativo. Para que isso ocorra é preciso que a instituição escolar organize situações pedagógicas que permitam estabelecer conteúdos que sejam pertinentes tanto aos docentes, como discentes, promovendo assim a combinação entre as necessidades e interesses de todos.

CONCEPÇÃO DE EDUCANDO:

“Aquele que sabe recorrer a múltiplas vias e fontes de saber, com capacidade de selecioná-las e sintetizá-las, construindo seus próprios conceitos, além de ser capaz de compartilhar ideias, teorias, e resultados experimentais com outros”.

O sujeito capaz de interferir criticamente em sua realidade, assumir compromissos, educar-se, preocupar-se com o processo produtivo, constituir-se cidadão.

Aqui se defende a autonomia que é também uma forma de participação e construção da democracia.

Alunos interessados em estudar, alunos motivados no prosseguimento dos estudos e na vida profissional, alunos conscientes da importância da escola na sua vida afim, de desempenhar a

cidadania, comprometidos com o espaço escolar no que tange a identificação da escola, conscientes da importância de respeitar os espaços individuais, que construam tempo de se dedicarem aos estudos, alunos críticos que compreendam a sociedade e seu papel nela para cobrar o que tem direito; que tenham prazer em ver a escola como espaço de construção de saberes e cidadania.

CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

Pode-se afirmar que no limiar do século XXI começam a surgir outros modos de olhar e tratar a criança, através de novas concepções acerca da infância. Um dos trabalhos mais sistematizados sobre esse pensar diferente a criança chega através da obra de Sônia Kramer (1996), que faz um estudo sobre as concepções de infância, e coloca a criança como sujeito social, criadora de cultura, desveladora de contradições e com outro modo de ver a realidade. Kramer (1996) apresenta junto com outras autoras essa concepção, tendo como referenciais Walter Benjamin, Lev S. Vygotsky e Mikhail Bakhtin. Convém destacar que encontro na obra dessa autora, diretamente ligada à área da educação, um estudo elaborado acerca da ideia de infância que serve como referencial. Para Kramer (1996):

(...) a criança é concebida na sua condição de sujeito histórico que verte e subverte a ordem e a vida social. Analiso, então a importância de uma antropologia filosófica (nos termos que dela falava Walter Benjamin), perspectiva que, efetuando uma ruptura conceitual e paradigmática, toma a infância na sua dimensão não-infantilizada, desnaturalizando-a e destacando a centralidade da linguagem no interior de uma concepção que encara as crianças como produzidas na e produtoras de cultura.

Os aspectos relacionados à concepção de infância e sobre como as crianças eram tratadas e educadas permitem analisar e refletir melhor sobre as concepções hoje existentes, também possibilitando uma reflexão sobre a educação e a escola hoje.

A maneira como a infância é vista atualmente é mostrado no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasília, 1998), que vem afirmar que "as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio". Sendo assim, durante o processo de construção do conhecimento, "as crianças se utilizam as mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que procuram desvendar". Este conhecimento constituído pelas crianças "é fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação". Ainda convém salientar que compreender conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e do Ensino Fundamental de 9 anos e dos profissionais que atuam nesse ciclo escolar.

Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina, etc. possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998, p.22).

As crianças são o maior tesouro da humanidade, por esta razão cabe a cada profissional que atua com elas, aprofundar os temas relacionados a esta etapa da educação básica podendo assim, com conhecimento, desempenhar bem o seu papel e contribuir para uma Educação de qualidade, que atenda os indicadores estabelecidos e garantindo suas características e culturas.

CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO:

O processo de avaliação não diz respeito apenas ao ensino e nem pode ser reduzido apenas a técnicas. Fazendo parte da permanente reflexão sobre a atividade humana, a avaliação constitui-se num processo intencional.

Refletir e também avaliar, e avaliar e também planejar e estabelecer novos objetivos.

Ela também é uma questão política. Pode se constituir num exercício autoritário do poder de julgar ou, ao contrário, pode se constituir num processo e num projeto em que avaliador e avaliando buscam e sofrem uma mudança qualitativa. Essa Segunda prática é chamada por Paulo Freire de “avaliação emancipadora”, e de “concepção dialética da avaliação”, por Pedro Demo. Demo valoriza na avaliação, os critérios de representatividade, de legitimidade, de participação da base, de planejamento participativo, de convivência, de consciência política, de solidariedade comunitária, de capacidade crítica e autocrítica, de autogestão e de outros elementos que em última instância, serviriam para desenvolver a cidadania. Se qualidade e participação, avaliação qualitativa equivale a avaliação participante. Luckesi dá à avaliação um maravilhoso conceito, dizendo que é um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo e inclusivo. “Quero clarificar como o ato de avaliar a aprendizagem, por si, é um ato amoroso. Entendo que o ato de avaliar é, constitutivamente, amoroso” (2005, p. 168).

Diante dessas contribuições teóricas, concebe-se avaliação como emancipatória e qualitativa, que seja um instrumento de reflexão para professores e alunos, cada qual buscando melhorar sua prática a partir dos resultados obtidos, não sendo vista como um acerto de contas ou um ato de autoridade e manipulação. Que priorize o que realmente é essencial.

Com base em uma concepção Progressista, Paulo Freire defende uma prática emancipadora de avaliação.

Luckesi coloca que a avaliação pode contribuir para a transformação social: “(...) colocar a avaliação escolar a serviço de uma pedagogia que entenda e esteja preocupada com a educação como mecanismo de transformação social” (2005, p. 28). Com base nesses educadores concebemos como uma avaliação adequada a diagnóstica (processual, cumulativa e contínua), entendendo que é a verificação de até que ponto uma prática e caminho para a concretização de uma ideia, de um valor. A valorização do que o aluno realmente aprendeu, desafiando-o a superar seus limites e a se reconhecer como sujeito questionador, ousado, criativo, crítico, respeitoso de si mesmo e do outro – responsabilidade individual e social com a justiça e com a liberdade enquanto agente de transformação social. “O ideal é que, cedo ou tarde, se invente uma forma pela qual os educandos possam participar da avaliação”. E “que o trabalho do professor e o trabalho do professor com os alunos e não do professor consigo mesmo” (Freire, 2000, p.71).

A avaliação deve ser o momento de obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para a intervenção/reformulação desta prática e dos processos de aprendizagem. Nesta perspectiva o processo de avaliação pressupõe uma tomada de decisão, uma oportunidade de o aluno tomar conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organização para mudanças necessárias.

Nesta perspectiva de avaliação, e de acordo com o Artigo 24 da LDB: concebe-se recuperação de estudos como uma parte constitutiva da prática docente e não apenas recuperação de notas. Portanto a recuperação dos conteúdos não compreendidos pelos alunos aconteceu concomitantemente durante o processo ensino aprendizagem, não somente no final do ano letivo o

que caracterizaria somente como recuperação da media final, mas a medida que o aluno vai sendo avaliado.

Partindo do pressuposto de que não há pessoas de diferentes categorias e que todos têm direito fundamental à existência, à cultura, ao conhecimento e ao desenvolvimento, e que o papel

fundamental do professor é o de orientar, de intervir para qualificar, criando condições para a efetiva aprendizagem e desenvolvimento de todos e não o de medir, julgar, e selecionar, adotarão a avaliação progressiva, que tem uma visão de continuidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, favorecendo a aprendizagem e o desenvolvimento humano de todos, visando a inclusão social. Esta forma de avaliação assume o compromisso com a aprendizagem efetiva na continuidade do estudo, dando ao aluno a oportunidade de reconstruir a sua aprendizagem e respeitando a diversidade dos alunos decorrentes de suas características individuais e culturais, aceitando os vários caminhos de aprendizagem, em ritmos diferentes, que se manifestam em especificidades de trajetórias escolar e de vida. A avaliação é uma atividade de acompanhamento e transformação do processo de ensino-aprendizagem, através da observação, análise, registro, reflexão sobre o que foi observado e registrado, comunicação dos resultados e tomada de decisão para atingir os objetivos que ainda não foram alcançados, ou seja, fazendo diagnósticos, analisando a situação, dando retorno ao aluno de seus limites e seus avanços, e preparando novas atividades que poderão auxiliar o aluno na superação de seus limites e no melhor aproveitamento de suas capacidades.

CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO:

Entendemos inclusão como um processo de inserção social, no qual o aluno, encontra na escola, um lugar de acolhida. Mantoan (2002), pontua que:

A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém de fora do sistema escolar, que deverá adaptar-se as particularidades de todos os alunos (...). A medida que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidade a unificação das modalidades de educação, regular e especial, em um sistema único de ensino, caminha-se em direção a uma reforma educacional mais ampla, em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular. (MANTOAN, 2002, p. 25)

Esse processo de inclusão educacional exige planejamento, reflexão e mudança, que envolvem a equipe administrativa, a gestão educacional, a equipe pedagógica, o corpo docente, os recursos governamentais e, a flexibilização e a adaptação curricular, garantindo aos alunos o seu direito constitucional e uma aprendizagem que melhor se ajuste as suas necessidades e lhes proporcione uma inclusão responsável na sociedade. E necessário reestruturar a escola para que seja um espaço aberto a fim de adotar-se praticas heterogêneas, transformadoras e de inserção social no sentido de respeitar cada aluno, levando em conta os seus interesses, capacidades, potencialidades e necessidades de aprendizagem. “As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda as diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer um dos alunos”. (CARVALHO, 2004, p. 26).

Busca-se construir na escola uma politica voltada a qualidade para todos, assim a educação inclusiva faz parte desse projeto a medida que se oferece ações pedagógicas correspondentes as necessidades

educativas especiais dos alunos, respeitando as diferenças com relação a cor, raça, religião, cultura, atividades profissionais, etc.

Historicamente, os sujeitos que apresentavam necessidades educativas especiais passaram por um processo de exclusão social. A política de inclusão de alunos com necessidades especiais vem responder a um novo paradigma, envolvendo uma mudança radical das políticas e das práticas sociais, de valores e de convicções.

Adota-se como referencial filosófico a ideia de que a inclusão educacional, mais do que presença física, muito mais que acessibilidade arquitetônica, muito mais do que matricular os alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular, e bem mais do que um movimento da Educação Especial, pois, se impõe como um movimento responsável que não pode abrir mão de uma rede de ajuda e apoio aos educadores, alunos e familiares. Estes valores pautarão o trabalho pedagógico da escola como um compromisso político, social e ético.

Para o ano de 2016, foi matriculado um aluno na EJA I – Alfabetização um aluno com surdez, para isso temos pensado no ambiente em que a pessoa com surdez está inserida, principalmente o da escola, na medida em que não lhe oferece condições para que se estabeleçam trocas simbólicas com o meio físico e social, não exercita ou provoca a capacidade representativa dessas pessoas, conseqüentemente, compromete o desenvolvimento do pensamento.

A inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país. A inclusão de pessoas com surdez na escola comum requer que se busquem meios para beneficiar sua participação e aprendizagem tanto na sala de aula como no Atendimento Educacional Especializado. O aperfeiçoamento da escola comum em favor de todos os alunos é primordial. Diversos autores observa que os professores precisam conhecer e usar a Língua de Sinais, entretanto, deve-se considerar que a simples adoção dessa língua não é suficiente para escolarizar o aluno com surdez. Assim, a escola comum precisa implementar ações que tenham sentido para os alunos em geral e que esse sentido possa ser compartilhado com os alunos com surdez.

Mais do que a utilização de uma língua, os alunos com surdez precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento, explorem suas capacidades, em todos os sentidos. Se somente o uso de uma língua bastasse para aprender, as pessoas ouvintes não teriam problemas de aproveitamento escolar, já que entram na escola com uma língua oral desenvolvida. É necessário a contemplação da Língua de Libras e a Língua Portuguesa, e ainda destacar que a interação com interlocutores surdos vai permitir aos alunos surdos, além das LIBRAS, conhecerem as diferenças culturais decorrentes do fato de terem acesso ao mundo pela visão, bem como constituírem uma auto-estima positiva, o que vai contribuir para que se identifiquem como diferentes, mas não como deficientes em relação aos ouvintes.

XIII - ATIVIDADES E PROJETOS PERMANENTES DA U.E

a) PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO (Decreto 54.452 de 10.10.2013 e Portaria 5.930 de 14.10.2013)

JUSTIFICATIVA

O Programa Mais Educação vem como uma estratégia para ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. Sendo assim, a escola em parceria com a família, comunidade local e poder público buscam oportunizar espaços e atividades educativas que possam ampliar a permanência da criança em atividades ligadas à educação, cultura, esporte e lazer. Todas essas ações vêm ao encontro das necessidades/carências da comunidade escolar local, que

atende um público extremamente carente, cujas crianças, em grande número, vivem em situação de vulnerabilidade, quer seja em relação aos maus-tratos e abusos que sofrem constantemente, à falta de espaços adequados para brincarem e/ou estudarem; enfim: por todo o contexto sócio-econômico do bairro onde a escola está inserida, e principalmente, pela comercialização e uso de drogas, associadas às mais diversas formas de violência que banalizam os conceitos que as crianças/adolescentes têm do certo ou errado.

Assim, as ações do Mais Educação vêm como mais uma alternativa na tentativa de minimizar os problemas sociais que o bairro encara, como uma saída para manter as crianças mais tempo afastadas das ruas, como uma opção para estimular o aprendizado e consequentemente melhorar o desempenho dos estudantes e também, como um estreitamento de laços e responsabilidades entre as crianças e adolescentes atendidos com a escola e a família.

OBJETIVOS:

GERAL

Ampliar o tempo e os espaços educativos, buscando desenvolver a formação da criança e adolescente de forma integral e emancipadora, integrando as ações ao Projeto Político Pedagógico da escola.

ESPECÍFICOS

I – aumentar, gradativamente, o tempo de permanência dos educandos na escola, por meio de ações sistematizadas no contra turno escolar, de caráter educacional que promovam:

- a) a melhoria do processo de ensino e da aprendizagem;
- b) as relações de convívio;
- c) o enriquecimento do currículo;
- d) a integração entre os diferentes segmentos da escola;
- e) estimular o protagonismo de crianças e adolescentes;
- f) fomentar a participação da família e da comunidade local;

II – potencializar o uso dos recursos e espaços disponíveis ampliando os ambientes de aprendizagem e possibilitando seu acesso a educandos e professores;

III – propiciar a recuperação paralela para educandos com aproveitamento insuficiente;

As ações do Mais Educação acontecerão no turno oposto ao da aula, seguindo cronograma elaborado pela direção da escola.

Os projetos que comporão o programa este ano são:

I – Imprensa Jovem;

II – Clube de leitura, Iniciação científica, Adolê ser

III – Recuperação Paralela (Português e Matemática) IV – Bandas e Fanfarras;

V – Esporte Escolar (futsal, handball)

XI - Projetos próprios de caráter educacional, desenvolvidos a partir de uma necessidade apontada no

Projeto Político-Pedagógico: (Ginástica Ritmica e Artística, Musica (violão) , Ritmos de dança, Teatro, Língua espanhola)

b) POETIZANDO [REDACTED] DE POESIA)

O Primeiro Concurso de Poesia da [REDACTED] em 2008. Inicialmente, dois motivos nos levaram a pensar num concurso de poesia na escola, envolvendo todos os alunos (as crianças e adolescentes, jovens e adultos do período noturno), o recebimento de dez volumes do livro “Antologia de poesia Brasileira”, para serem distribuídos entre os alunos e, talvez o mais importante, o fato dos alunos manifestarem um gosto especial em relação à poesia, lendo ou declamando.

Como uma iniciativa da Sala de Leitura, as próprias orientadoras (na época duas) fizeram a divulgação do concurso entre os alunos, incentivando-os na produção das poesias e ajudando-os no registro das mesmas.

No prazo estabelecido para os alunos se inscreverem, foram inscritas 100 poesias e, destas foram selecionadas 40, pelas professoras orientadoras da Sala de leitura. As poesias selecionadas foram enviadas para uma comissão julgadora que convidamos anteriormente, formada por amigos e amigas professores/as e escritores/ que adoraram a ideia.

Marcamos o dia para a premiação dos participantes do concurso e resolvemos que os quarenta escolhidos receberiam um certificado de participação e um jornalzinho onde estavam impressas as poesias selecionadas. Os sete primeiros escolhidos receberiam um livro “Antologia de poesia Brasileira” e, os três primeiros colocados receberiam um kit de livros.

No ano seguinte (2009), logo no início do ano, alguns alunos e alunas nos procuraram para perguntar se haveria outro Concurso de Poesia e quando as inscrições começariam. Essa foi uma questão

importante e praticamente um chamado para percebermos que o concurso de poesia ganhasse força e viesse a se constituir parte do calendário das atividades autorais da escola.

A realização do Concurso de poesia tem provocado, no dia-a-dia da escola, um interessante movimento de leitura, troca de idéias, conhecimento e escolha de autores. Tudo isso tem contribuído para o envolvimento dos alunos, não apenas nas atividades da sala de leitura, mas também em relação aos eventos e projetos que acontecem ao longo do ano.

A escolha dos componentes da comissão julgadora tem privilegiado autores de livros diversos, poetas, amantes da poesia, que tenham alguma relação com a escola e, que reconheçam a importância da autoria como ponto de partida para a valorização da expressão dos alunos e de como estes podem se sentir capazes de escrever e compartilhar seus escritos, suas criações e suas ideias.

Em 2017, o Concurso foi pensado de modo a envolver ainda mais todos da escola e, para isso, será organizado no segundo semestre, de forma interdisciplinar. Este ano de 2017 o Colóquio está na sua 9ª edição.

Acreditamos que dar aos alunos e alunas a oportunidade de escrever, ler, escolher e ver suas poesias reconhecidas como boas produções, são momentos de crença na leitura enquanto possibilidades de múltiplos olhares e da escrita de poesia como canal para expressar sentimentos, denunciar angústias, noticiar situações incômodas ou declarar sentimentos contidos. (Maria do Socorro Lacerda de Lacerda)

c) AS TRAPALHADAS

Ao escolher a [REDACTED] como seu local de trabalho, Coordenadora Pedagógica pôs-se a pensar no que poderia fazer de diferente na escola já que o patrono era o [REDACTED]. Ocorreu-lhe a realização das Trapalhadas do [REDACTED]. Um dia, informalmente, comentou sobre esta lembrança com alguns professores que acharam a ideia interessante. Parecia que tudo ficaria assim, como uma lembrança de uma ideia interessante, nada mais que um sonho.

Ao terminar o primeiro semestre de 1996, as mesmas professoras indagaram à Coordenadora se não iam realizar as Trapalhadas. Diante do inédito da pergunta, a resposta veio como um convite para começarem a pensar no que poderia ser a "[REDACTED]

Assim nasceram as trapalhadas que, neste ano de 2017, se constituirá nas " Trapalhadas Ano - XXI". Sem dúvida, um evento que merece ser considerado com mais atenção no cotidiano da escola Zacaria, pelo que tem representado de significativo para alunos e professores e também pelo que tem gerado de controvérsias, questionamentos no grupo de educadores. Apesar de tudo e de todos, pode-se dizer que se constitui no projeto mais antigo e duradouro da escola, e que a cada ano se veste com novas roupagens e mais desafiante se torna.

Desde o seu surgimento, as Trapalhadas foram pensadas como um período em que as atividades rotineiras deveriam ceder espaço para outras atividades e eventos que permitissem desenvolver a criatividade e a autonomia de alunos e professores ao mesmo tempo em que permitiriam enriquecer a experiência curricular como um todo. Ou seja, desde a proposta inicial tem se caracterizado como

uma interrupção no trabalho rotineiro, o que acarreta mudança de hábitos e necessidade redobrada de paciência e disponibilidade para lidar com a desorganização (real ou aparente) e o inesperado.

O primeiro esboço das Trapalhadas incluiu a realização de oficinas variadas, oferecidas pelos próprios professores e professoras e de livre escolha de alunos e alunas, como também projeção de filmes , gincanas, torneios esportivos, etc...A realização das oficinas, desde a realização das “Trapalhadas, ano I”, embora gere um clima de tumulto quanto à movimentação dos alunos pelo espaço da escola e, por isso mesmo de apreensão e angústia, tem se constituído na atividade central das Trapalhadas, é sua marca maior.

Os alunos mais antigos falam com prazer das oficinas de que já participaram e aguardam com ansiedade o que lhes será oferecido na próxima Semana das Trapalhadas. Os professores e professoras, por outro lado, “curtem” pensar sobre a oficina que irão oferecer no ano seguinte. Enfim, não há como negar a alegria de todos pelas descobertas que fazem, pelo prazer de criar e inventar coisas novas, pela felicidade de com conhecer e conviver outras pessoas (sejam elas colegas de outras turmas ou professores) e pelos vínculos novos que se cria. É um período onde se vive de fato a concepção de currículo como a totalidade das experiências vividas na escola. Como as trapalhadas surgiram como uma simples proposta de algo que poderia ser interessante e, no seu acontecer, foram descortinando aspectos muito instigantes a ponto de serem muito apreciadas e valorizadas seja pelos

alunos e alunas, professores e professoras, mas também pelas famílias, convém que se busque registrá-la para que se revele em todo seu potencial de aprendizagem e desenvolvimento para todos os envolvidos, como., como um verdadeiro projeto.

JUSTIFICATIVA

Na semana de planejamento de fevereiro de 1997, entre as decisões tomadas pela equipe pedagógica e administrativa da escola, destaca-se a definição do tema CIDADANIA para o Projeto Político Pedagógico naquele momento começava a ganhar contornos de maior explicitação e intenções. Nas reflexões e discussões realizadas, a retomada da avaliação da UE feita no ano anterior permitiu que se destacasse a Semana das Trapalhadas como uma atividade a ter continuidade na escola pelo que representava de oportunidade para se trabalhar questões de cidadania. Assim, desde então, as Trapalhadas tem sido oficialmente previstas no calendário da escola e com a intenção cada vez mais clara de que é o espaço-tempo na escola que deve estar voltado pra suprir tanto as necessidades de enriquecimento curricular, como as oportunidades para todos os alunos de vivenciarem situações de lazer e troca afetiva que não encontram no dia-a dia da comunidade na qual a escola está inserida.

Por outro lado, as Trapalhadas do Zacaria, ao mesmo tempo em que expressam de forma singular a concepção de escola que está nas nossas intenções, é a demonstração viva de que uma escola séria e de qualidade precisa se caracterizar como um lugar onde se cultiva a alegria e o bem querer.

OBJETIVOS:

1-Criar um espaço-tempo na rotina da escola onde se possa vivenciar e avaliar a repercussão do trabalho educacional.

2-Oferecer oportunidades aos alunos para conhecer outras formas de aprendizagem e de ocupação do tempo, dentro e fora da escola.

3-Criar condições para o desenvolvimento da autonomia de educandos e educadores a partir da proposta e escolha do que fazer e do como fazer.

4-Oferecer oportunidade a todos, pais, educandos, funcionários, para conhecimento e elaboração de uma concepção de escola como espaço de vida, aprendizagem, formação dos valores da cidadania.

5-Desenvolver a criatividade através da realização e participação em atividades variadas.

6-Conhecer, resgatar e ampliar conhecimentos, gosto e zelo por expressões culturais diversas.

7-Criar oportunidades de expressão de talentos e de valorização e aceitação do outro no seu modo próprio de ser e se expressar.

d)PROJETO ANIVERSÁRIO

JUSTIFICATIVA: A iniciativa de apresentar este projeto como sugestão de trabalho para ser desenvolvida na escola como um todo apoia-se nos seguintes argumentos: O reconhecimento de si mesmo e do outro como sujeitos em processo permanente de construção de suas próprias identidades são questões essenciais presentes no tema do projeto pedagógico da escola qual seja, a CIDADANIA e, por esta razão, neste momento do processo que vem sendo desencadeado desde 1997,

é necessário explicitar esta questão, problematizá-la e transformá-la em objeto do trabalho pedagógico. Com frequência, os alunos e alunas das diferentes turmas organizam festas para comemorar os aniversários de professores e professoras e percebe-se claramente que estas ocasiões acabam se transformando em momentos de recreação e lazer para eles mesmos já que, talvez a maior parte deles e delas não têm ou nunca teve a oportunidade de comemorar seu próprio aniversário com os amigos. Por outro lado, entre as pessoas que trabalham na escola, os aniversários que são lembrados e comemorados pelos colegas para homenagear alguém, embora seja motivo de alegria para o/a homenageado/a torna-se também uma situação constrangedora porque nem todos são lembrados e homenageados. Desde que iniciamos o trabalho com o projeto CIDADANIA, existe um desejo explicitado ou não para se trabalhar com atitudes tais como solidariedade, colaboração, respeito, tolerância, valorização, justiça, amizade, sinceridade, lealdade, ajuda e, a questão do aniversário, pelos argumentos expostos anteriormente mostra-se bastante oportuna e fértil como sub-tema de um projeto que envolve todas as pessoas que estudam e trabalham na escola, que convivem cotidianamente neste espaço. Explorar as possibilidades didáticas do tema ANIVERSÁRIO é uma forma de tratar a questão da inclusão de forma criativa e inovadora.

OBJETIVO

1-Criar oportunidades para que, através de todo o ano letivo, todas as pessoas que constituem a comunidade interna do Zacaria, sejam colocadas em destaque e homenageadas no mês de seus aniversários, como uma forma de abrir espaço para reflexão e valorização da vida e consequentemente de conscientização e luta por conquista e garantia de vida digna para todos.

2-A partir do levantamento dos aniversários mês a mês, relacioná-los com tema ou assuntos do mês em questão, para organizar e desenvolver um trabalho de exploração e aprofundamento a respeito de conteúdos presentes nestes temas ou assuntos como uma forma de ação que propicie o reconhecimento e apropriação de atitudes e valores de cidadania.

3-Através da utilização de múltiplas linguagens, criar e desenvolver estudos e trabalhos de caráter interdisciplinar para serem apresentados e expostos no ambiente da escola de forma a permitir uma troca efetiva entre alunos e professores das diferentes turmas e uma forma de integração entre os alunos e professores dos diferentes períodos e consequentemente de respeito e valorização do outro.

4-Criar oportunidades para conhecimento e reconhecimento de todas as pessoas da escola, sejam elas alunos/ professores/ diretor e assistente de direção/ coordenadoras e demais funcionários, através do que fazem e são e da importância de cada um na constituição do coletivo da escola.

5-Propiciar oportunidades de vivenciar situações e ações que promovam a reflexão sobre questões de ordem ética e consequentemente influencie de forma positiva o relacionamento interpessoal no ambiente escolar e em outros ambientes.

6-Oferecer possibilidades efetivas de planejamento, organização e realização de festividades no ambiente escolar que assegurem ambiente de alegria, confraternização, tranquilidade, amizade e respeito mútuo.

ESQUELETO DO PROJETO EM CADA MÊS -2017

1-Organização das fotos (Power Point)

2-Proposta de trabalho/Tema : Diversidade

3-Equipe coordenadora do trabalho

4-Organização e apresentação das atividades

5-A festa de aniversário com lanche coletivo

6- Avaliação

e) COLÓQUIO SOBRE EDUCAÇÃO PÚBLICA

O “Colóquio sobre educação Pública”, inicialmente foi proposto como oportunidade dos ex alunos retornarem à escola já que , nos encontros informais era comum manifestarem muita saudade do tempo vivido na escola. Em vista disso e movidos pela satisfação de um reencontro, pela curiosidade em torno dos novos percursos vividos, os educadores e educadoras da Escola Zacaria se organizaram para promover um encontro que reunisse alunos/as e ex-alunos/as, mas também professores/as e ex-professores/as da escola onde todos pudessem relatar para os outros como estavam e o que estavam fazendo.

Assim, o nome “ Colóquio sobre educação pública” surgiu exatamente para se constituir como um momento de encontro mas também como uma oportunidade de reconhecer o valor e a importância da escola pública na formação dos jovens e adultos para ocupar um lugar de relevância na sociedade bem como para assegurarem seus direitos a uma vida com dignidade. O colóquio acontece uma vez por ano, num final de semana, com a oportunidade inclusive de poder saborear os quitutes da escola

f) A PRÁTICA DE DISCUSSÃO DE REGRAS E ASSEMBLÉIAS NA ESCOLA /MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

“ Quando a escuta e o diálogo são as regras, surgem soluções pacíficas para as brigas e para os desentendimentos”.

Em 2007, a partir de uma observação que vínhamos desenvolvendo internamente a respeito da manutenção das condições adequadas de limpeza e conservação do ambiente escolar, resolvemos escrever um pequeno livro, “A escola que queria ficar sempre bonita”, para ser trabalhado com os alunos logo nos primeiros dias de aula. O resultado foi muito bom e nos mostrou a importância de sempre se pensar numa atividade inicial especial para envolver toda a comunidade escolar a pensar sobre o espaço e a convivência das pessoas nele. Além do livro, discutíamos as normas da escola com os alunos e colocávamos em Power Point suas ideias e sugestões para posteriormente fazermos um debate em assembleia sobre as possíveis mudanças e

Foi a partir dessa atividade e também através do olhar dos alunos e dos professores sobre a escola nas avaliações da Unidade Escolar no final de cada ano e o Regimento escolar, que surgiu a intenção de discutir com os alunos a criação de regras e a organização de assembleias na escola, como uma forma de envolvê-los na tomada de decisões sobre a convivência entre todos na escola e de se sentir “pertencendo” ao grupo, deixando de ser somente aqueles que estavam prestes a obedecer. Apesar de difícil e trabalhosa, conseguimos realizar com relativo sucesso a tarefa a que nos propusemos e os bons resultados tem se mostrado na rotina do dia-a-dia.

Além dessa prática, buscamos no nosso dia a dia um “trato cuidadoso em relação aos alunos com baixa aceitação da escola, por mais que erremos, trabalhamos pela cultura de paz, pela consciência de mundo, pelo apego à vida. Logo, mesmo cientes de que vivemos um conflito permanente desde o momento em que o prédio é aberto pela manhã até o encerramento das atividades na penúltima hora da noite continuamos lutando para que esse conflito não beire o desrespeito aos direitos morais nem legais, para que não beire também a desqualificação do outro nem do nosso trabalho, dentre outras bandeiras. Por isso, nossa prática é o diálogo constante, até esgotar as últimas possibilidades. Enquanto não sentimos que está acontecendo reflexão por parte do aluno em relação ao acontecimento no qual ele foi envolvido não abrimos mão do diálogo. Enquanto a reflexão propiciada pelo diálogo não culminar numa retratação, o aluno não se colocar no lugar do outro e isso não gerar um pedido de desculpas uni ou bilateral o diálogo não se encerra. Assim, acreditamos trabalhar por uma educação efetiva e plural. Não é um diálogo de “passar a mão na cabeça”, mas, uma prática de ouvir, falar e deixar o outro também falar, cientes de que o outro, assim como pode mentir, pode também falar a verdade, a solução é ouvir sempre, perguntar respeitosamente, mesmo diante da possibilidade de alguns alunos acharem que nada foi feito”. Ismerindo Laube de Oliveira – Maio 2015

Diante desse contexto e como forma de contribuir para uma convivência mais saudável, construção da cidadania e enfrentamento da violência, pretendemos organizar este ano a comissão de mediação de conflitos na escola. Espera-se que o processo de mediação de conflitos possa viabilizar o diálogo construtivo e a negociação de tomada de decisões, visando relações interpessoais confortáveis na convivência escolar. Assim, essa proposta apresenta-se à escola como uma alternativa democrática para prevenir situações em torno dos diversos tipos de violência. Portanto, o objetivo deste trabalho

é fornecer à escola, ferramentas alternativas para evitar que situações problemáticas do cotidiano se desenvolvam e atinjam um nível maior de violência.

Visto que não é qualquer pessoa que pode tornar-se um mediador, faz-se necessário uma seleção entre os candidatos ao cargo, para tal sugere-se que sejam observados fatores como a aceitação das

normas do projeto, a capacidade de diálogo, disponibilidade de tempo, ser bom ouvinte, ser sociável, ser imparcial, postura educativa, paradigma da responsabilização, entre outros.

XIV - PROPOSTA CURRICULAR ENSINO NOTURNO-2017

APRESENTAÇÃO

Essa proposta tem elo com o Projeto Pedagógico e tem como objetivo discutir o caminho entre o fazer e o pensar, entre a teoria e a prática, entre os fins e os meios de um público diferenciado existente na escola. O ensino noturno e a E.J.A, caracterizando a “Educação de Adultos”.

Sabe-se que o ensino noturno destina-se à aquelas pessoas que trabalham durante o dia e que não tiveram acesso às salas de aula ou não puderam concluir seus estudos na idade certa. Na nossa escola, incluímos ainda os adolescentes, que, por diversos motivos também frequentam o período noturno, caracterizando um público bem específico. Os alunos que procuram a E.J.A, de um modo geral, vêm para a escola com muita vergonha e desconfiados, às vezes muito marcados por experiências escolares doloridas e sofridas.

A educação de adultos, poderíamos dizer que se trata de um processo educativo que participam pessoas crescidas. Porém, vale lembrar que outros cursos que participam adultos não podem ser

chamados de “Educação de Adultos”, como exemplos podem citar diversos cursos como de culinária,

informática, mecânica, etc. Nesse sentido, o que difere e se torna específica esse tipo de ensino é a intenção, uma forma diferenciada de educação regular de Ensino Fundamental.

Isso se dá devido ao público, em que a grande maioria sendo adultos trabalhadores, não age e não raciocina como as crianças, e que aprende por mecanismos, pelo menos parcialmente, distintos dos

que se verificam entre crianças. De acordo com Oliveira (1999, p. 03) em comparação à criança, “as peculiaridades de vida em que se encontra o adulto faz com que ele traga consigo diferentes habilidades e dificuldades.”

Enfim, nessa proposta descreveremos o modo como pensamos o processo pedagógico desse turno específico da escola. Tentaremos apresentar reflexões e inovações de uma prática pedagógica inovadora e diferenciada, repensando a organização curricular, os desafios da formação desses estudantes, levando em conta o papel que deve apresentar na sociedade.

CARACTERIZAÇÃO DOS ALUNOS

O público que ingressa no ensino noturno espera um curso diferente, a maioria trabalha, tem família ou outras responsabilidades que os impedem de dedicar grande parte de seu tempo aos estudos. De um modo geral, vem para a escola com muita vergonha e desconfiados, às vezes muito marcados por

experiências escolares doloridas e sofridas. Geralmente o tempo dentro da sala de aula é o único período que tem para estudar. São pessoas com uma bagagem cultural e experiência de vida muito maior, e também por agrupar na mesma sala de aula dois perfis bem diferentes, adolescentes e adultos. Para o ano de 2016, temos um aluno específico, um adulto surdo com 34 anos que nunca frequentou uma escola, nem regular nem especial.

Nesse sentido, o público alvo do ensino noturno caracteriza-se por sua heterogeneidade, seja pela idade dos alunos, seja pelas diferenças relacionadas às formas como cada sujeito estabelece suas relações com a sociedade. Numa mesma sala de aula, temos alunos com 15 anos de idade que ainda sequer trabalham, não constituíram família, que buscam a escola como possibilidade de adquirir conhecimentos para obter o primeiro emprego e outros que frequentam por obrigação do responsável e que não demonstram interesse em obter esse conhecimento e que, muitas vezes atrapalham o andamento da aula, por imaturidade e essa falta de compromisso para com a escola. Por outro lado, temos os alunos com idade mais avançada, os quais já formaram suas famílias, são responsáveis pelo sustento dos filhos e que vem a escola com o desejo de aperfeiçoar seus saberes, ter acesso à instrução institucionalizada como forma de melhorar suas vidas profissionais e pessoais, embora esse tipo de ensino seja propriamente voltado para qualificação profissional, acaba por representar isso de alguma forma, pois permite evolução do nível de escolaridade de seu público. Mas existem também alunos que procuram nesse ensino outras expectativas, pois já dominam algumas habilidades e enxergam a possibilidade de concluir seus estudos e obter um diploma.

Outra característica observada desse público é sem dúvida que muitos alunos têm responsabilidades além daquelas exigidas pela escola. Como citado anteriormente, a maioria trabalha, têm filhos, sustentam família, são donas de casa e que têm outras atividades que tomam boa parte do tempo diário. Uma boa parte é de baixa renda e moram aos redores da escola, ou seja, em região periférica com pouco ou nenhum acesso a bens materiais e culturais.

Porém, é necessário especificar que esses alunos possuem cultura sim, uma cultura ligada ao popular, isso não pode ser desconsiderado. Essa cultura está ligada à experiência de vida que possuem, e isso deve ser aproveitado pelos docentes.

OBJETIVOS

Considerando essa proposta de trabalho, pode se dizer que nossos objetivos estão emaranhados com a situação, sendo eles pertinentes aos alunos, ensino e a própria proposta.

Como objetivo geral, a escola destaca a possibilidade de preparação desses alunos para inserção no mundo do trabalho, na vida social e em diversos canais de participação que permita a construção de conhecimentos que contribuam para ampliação de suas práticas sociais, valorização dos direitos e um posicionamento mais crítico diante da realidade na qual está inserido.

Consideramos também como objetivos, garantir de diversas formas a permanência do aluno na escola, envolve-los nos projetos existentes, inclusive nos planejamentos das atividades do projeto específico desse público. Dinamizar as atividades tornando-as mais interativas ou visuais de modo a

permitir aos alunos passar de uma fase de abstração avançando nos conteúdos específicos de cada turma.

Como objetivos específicos, citemos:

- Proporcionar uma proposta curricular adequada a sua realidade;
- Repensar as práticas educativas em todas as disciplinas do currículo escolar;
- Refletir sobre as peculiaridades do ensino-aprendizagem nesse tipo de ensino;
- Possibilitar ao aluno a aquisição de conhecimentos que favoreçam o acesso a outras modalidades de ensino
- Criar possibilidades para que os alunos possam sair da escola para visitar exposições, ir ao teatro, desenvolver estudos de meio nos sábados, etc.

PROPOSTA

Nossa proposta é norteada por um tema gerador que serve de base para o trabalho ao longo do ano. A partir desse tema, elaboramos as atividades relacionadas aos projetos existentes nesse turno, abaixo um breve resumo dos projetos.

Projeto Cinema: Um filme que é escolhido de acordo com o tema gerador e apresentado a todos os alunos do período noturno, após o filme há reflexão e um registro sobre a apresentação.

Projeto Leitura: Um texto unificado escolhido de acordo com o tema gerador, numa mesma data e hora todas as turmas leem o texto e fazem a discussão e reflexão sobre o mesmo.

A intenção de ter esse tema gerador é o de orientar os professores quanto aos conteúdos e habilidades a serem desenvolvidas, ao mesmo tempo em que considera as características do meio no qual os alunos estão inseridos. Promove também a interdisciplinaridade por meio de uma proposta que possibilite o desenvolvimento intelectual, social e afetivo e que aumente a qualidade de ensino.

As discussões desse tema gerador estão direcionadas para a construção de um currículo que, de fato, fosse significativo e que nortearse o trabalho docente e que levasse em conta os conhecimentos necessários para os alunos em cada uma das disciplinas propostas e que pudesse orientar a escola na consecução dos objetivos propostos para cada série/ano escolar do período noturno.

Para o ano de 2017, nosso tema da proposta é a discussão sobre a diversidade, especificamente a questão de gênero, apesar de ser um tema amplo, ao surgir a proposta discutimos em que âmbito seria mais proveitoso a exploração do tema, que será explicado conforme o quadro abaixo, que está dividido pelo período e o tema a ser estudado, pesquisado e discutido.

MAIO	• Movimentos sociais na desigualdade de Gênero
JUNHO	• gênero no cotidiano escolar
JULHO	• sexualidades: conceitos, diversidade e discriminação
AGOSTO	• sexualidades direitos e educação
SETEMBRO	• sexualidade no cotidiano escolar, gravidez e relações hetero e homossexuais.
OUTUBRO	• Etnocentrismo, estereótipo e preconceito
NOVEMBRO	• Homossexualismo e transexuais
DEZEMBRO	• avaliação do projeto

AVALIAÇÃO

A avaliação é um instrumento de grande importância no processo de ensino-aprendizagem, no ensino noturno adquire um significado maior ainda, pois favorece a conscientização de conquistas, das dificuldades dos alunos em relação a tudo que é desenvolvido dentro e fora da sala de aula. Serve também como meio de orientação do planejamento e replanejamento da prática docente, e que revela em que nível os objetivos foram alcançados.

Entendemos que a avaliação não é meramente atribuir notas ou conceitos às atividades desenvolvidas pelos educandos, classificando-os apenas como capazes ou não de desenvolver as habilidades relacionadas às disciplinas, avaliar vai além do entendimento do sucesso ou insucesso dos educandos, pois possibilita entender as brechas e os desafios da prática docente e da escola.

Como esse público do ensino noturno é diferenciado e possuem diferentes níveis de conhecimentos, é importante que os docentes comecem o ensino pela avaliação diagnóstica, para a definição de uma proposta de trabalho clara e séria, que realmente possa mudar a vida dos alunos, a qual levantará um perfil referente aos conhecimentos e às habilidades que os alunos possuem e quais de fato são suas maiores dificuldades.

Com essa estrutura de avaliação, pretende-se oferecer aos alunos transparência quanto às dimensões do processo de aprendizagem, aos critérios de avaliação, é que, essas não devem estar limitadas apenas à demonstração escrita do aprendizado, pelo contrário, o professor deve também avaliar a expressão oral do pensamento.

Portanto, avaliar é um ato complexo e que não deve estar pautada apenas na atribuição de notas ou conceitos, mas que deve propor-se averiguar a maneira como ocorre todo o processo de ensino e aprendizagem, os problemas que os envolvem, bem como aquilo que tem contribuído para o sucesso dos alunos.

Além disso, o aluno também tem condições de reconhecer os pontos positivos e negativos de seu desempenho escolar, o que leva o professor a deixar de ser o único responsável pela atribuição de notas e pela identificação dos problemas dando, dessa forma, um significado mais amplo para a avaliação escolar, menos pragmático e mais atento a proporcionar uma aprendizagem efetiva e que tenha significado.

Diante disso, para esse público, oferecemos diversas avaliações principalmente considerando o projeto que trabalhamos de forma coletiva, avaliamos a participação dos alunos nas atividades, oferecemos diversos tipos de atividades a respeito do tema, sendo em grupos, individuais, ou da forma que o aluno possa e consegue realizar. Consideramos suas individualidades, suas especificidades e capacidades.

XV- BIBLIOGRAFIA

CORDIOLLI, Marcos. Diversidade e Pertinência na Construção Curricular.

FREIRE, Paulo: - A importância do ato de ler em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

Gadotti, Moacir- A escola Cidadã – Ed. Cortez

HOFFMAN, Jussara: Avaliar para promover – as setas do caminho 14ª ed. Ed. Sumário.

LEI 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Algumas Reflexões sobre a Escola e o Conhecimento Escolar.

Universidade Católica de Petrópolis/UFRJ.

OLIVEIRA, Marta Khol de, Cultura & Psicologia: questões sobre o desenvolvimento do adulto 1a. edição, 2009.

PINO, A Escola e a Cidadania: apropriação do conhecimento e exercício da cidadania. In: Severino, A. J., Martins, Sociedade Civil e Educação.

Campinas, SP: Papirus: Cedes, São Paulo: Ande: Anped, 1992, p. 15-25

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO -2015

Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo- Mais Educação São Paulo.

Reorganização da E.J.A Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo/ SME

REGIMENTO EDUCACIONAL-2014

SÃO PAULO, /Secretaria Municipal de Educação DOT: Orientações Curriculares: Expectativas de aprendizagem para Educação de Jovens e Adultos- EJA/ SME- 2008

_____DOT: Orientações Curriculares e proposição de expectativa de aprendizagem para

Educação Infantil e Ensino Fundamental: Libras/SME-2008

_____DOT: Orientações Curriculares e proposição de expectativa de aprendizagem para

Educação Infantil e Ensino Fundamental: Língua Portuguesa para pessoa Surda/SME-2008

SACRISTÁN, José Gimeno. A educação que ainda é possível. Porto Alegre: Artmed, 2007

VEIGA, Ilma Passos; RESENDE, Lucia M. G. (org.). Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.

- KRAMER, Sônia.(2003). Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil. SP: Ática.

- BRASIL. Lei n.9394, Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Editora do Brasil.

- BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Referencial curricular nacional para educação infantil. Brasília, DF: MEC, 1998

PORTARIA 5930/13 - SME - DE 14 DE OUTUBRO DE 2013

Regulamenta o Decreto nº 54.452, de 10/10/13, que institui, na Secretaria Municipal de Educação, o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo- “Mais Educação São Paulo”.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 6a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários a prática educativa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

_____. Pedagogia do Oprimido. 17a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. A educação na cidade. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000(a).

_____. Política e educação. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000(b).

_____. Pedagogia da Esperança : um reencontro com a Pedagogia do Oprimido, São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MANTOAN, M. T. E. Caminhos pedagógicos da inclusão 2002.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática na colégio pública. 3a ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

SAVIANI. Demerval. colégio e Democracia. São Paulo: Editora Autores Associados, 1992 (a).

_____. Demerval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. Campinas: Editora Autores Associados, 1997.

_____. Demerval. Sobre a natureza e especificidade da Educação. Pedagogia Histórico-crítico: primeiras aproximações. 3a ed. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1992 (b).

ANEXOS

(textos referência)

-SAAI- SALA DE APOIO A INCLUSÃO

Se tomarmos como ponto de partida a diversidade e, como ponto de chegada a realização do sonho de que todos possam encontrar na escola as oportunidades que necessitam e têm direito para se desenvolverem como sujeitos capazes de pensar, fazer escolhas, assumir uma atividade produtiva, ocupar um lugar de participação efetiva na construção de uma sociedade mais justa e solidária, a escola necessariamente precisa buscar continuamente se construir e se constituir também como um espaço efetivo de inclusão do diferente, que acolhe bem e indistintamente todos os que a ela tem acesso e nele permanece.

Neste sentido, em nosso esforço de compreensão quanto à concepção sobre inclusão tal como tem sido colocado na legislação pertinente, o aluno ou aluna que apresente alguma característica especial não pode ser tratado pela escola como se fosse portador de um problema ou até mesmo que seja visto como problema. A compreensão que se precisa ter é que a escola e toda a equipe escolar precisa considerar o que significa a presença de alunos que demandam uma atenção e um cuidado diferenciados e aí, sim, assumir como problema a busca por soluções para criar as condições de um atendimento adequado e satisfatório que não discrimine e nem exclua do contexto de educação e convivência na escola.

Envolvidos com a preocupação de buscar alternativas que oportunizem acompanhamento mais adequado do processo ensino-aprendizagem de todas as crianças e, portanto aquelas que por alguma razão necessitam de apoio complementar enriquecido com outras propostas de atividades e materiais, é que começamos a pensar e propor um projeto que encontra sentido e significado no próprio cotidiano das escolas públicas. São alunos que necessitam de um tipo de ajuda e atendimento que ultrapassam as possibilidades convencionadas da escola, seja porque o número de alunos em sala de aula é muito grande (em média 35 alunos) e todos exigem do professor ou professora uma atenção e atendimento peculiares já que são pessoas diferentes e com saberes / querer / possibilidades específicos, seja porque a diversidade presente no grupo de alunos e alunas provoque ritmos e processos diferentes e desiguais, seja porque o professor ou professora sozinho não consegue atender igualmente bem, com os recursos de formação que dispõem e no tempo e espaço de que dispõem, os que ainda não tem segurança e autonomia para avançar com mais independência quando se deparam com obstáculos pela frente.

72

Especificamente na [REDACTED], os alunos que necessitam e poderiam ser atendidos pelo SAAI podem assim se caracterizar:

a- alunos com deficiência intelectual que se manifesta pela dificuldade em atender e executar comandos, na compreensão de propostas de atividades de aprendizagem e conseqüente desinteresse em resolvê-las, por dificuldades de atenção e concentração, por uma movimentação incessante e irrefletida;

b- alunos com problemas de audição, visão e locomoção

c- alunos com dificuldades de ordem física e motora que acarretam abandono das atividades e manifestação de condutas destrutivas e descuidadas com os materiais e os colegas bem como movimentação descontrolada e desordenada no espaço de convivência;

d- alunos com comprometimentos de ordem emocional em diferentes níveis de manifestação, consequência na maioria das vezes do ambiente familiar muito agressivo e hostil, gerando desinteresse e pouco envolvimento com a dinâmica do processo de ensino e aprendizagem em sala de aula e com sérios agravantes no convívio com colegas e professores;

e- alunos com um elevado nível de baixa estima que os torna medrosos / envergonhados / tímidos / apáticos / sem confiança em si mesmos para participar das atividades de sala de aula e manifestar suas dificuldades de compreensão.

f- alunos com problemas decorrentes de doenças crônicas, degenerativas e outras e que demandam acompanhamento e atenção especiais.

Pode-se afirmar que, muitos dos nossos alunos, apresentam mais de uma das características enumeradas anteriormente o que, com certeza, tem se colocado como um enorme desafio de ordem pedagógica para a escola e se apresentado sob a forma de um grande apelo para que busquemos minimizar a situação de aprendizagem e desenvolvimento dos mesmos e ajudá-los na superação de alguns obstáculos no processo de ensino e aprendizagem.

Face ao exposto, nossos objetivos neste projeto de criação da SAAI no Zacaria podem ser expressos da seguinte forma:

1- Envolver os professores e professoras na constituição de grupos de reflexão e estudo sobre dificuldades que identificam na interação em sala de aula a respeito de alguns alunos no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, as hipóteses que supõem explicar tais dificuldades, as formas de superação e enfrentamento dos problemas e os encaminhamentos a serem realizados no coletivo do trabalho de sala de aula e nas atividades com a professora coordenadora da SAAI;

2- A partir da discussão, reflexão e estudo desenvolvidos nos grupos, organizar um cronograma de horários e agrupamentos para atendimento dos alunos fora do horário regular pra se planejar formas de orientação e ajuda aos alunos, de forma a manter uma complementaridade ao processopedagógico de sala de aula e possibilitar enriquecimento e ampliação do repertório de habilidades e atitudes dos alunos envolvidos.

3- Estudar, planejar e elaborar atividades, oficinas, jogos e materiais para auxiliar alunos e alunas que apresentam dificuldades no acompanhamento do processo ensino-aprendizagem de forma a proporcionar a realização de outras situações de ensino e aprendizagem que oportunizem o

desenvolvimento das crianças e adolescentes e sua melhor inserção na rotina da sala de aula e da escola como um todo.

4- Avaliar e registrar o alcance das ações desenvolvidas, ampliar repertório de conhecimento e alternativas de ação, rever rumos, delinear novos rumos de estudo e pesquisa sobre inclusão.

2-RECUPERAÇÃO PARALELA

JUSTIFICATIVA

Considerando a análise dos resultados do IDEB, o resultado das sondagens realizadas e das avaliações realizadas pelos professores em 2015 e, diante da dificuldade em conduzir de forma mais direta e eficiente a diversidade em termos de aprendizagem da leitura e escrita de nossos alunos e alunas, seja porque a diversidade presente no grupo de alunos e alunas provoque ritmos e processos diferentes e desiguais, seja porque o professor ou professora sozinhos não conseguem atender igualmente bem, com os recursos de formação que dispõem e no tempo e espaço de que dispõem, é que começamos a pensar e propor o Projeto “ Ações de Apoio Pedagógico “ na nossa Unidade Escolar.

Os alunos que necessitam e poderiam ser atendidos pelo professor orientador podem assim se caracterizar: são alunos do Ciclo de Alfabetização, Interdisciplinar, Autoral e EJA que tem pouco ou nenhum domínio da leitura e escrita e que demonstram dificuldade na compreensão de propostas de atividades de aprendizagem e consequente desinteresse em resolvê-las, por dificuldades de atenção e concentração; outros, pelo comprometimento de ordem emocional em diferentes níveis de manifestação, gerando desinteresse e pouco envolvimento com a dinâmica do processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, bem como, alunos com um elevado nível de baixa estima que os torna medrosos / envergonhados / tímidos / apáticos / sem confiança em si mesmos para participar das atividades de sala de aula e manifestar suas dificuldades de compreensão.

Estamos certos que a implementação do Projeto Pedagógico de Apoio Complementar é de grande ajuda para alunos e alunas que apresentam dificuldades no acompanhamento do processo ensino-aprendizagem de forma a proporcionar a realização de outras situações que oportunizem o desenvolvimento das crianças e adolescentes e sua melhor inserção na rotina da sala de aula e da escola como um todo. Face ao exposto, nossos objetivos neste projeto de criação do Projeto de Apoio podem ser expressos assim:

- Organizar formas de apresentação e discussão da proposta com alunos e suas famílias, no sentido de obter compreensão de todos uma vez que os alunos e alunas terão que vir fora do horário regular de aula.

- Envolver os professores e professoras na constituição de grupos de reflexão e estudo sobre dificuldades que identificadas na interação em sala de aula e promover formas de superação e enfrentamento dos problemas e os encaminhamentos a serem realizados no coletivo do trabalho de sala de aula e nas atividades com a professora coordenadora do projeto de apoio.
- Estudar, planejar a rotina, elaborar atividades, oficinas, jogos e materiais em conjunto com o professor de apoio pedagógico para promover o desenvolvimento de habilidades necessárias à continuidade da aprendizagem dos alunos (as), respeitando a sua diversidade e ritmo próprio no processo ensino aprendizagem.
- Avaliar e registrar o alcance das ações desenvolvidas no processo educativo, ampliar repertório de conhecimento e alternativas de ação e delinear novos rumos de estudo e aprofundamento.
- Coordenar as ações de apoio pedagógico, auxiliando na análise das dificuldades dos alunos e no controle da frequência.

Quanto aos resultados, esperamos possibilitar enriquecimento e ampliação do repertório de habilidades de leitura e escrita e ao mesmo tempo, proporcionar o desenvolvimento de atitudes básicas implicadas no ato de estudar (responsabilidade, atenção, compromisso, esforço, seriedade, dedicação, etc.). A avaliação será realizada de forma sistemática e continuada do processo educativo; da frequência e participação dos alunos nas atividades propostas; do desenvolvimento do trabalho e as intervenções efetuadas pelo Professor de Apoio Pedagógico; da utilização dos recursos, análise e superação dos resultados apresentados.

3- A DIFÍCIL E NECESSÁRIA TAREFA DE EDUCAR



Abdicar das atividades agradáveis do dia-a-dia parece ser cada vez mais uma dificuldade enfrentada pelos jovens, adolescentes e crianças em idade escolar. Dá-se a impressão de que a Escola é o grande monstro que retira deles as coisas boas da vida, tais como brincar, conversar com os amigos, passear e muitas outras coisas legais do cotidiano. Mas, uma vez que vêm à escola, os adultos envolvidos na educação desses, agora alunos, têm objetivos claros da necessidade de se promover ações que os levarão a um futuro melhor, sabem muito bem que as atividades escolares, as quais nem sempre são agradáveis, são imprescindíveis para a construção de um mundo mais justo e solidário que garantam a perpetuação da espécie humana. Assim, estabelecem normas e critérios rígidos para cumprir com o currículo. Mas, à vista de alguns alunos a postura assumida por esses adultos torna-se um grande problema, uma vez que tenta moldá-los aos seus desejos.

Felizmente a parcela de alunos que tomam a Escola como um empecilho às suas vidas é relativamente pequena e parece depender de como o corpo escolar lida com as ocorrências diárias e como as

famílias se relacionam com esse corpo. Muitas situações conflituosas são desencadeadas no tripé; aluno-aluno, aluno-professor, família-professor. Em geral, são situações que poderiam ser minimizadas se cada parte tivesse o cuidado de cumprir sua tarefa da melhor forma possível, é sabido que o conflito surge, em geral, nos limites em que uma das partes interpreta que seus direitos foram desrespeitados. O professor que trabalha arduamente (muitas vezes em três turnos) não vê alternativa ao aluno senão estudar e cumprir com todas as tarefas por ele solicitadas. O aluno, por outro lado espera chegar à escola e encontrar alguém que o escute e que lhe dê atenção (muitos deles só têm esse ambiente no qual pode depositar tal confiança). Em se tratando de escolas públicas, as famílias, muitas delas sem amparo do poder público, esperam da escola a realização dos seus desejos, que é a de tratar pessoalmente seus filhos, quando tais realizações não se concretizam as famílias depositam na escola toda a culpa do fracasso.

Tratar o aluno primeiramente como ser humano que é, é o primeiro requisito a ser considerado em qualquer momento da vida escolar dele, mesmo nas situações mais difíceis que ocorrem dentro de uma escola, como naquelas em que parece tudo perdido, quando o aluno se comporta com desrespeito em relação ao colega ou em relação ao adulto. Faz-se necessária uma atuação cuidadosa, pois mesmo esse aluno que aparentemente está desfocado do ambiente escolar, tem expectativa em relação a alguém ou algo.

No tocante ao diálogo educador/educando mesmo sem justificar as ações, vale o antigo dito popular “mais burro é quem passa perto do pé do burro”. Lembramos sempre que aquele que não respeita não gosta de ser desrespeitado, aquele que bate não admite apanhar, aquele que subtrai o que lhe é alheio, não aceita ser roubado, aquele que erra sempre acha um motivo que justifica seu certo. Estão aí comportamentos que muitas vezes são motivo de conflito entre os alunos ou entre eles e os adultos da Escola e que impõem ao adulto uma sensação de aparente impotência, - então não se pode fazer nada? Em se tratando de ambiente escolar, talvez essa pergunta não deva ser formulada, pois, não se pode deixar de fazer algo pela educação dessa criança. O adulto tem anos a mais de experiência de vida e do mundo, tem certa clareza dos objetivos da educação escolar, tem consciência, etc.

Durante o confronto inevitável, algumas coisas acontecem e podem colocar tudo a perder ou, pelo menos, acirrar os ânimos. As situações conflituosas em geral têm origens e essas, devem ser perscrutadas por quem lida com elas. Dependendo da posição ideológica do profissional a ação tem diferentes vieses: I) Do ponto de vista humanista o profissional tratará com largo espectro de cuidados e fará muito esforço para encontrar o melhor caminho através do diálogo. II) Numa postura conservadora, do ponto de vista de olhar o outro como número, provavelmente o profissional dará importância apenas ao modo de

pensar de seu mundo e, talvez não atingirá o aluno de forma que haja transformação efetiva.

Como exemplo de tentativa do trato cuidadoso em relação a esses alunos com baixa aceitação da escola, citamos o nosso olhar [REDACTED] Por mais que erremos, trabalhamos pela cultura de paz, pela consciência de mundo, pelo apego à vida. Logo, mesmo cientes de que vivemos um conflito permanente desde o momento em que o prédio é aberto pela manhã até o encerramento das atividades na penúltima hora da noite continuamos lutando para que esse conflito não beire o desrespeito aos direitos morais nem legais, para que não beire também a desqualificação do outro

nem do nosso trabalho, dentre outras bandeiras. Por isso, nossa prática é o diálogo constante, até esgotar as últimas possibilidades. Enquanto não sentimos que está acontecendo reflexão por parte do aluno em relação ao acontecimento no qual ele foi envolvido não abrimos mão do diálogo. Enquanto a reflexão propiciada pelo diálogo não culminar numa retratação, o aluno não se colocar no lugar do outro e isso não gerar um pedido de desculpas uni ou bilateral o diálogo não se encerra. Assim, acreditamos trabalhar por uma educação efetiva e plural. Não é um diálogo de “passar a mão na cabeça”, mas, uma prática de ouvir, falar e deixar o outro também falar, cientes de que o outro, assim como pode mentir, pode também falar a verdade, a solução é ouvir sempre, perguntar respeitosamente, mesmo diante da possibilidade de alguns alunos acharem que nada foi feito. Temos ciência de que não queremos ser o “mais burro”. –

4- NORMAS DE CONVIVÊNCIA

REGRAS DE CONVIVÊNCIA PARA [REDACTED] EM 2016

	PROBLEMAS	DECISÕES DAS ASSEMBLÉIAS DE ALUNOS
1	Uso do boné em sala de aula	TODOS: Fica livre o uso, desde que o rosto fique visível para o professor e não prejudique a comunicação. - O aluno que decidir usar boné deve ser responsável pelo seu boné não o utilizando em brincadeiras. A escola não vai cuidar da perda de bonés. RNO: Fica livre o uso, desde que o rosto fique visível para o professor e não prejudique a comunicação.

2	Alimentação Obs: Variar o cardápio	TODOS: - Não se alimentar fora do refeitório. - Ter atitudes de responsabilidade e respeito pelos outros ao se servir da comida, zelando pela higiene e cuidado com os pratos, talheres e canecas. - Pegar só o que vai conseguir comer evitando o desperdício de comida; - Não conversar enquanto estiver se servindo, para não contaminar o alimento com salivas. NOTURNO: respeitar o direito de todos de ter acesso à comida, sendo comedido ao se servir e lembrando que as “misturas” e as sobremesas devem ser compartilhadas por todos, evitando atitudes individualistas de puro egoísmo, isso serve também para

		as frutas.
3	Uniforme	TODOS: - Obrigatoriedade da camiseta branca, inclusive o noturno. - permanecer vestido com a camiseta (uniforme) na sala de aula e em todas as dependências da escola e todas as atividades fora como torneios e saídas em que estejam representando a escola. - não é permitido tirar a camiseta durante as aulas e nem colocar outra roupa por cima da camiseta. - usar roupa adequada na aula de Educação Física.
4	Caderno/Material escolar para a aula	TODOS: - Os alunos podem optar pela utilização de caderno individual para

		cada matéria ou caderno único, desde que mantenham os cadernos em estado de conservação e organização. Utilizando os cadernos com cuidado e responsabilidade evitando arrancar folhas por qualquer motivo; - Os cadernos perdidos ou danificados devem ser repostos pelos pais; - Os livros didáticos devem ser bem cuidados e identificados com o nome, todos os alunos devem devolvê-los no final do ano; - A escola não tem como repor livros perdidos, por isso é importantíssimo que cada aluno se responsabilize e tome conta de seus cadernos; - a família do aluno será notificada todas as vezes que o filho ou a filha não trouxer o material necessário para as aulas ; -Cada aluno, ao término das aulas do dia, deve verificar se está de posse de todo o seu material antes de se retirar da escola afim de evitar a perda do mesmo. Noturno: - os alunos podem optar livremente pelo caderno que quiserem utilizar.
5	Objetos extra-classe: Celular / MP3 / Games / Maquiagem / Revistas	TODOS: - Não utilizar fones de ouvido, mesmo que o aparelho esteja
	/..., na sala de aula.	desligado; - O Celular poderá ser utilizado para pesquisas auxiliando no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos de acordo com as especificidades de cada professor/disciplina, mas de maneira

		alguma para atrapalhar o desenvolvimento das atividades propostas em sala de aula ou no ambiente escolar, por exemplo: Filmar ou fotografar as aulas, professores, alunos ou demais funcionários, sem autorização prévia; Para estimular brigas, promover bullying envolvendo a comunidade escolar; Utilizá-lo para ouvir música ou redes sociais no período da aula. No caso de descumprimento dessas normas, o aparelho será retirado e devolvido apenas ao responsável. A escola não se responsabiliza pelos danos causados ao aparelho (danificação/furto). NOTURNO: - os alunos devem deixar o celular em “vibra call”, se realmente for necessário atender uma chamada, faça-lo no corredor e o mais breve possível. De forma alguma utilizar fone de ouvido em sala de aula, mesmo com o aparelho desligado.
6	Comer durante a aula: Chiclete / Bala / Pirulito / Doces / ...	TODOS: - É proibido o uso de chicletes em todas as dependências da escola. - Balas e doces podem ser consumidos no intervalo jamais em sala de aula, desde que o lixo seja depositado nos locais específicos e que não disperse a atenção dos alunos;
7	Papel Higiênico	- Usar com cuidado e responsabilidade evitando o desperdício; - Jogar o papel usado “dobrado” adequadamente no cesto que está no box;

		- Informar aos responsáveis sobre qualquer irregularidade observada durante o uso do banheiro inclusive sobre a falta de papel; - O aluno/a que for pego utilizando o papel higiênico em
		brincadeiras, pichando as paredes ou danificando os equipamentos será responsável pela sua limpeza e/ou reposição de materiais danificados;
8	Brigas	- nenhum aluno ou aluna está autorizado a promover, incentivar ou participar de brigas dentro da escola; - em caso de atrito com colegas procurar resolver as questões com conversa sem utilizar a agressão física ou verbal; se precisar, pedir ajuda para algum adulto da escola que estiver mais próximo ou então procurar pelos professores, direção ou coordenação para resolver o problema; - Tomar cuidado com brincadeiras e ofensas que possam estimular as brigas; - Não colocar apelidos nos colegas e nem usá-los com o objetivo de ofender o outro; - Problemas da escola devem ser resolvidos dentro da escola; problemas de fora da escola devem ser resolvidos fora e não devem chegar até a escola; - Os alunos ou alunas que forem pegos fazendo ou estimulando agressões será advertido e o responsável pelo aluno será comunicado e/ou convocado para comparecer á escola. NOTURNO: Tolerância para as diferenças de idade em ambas as partes.

9	Limpeza da escola	TODOS: - Os ambientes da escola são para uso de todos os alunos da escola e portanto devem ser conservados limpos e em bom estado e não podem ser danificados ou estragados por mau uso porque isso significa desperdício e má utilização do dinheiro público - Os alunos ou alunas que picharem a escola ou provocarem sujeira ou estrago em qualquer dependência será advertido e será obrigado a efetuar a limpeza e se danificar algum material deverá pagar pelo conserto ou reposição; - Quando algum aluno ou aluna entrar na sala de aula e encontrar o ambiente sujo ou danificado deve comunicar ao professor ou direção, imediatamente.
		- Reestabelecer a prática de limpar suas próprias carteiras.
10	Carteirinha Obs. Tirar fotos novas com qualidade. .	TODOS: - é obrigatória a entrega da carteirinha para entrar na escola e só será devolvida ao final das aulas do dia; - O aluno que perder ou adulterar a carteirinha deverá providenciar uma segunda via mediante pagamento do custo da confecção de outra;
11	Atrasos/Horários	TODOS: Respeitar os horários de entrada na escola e de retorno rápido às salas de aula após o intervalo. - Nenhum aluno está autorizado a sair da escola fora do horário convencional sem o consentimento da escola. 1º e 2º períodos (6º ao 9º ano) - O aluno que chegar atrasado à escola terá o horário registrado na

		secretaria e a partir do terceiro atraso, o pai ou responsável será comunicado e não será permitido entrar novamente atrasado; - Não será permitida a saída de alunos da sala de aula durante o intervalo de outras turmas; - Os alunos devem permanecer na sala de aula na troca de professores entre as aulas. NOTURNO: - Os alunos de EJA podem entrar a partir da 2ª aula (19:45h) se realmente for necessário;
12	Faltas de Alunos	TODOS: - A frequência às aulas todos os dias é obrigatória para todos e, os alunos que apresentarem mais de 25% de faltas durante o ano, podem ser retidos por frequência insatisfatória. - Os alunos que apresentam muitas faltas às aulas serão advertidos e, no caso dos alunos do diurno, a família será comunicada sobre as faltas e convocada para vir á escola. Continuando o problema a escola comunicará ao Conselho Tutelar para as devidas providências. - Para a entrega do leite, ao término do mês, a frequência dos alunos será digitada no sistema SGP e, os alunos que faltarem mais
		que três dias no mês perderão o direito a receber o leite. NOTURNO: Sexta-feira aula normal, inclusive com atividades avaliativas.
13	Entrega de trabalhos:	Não será permitido, após a data marcada, exceto com justificativa ou atestado médico; Em dias de avaliação/prova - caso o aluno não possa comparecer

		na data prevista para a realização da prova, os responsáveis deverão entrar em contato com a coordenação ou professor (a) para apresentação da justificativa ou do atestado médico. Faltar em dias de provas/avaliações sem justificativa o aluno receberá nota zero.
--	--	--

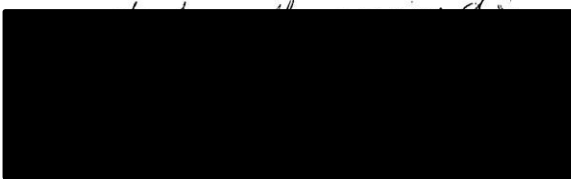
ESCOLA RAQUEL DE QUEIROZ

TIO 16253207

ADRE Campo Limpo -
gabinete -

sra Diretora Regional,

Encaminhamos PPP 2017,

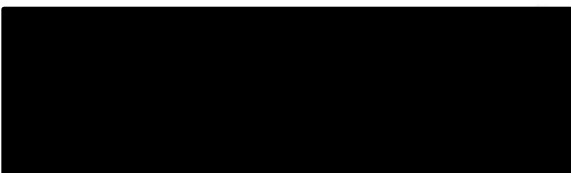


processo de homologação

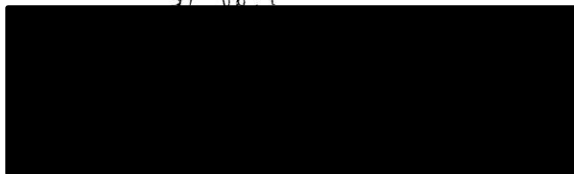
S Paulo, 8/5/17.

A handwritten signature in black ink.

Maria Cristina da Silva Gomes
RG:574.037.334
Supervisor Escolar



Sr. Diretor,
Desenvolvemos PPP atualizado 2017
homologado p/ desenvolvimento
em 19/5/17



[REDACTED] o Paulo, 09 de maio de 2017.

"O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção."

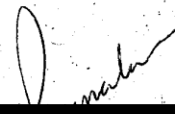
Paulo Freire

À Equipe Gestora [REDACTED]

A escola diante da realidade em que se encontra e da comunidade com a qual trabalha, tem objetivos que deseja conquistar, metas a cumprir e sonhos a alcançar. O conjunto desses desejos e aspirações, bem como os meios para concretizá-los, é o que dá forma e vida ao chamado projeto político pedagógico.

Sendo o PPP um instrumento que descreve e revela a escola, é fundamental pensar como a escola é, que trabalhos realiza, o que precisa ser mudado e como mudar, pois, segundo Vasconcellos (2002) o PPP deve ser mutável, flexível e dinâmico tendo a finalidade de construir a identidade da escola.

Diante do parecer da Supervisão Escolar entendemos que o Projeto ora apresentado está em consonância com os documentos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação e legislações vigentes e considerando o compromisso da Equipe da EMEF DR. JOÃO PEDRO DE CARVALHO NETO com a qualidade social da educação somos de parecer favorável a realização do projeto.



[REDACTED]
Diretora Regional de Educação

DRE - Campo Limpo

RF 694.014.5

TID 16253207

Assunto: Projeto Político Pedagógico 2017

PARECER DA SUPERVISÃO

*"Educar é crescer.
E crescer é viver.
Educação é, assim, vida no
sentido mais autêntico da palavra."*

Anísio Teixeira

A equipe escolar apresenta o "Projeto Político Pedagógico – A Escola e as novas demandas sociais" redimensionado a partir do observado em seu desenvolvimento no período de 2014 a 2016. Ao iniciar a análise deste documento, observamos que os objetivos continuam os mesmos, porém numa perspectiva de interpretação da equipe, quanto ao alcance dos resultados mais crítica e amadurecida. Este movimento é o que se espera quando a equipe se propõe a reorganizar, reavaliar, redimensionar, mas principalmente dar continuidade aos trabalhos iniciados anteriormente.

Tendo como base a Lei Federal 9394/96 (especificamente Art. 12), Resolução do Ministério da Educação nº 4, de 13/06/10, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica, Programa Mais Educação (Decreto nº 54.452, de 10/10/13, Portaria 5930 de 14/10/13, Decreto 2761 de 01/05/14 e Portaria 1084 de 01/02/14), analisamos o Projeto Político Pedagógico da U.E. [REDACTED] e constatamos:

- O Projeto Político Pedagógico foi elaborado considerando as características próprias da U.E., a realidade na qual encontra-se inserida, respeitando-se a legislação pertinente em vigor e as diretrizes da Política Educacional da Secretaria Municipal de Educação (SME);
- O texto redimensionado ora apresentado mantém os acréscimos significativos com relação ao que a equipe definiu como "Educação de Qualidade" em 2015, assim o documento apresenta os objetivos para alcançar a escola que aquela comunidade escolar pretende efetivamente.
- O Plano de Ação, composto pelos documentos: Proposta Pedagógica, Ações de Apoio Pedagógico, Frequência e compensação de ausências, Classificação e Reclassificação, Inclusão, Convívio Escolar, Avaliação da Aprendizagem, Plano Curricular, Planos de Trabalho, Outros Projetos/Ações da U.E., apresentados das fls. 19 a 26, apresenta de

forma clara seus objetivos, metas e prioridades, sendo todas as ações voltadas para melhor atendimento ao aluno, visando a melhoria da qualidade de ensino e do processo de aprendizagem.

- Os vários documentos que definem e regulamentam as atividades escolares: calendário escolar, planos das equipes, planos de reposição, PEA, projetos que compõem o Programa Mais Educação, integram o presente Projeto Político Pedagógico;

Consideramos oportuno lembrar, embora a equipe já tenha explicitado esta preocupação às fls. 31, no item "Avaliação do PPP", que o Projeto Político Pedagógico deve ser considerado como uma ferramenta para o fazer pedagógico, portanto continuamente revisto no decorrer do processo educativo e no final do ano letivo, a fim de analisar seus resultados e, se necessário, redirecionar ou redimensionar seus objetivos e metas para definição de prioridades para o ano seguinte, conforme orientado no texto da Portaria 6.771/2013 Artigo 3º, Incisos III e IV citados abaixo:

Art. 3º - As Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino deverão elaborar seu Projeto Político-Pedagógico ou redimensioná-lo, sob a coordenação da Equipe Gestora e com a participação da comunidade educacional e aprovação do Conselho de Escola, a fim de nortear toda a sua ação educativa, considerando:

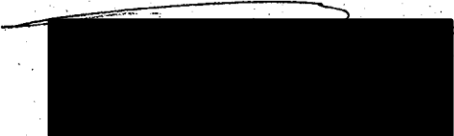
III - a política de formação continuada instituída para os diferentes segmentos da Secretaria Municipal de Educação;

IV - a avaliação institucional da Unidade Educacional realizada pela própria Unidade e as promovidas pelo MEC, sob a coordenação do Núcleo de Avaliação da SME.

Por fim cabe a esta Supervisão mais uma vez parabenizar a equipe e pela elaboração e construção e avaliação deste documento, o Projeto Político Pedagógico, que continua a retratar a comunidade escolar, seus objetivos e metas e que, conforme temos acompanhado, balizam as ações pedagógicas de forma a qualifica-las, sempre em busca da excelência.

Posto isto, somos de parecer **favorável** ao desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico 2017 apresentado pela Equipe Gestora da EMEEB  Neto.

São Paulo, 08 de maio de 2017.

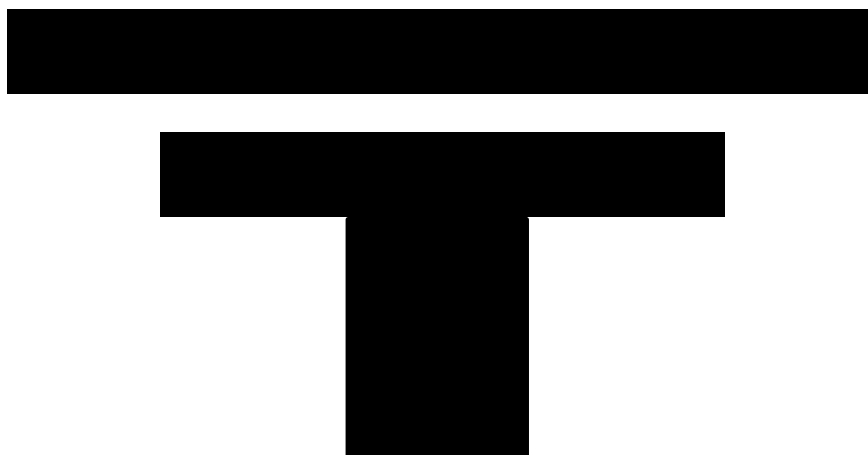




DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO CAMPO LIMPO

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO

A ESCOLA E AS NOVAS DEMANDAS SOCIAIS



Sumário

Introdução.....	
Justificativa	
Histórico da Unidade.....	
Biografia do Patrono	
Área de atuação	
Infra-Estrutura	
Planta	
Recursos Humanos.....	
Recursos Materiais.....	
Recursos Financeiros	
Diagnostico.....	
Caracterização da Comunidade	
Levantamento de dificuldades e necessidades	
Objetivos e Metas	
Princípios	
REFLEXÕES	
Sobre a Igualdade	
Memorização	

Inteligência	
O que definimos como pessoa culta	
Qualidade da Educação	
Plano de Ação	
Proposta Pedagógica.....	
Ações de Apoio Pedagógico	
Frequência e compensação de ausências	
Classificação e Reclassificação	
Inclusão	
Convívio Escolar	
Avaliação da Aprendizagem	
Plano Curricular	
Planos de trabalho	
Conselho de Escola	
Instituições Auxiliares: APM/Grêmio	
Avaliação do Projeto Político Pedagógico	
Conclusão	
Anexos	

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO [REDACTED]
[REDACTED] “A ESCOLA
E AS NOVAS DEMANDAS SOCIAIS”

INTRODUÇÃO

A Lei Federal 9.394/1996, conhecida como LDB ou LBDN, em vários artigos trata da Proposta Pedagógica das Escolas, aqui no Município de São Paulo chamado de Projeto Político Pedagógico – PPP. O nome Político não se refere a partidarismo político, mas a um conjunto de decisões tomadas pela comunidade escolar onde não impera critérios exclusivamente técnicos, mas também refere-se ao tipo de escola que a comunidade deseja, como por exemplo, nas concepções de valores, moral, patriotismo, liberdade e muitas outras concepções que não encontramos em manuais técnicos e que dependem das concepções e esperanças da própria comunidade onde a escola esta inserida. Vejamos abaixo como a Lei Federal se refere a este Projeto Pedagógico:

“ Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica...

§ 8º A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais.”

A simples leitura dos dispositivos legais à cima não deixa margem de dúvida a respeito da necessidade de elaboração de uma Proposta Pedagógica, bem como a necessidade de leva-la ao conhecimento dos pais e responsáveis pelos alunos, devendo a escola adotar todos os meios necessários para a divulgação desta proposta, que no caso de nossa escola é a divulgação no site [REDACTED] onde acreditamos que estará acessível a todos os membros da comunidade escolar, mas caso algum responsável por aluno não tenha acesso a internet oferecemos também a cópia impressa do documento, ou seja, serão efetivados todos os esforços para a divulgação da mesma.

A Proposta Pedagógica não é apenas um documento formal para cumprir uma exigência da Legislação Federal e Municipal, mas é algo vivo que realmente orienta o trabalho dos professores, gestores e demais funcionários da escola, bem como é apresentada e explicada aos alunos e responsáveis.

É importante ressaltar que se trata de política interna da escola e das aspirações da comunidade, afinal as escolas são instituições permanentes que ao longo dos tempos passam por vários governos e de vários partidos, desta forma não cabe à instituição escolar definir seus valores baseados no partido que esta atualmente no poder.

Este PPP explicita sobre quais valores atuam os funcionários, pais e alunos da [REDACTED], ou seja, apesar de não ter ligações com partidos políticos, religiões e sindicatos, não podemos viver isolados no mundo, onde doutrinas religiosas e ideologias políticas fervilham. Logo a escola se posiciona sim em relação a determinadas doutrinas e ideologias, mas sem citar denominações religiosas ou partidos políticos.

APRESENTAÇÃO

A [REDACTED] foi criada pelo Decreto nº 25.242 de 04/01/1988 com a denominação de ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU “JARDIM FRATERNIDADE”, publicada em D.O.M. de 05/01/1988 da Administração de Campo Limpo, 6ª Delegacia Regional da Educação. O Prefeito então da época era o Sr Jânio da Silva Quadros.

Em 23/02/1988, pelo Decreto nº 25.409, o Prefeito da época resolve mudar a denominação da Unidade para ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU [REDACTED], em homenagem a pessoa ilustre da área de Ensino.

JUSTIFICATIVA

A organização deste projeto justifica-se a priori pela necessidade de divulgar para a comunidade a concepção de educação da escola.

LOCALIZAÇÃO

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

DRE – Campo Limpo

CRIAÇÃO

Decreto de Criação: nº 25.242 – D.O.M. de 05/01/1988

Denominação: EMPG JARDIM FRATERNIDADE

Decreto de Denominação: nº 25.409 – D.O.M. de 24/02/1988

[REDACTED]

HISTÓRICO DA UNIDADE

Jânio da Silva Quadros, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando a demanda escolar existente na área de ensino do 1º grau, criou pelo Decreto nº 25.242 em 04 de janeiro de 1988, a Escola Municipal de 1º Grau “Jardim Fraternidade”, publicado no Diário Oficial do Município de 05/01/1988, localizada na Administração Regional de Campo Limpo, 6ª Delegacia Regional de Educação.

Em 23 de fevereiro de 1988, pelo Decreto 25.409, o Prefeito resolveu denominar a Escola Municipal de 1º Grau “Jardim Fraternidade” com um nome ilustre da área de ensino. A escola passou a chamar-se [REDACTED] publicado no D.O.M. de 24/02/1988, considerando que às escolas municipais deverão ser atribuídas nomes de pessoas ou fatos que enaltecem o país.

A Escola, sob a Direção [REDACTED], [REDACTED]

[REDACTED]

Na ocasião a Unidade contava com 08 salas de aula, diretoria, secretaria, sala de coordenação pedagógica, cozinha, pátio interno e externo, banheiros feminino e masculino e uma quadra de esportes.

Sua Inauguração deu-se em solenidade aos 05/08/1988 às 10h00, contando com as seguintes presenças ilustres: Prof Paulo Zingg, Secretário Municipal de Educação; Fiore Wallace Gontrau Vita, Secretario de Serviços de Obras; Prof. Sebastião Hermes Verniano, Superintendente

Municipal de Educação [REDACTED]

A programação do Evento, sob os cuidados da Direção, contou com a participação da viúva do Patrono, [REDACTED], suas filhas e genros, familiares e amigos.

BIOGRAFIA DO PATRONO

[REDACTED] nascido no Município de Lins em 26 de abril de 1926, filho de [REDACTED] a.

Realizou seus primeiros estudos na cidade de Campinas. Concluiu o 2º grau em São Paulo, onde também se formou em Engenharia Civil pela Universidade Mackenzie. Na década de 1950, dedica-se intensamente aos cursos de extensão universitária e as atividades acadêmicas principalmente junto à Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie.

Em 1962 estende suas atividades profissionais para o magistério e para a administração na área Educacional. Iniciou como Professor assistente de Topografia da Cadeira de Levantamentos Cadastrais e de Geologia Geral, do Curso de Agrimensura da Escola Técnica Mackenzie. Lecionou na escola de

Engenharia Mauá de Barretos, do Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo. Foi coordenador do Curso de Engenharia Civil da Escola de Engenharia de Mauá, Coordenador de Estudos da Área para Ciências Exatas das Faculdades Metropolitanas Unidas. Foi vice-diretor da Faculdade de Arquitetura Mackenzie de 1971 a 1974. Reitor da mesma Universidade. E tantas outras atividades desenvolveu na área da Educação.

[REDACTED] destacou-se ainda, e de modo significativo, na Administração Pública do Estado de São Paulo. Foi Diretor Administrativo do Ceasa, coordenador do Plano Nacional de Educação, diretor executivo do Fundo Estadual de Construções Escolares, secretário regional da Arena de São Paulo. Elegeu-se Deputado Federal em 1974.

Na Câmara de Deputados foi Presidente da Comissão de Minas e Energia, relator da CPI sobre o ensino o ensino superior, sub-relator da CPI sobre o Índio e membro de Transporte e Obras. Vários foram seus pronunciamentos sobre temas da atualidade: energia, comunicações, transportes, educação, agropecuária, etc. Conferencista participou de inúmeras reuniões do Rotary Club, de diversas aulas inaugurais de colégios e Faculdades. Recebeu pelos bons serviços prestados à comunidade, distinções, medalhas e comendas, além do título de Cidadão Honorário de inúmeros Estados.

Faleceu em 23 de dezembro de 1987 na cidade de São Paulo.

ÁREA DE ATUAÇÃO – Horário de funcionamento / turnos

atende alunos de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental de Nove Anos do ensino Regular, atendendo do 1º ao

9º ano, com a seguinte organização:

Ensino Integral 1ºs ao 4ºs anos das 7h00 às 13h50;

5ºs anos das 7h00 às 11h50;

6ºs, 7ºs, 8ºs e 9ºs das 13h55 às 18h45

QUADRO DE CLASSES DA U.E. – Por turno/2017

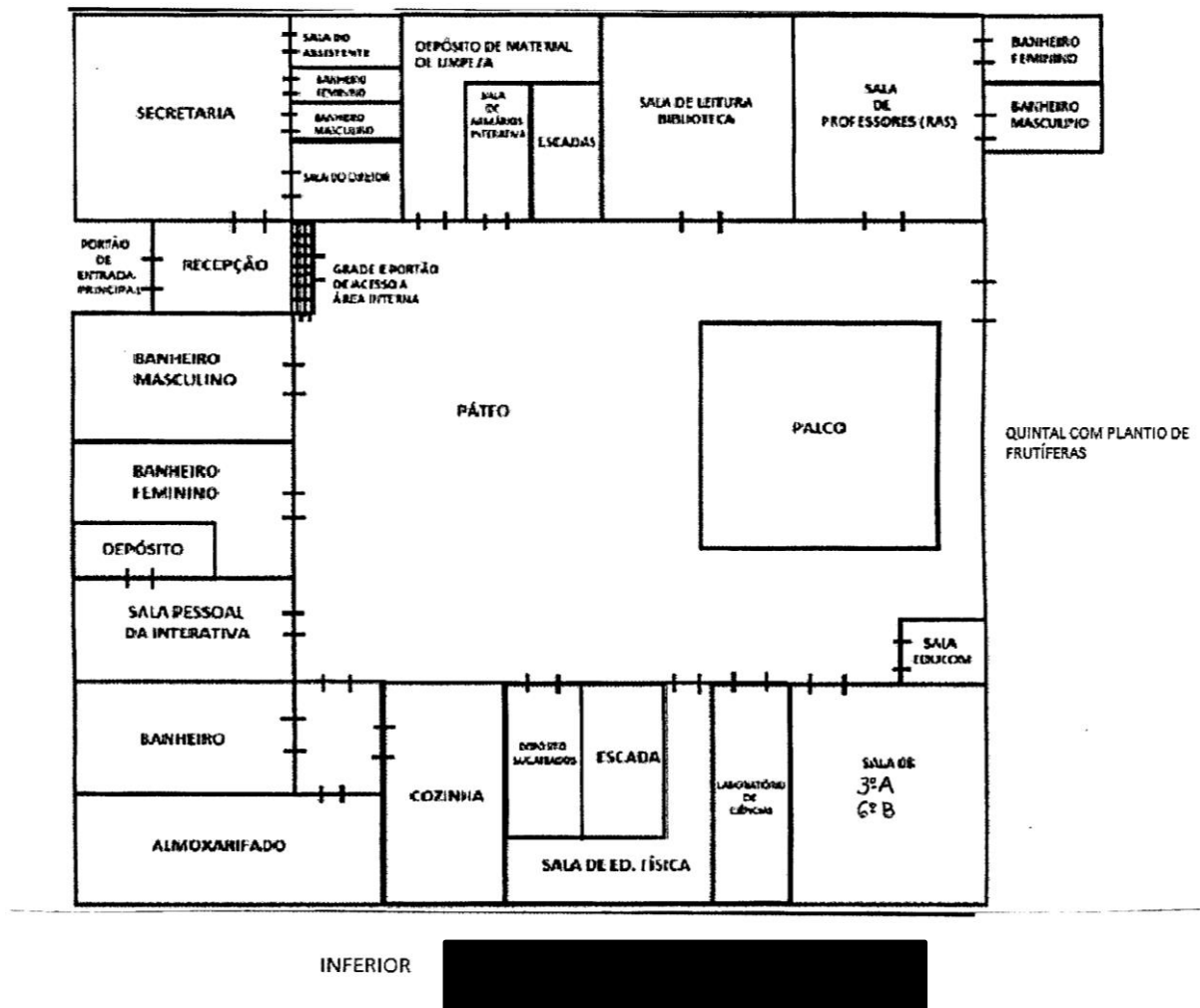
2017	Sala 1	Sala 2	Sala 3	Sala 4	Sala 5	Sala 6	Sala 7	Sala 8	Sala 9
1º	1º A	5º B	5º A	4º B	3º B	4º A	3º A	2º A	
Turno	J	S		F					
2º	7º A	7º B	9º A	8º C	6º A	8º A	8º B	6º B	6º C
Turno									

HORÁRIOS DE AULAS

Horário – 1º Turno		Horário – 1º Turno		Horário – 2º Turno	
INTEGRAL		REGULAR		REGULAR	
Lanche	6h50 – 7h00	Lanche	6h50 – 7h00	Lanche	13h45 – 13h55
1ª aula	7h00 – 7h45	1ª aula	7h00 – 7h45	1ª aula	13h55 – 14h40
2ª aula	7h45 – 8h30	2ª aula	7h45 – 8h30	2ª aula	14h40 – 15h25
3ª aula	8h30 – 9h15	3ª aula	8h30 – 9h15	3ª aula	15h25 – 16h10
Lanche	9h15- 9h35	4ª aula	9h15 – 10h00	Intervalo	16h10 – 16h30
4ª aula	9h35-10h20	Almoço	10h00 – 10h20	4ª aula	16h30 – 17h15
Almoço	10h20-11h05	5ª aula	10h20-11h05	5ª aula	17h15 – 18h00
5ª aula	11h05-11h05	6ª aula	11h05-11h50	6ª aula	18h00 – 18h45
6ª aula	11h50-12h20				
7ª aula	12h20-13h05				
8ª aula	13h05-13h50				

INFRA - ESTRUTURA

a) Planta



[illegible]

[illegible]

) Recursos Materiais

- 1 câmera convencional
- 2 Amplificadoras
- 2 câmeras digitais
- Aparelhos de som
- Armários de duas portas em madeira
- Armários embutidos
- Bamboles
- Bolas
- Brinquedos de parque
- Brinquedos para parque
- Brinquedos variados
- Durex colorido
- Fantasias
- Jogos Pedagógicos
- Lápis, giz de cera e outros
- Livros e CDs infantis diversos
- Livros para pesquisa
- Lixeiras com tampas
- Móvel em madeira
- Papéis variados
- Piscina de bolinha grande
- Projetores em todas as salas de aula, informática e Sala de Leitura.
- Quadros brancos
- Relógio de parede em todas as salas
- Ar condicionado nas salas de aula, Secretaria, Coordenação, Sala de Leitura e Informática Educativa
- Revista; jornais
- Suporte para papel higiênico
- Suporte para toalha de mãos e banho
- Suporte para toalhas de papel
- Tela de Projeção todas as salas de aula, informática e Sala de Leitura
- Tinta; cola; tesoura, pincéis
- TV 29 polegadas em todas as salas de aula
- Vídeo Cassete e DVD em todas as salas
- 1 filmadora
- 3 Lousas Digitais
- Computadores em todas as salas de aula, sala de Leitura, sala dos Professores, Secretaria, Coordenação, Direção e Informática
- Flip Chart
- Mapas diversos: História, Geografia e Ciências
- Materiais pedagógicos diversos
- Doc station (caixas de som)

- Levantamento de dificuldades e necessidades

Observamos que os alunos terminam o ensino fundamental, em sua maioria, sem compreender em que de fato este período escolar poderá auxiliá-lo em sua vida prática, especialmente na sua inserção no mercado de trabalho, logo, sentimos a necessidade de direcionar nosso trabalho para esse fim, mostrando-lhes a diversidade de oportunidades que terão através do conhecimento secular e das novas tecnologias e as dificuldades que enfrentam os que precocemente abandonam os estudos.

Entendemos que Ler e Escrever (e não apenas decodificar) é condição para continuidade de estudos e para um bom desempenho da pessoa enquanto cidadão que acessa a cultura letrada em todos os campos da sociedade. O nosso trabalho é sensibilizar os alunos para que compreendam este fato;

A melhoria nos resultados de aprendizagem e desenvolvimento, em leitura, escrita e matemática dentro de um contexto de resolução de problemas, indicados nas avaliações internas e externas (Prova Brasil) nos direcionam para um olhar mais focado e reflexivo nos espaços de formação para sanar as dificuldades apresentadas.

Dificuldades com relação ao convívio escolar trazendo implicações tanto para o processo ensino-aprendizagem, como para a gestão, também nos levaram à reflexão na elaboração deste projeto.

OBJETIVOS E METAS

-Transformar todo espaço de convívio na Escola em ambiente de trabalho colaborativo e solidário para garantir as aprendizagens fundamentais dos Direitos de Aprendizagem dos alunos;

- Garantir a alfabetização na idade certa (até os 7 anos) para todos os alunos matriculados na U.E.

- Formar um cidadão com domínio do cálculo, da leitura e da escrita;

- Colaborar na formação de cidadãos capacitados para o mercado de trabalho e mostrar aos mesmos que eles têm diversas possibilidades de crescimento social e que devem aproveitar todas as oportunidades oferecidas por entidades públicas ou privadas (cursos, bolsas, etc) e assim sustentar a si próprio e sua família com dignidade;

- Incentivar a participação das famílias, seja no acompanhamento de vida escolar, nos colegiados APM e Conselho de Escola e programações diversas, como festas e mostra cultural.

- Formar um cidadão capaz de cumprir regras, pagador dos seus impostos, cumpridor dos seus deveres e consciente para que também, depois de cumpridos os deveres possa exigir seus direitos;

- Formar um cidadão que tenha consciência e respeito pelos direitos de seus semelhantes;

- Formar um cidadão com consciência para lutar por melhorias na sua qualidade de vida e na qualidade de vida de seus semelhantes;

- Formar um cidadão que exerça seus direitos, sem jamais prejudicar o exercício dos mesmos direitos por seus semelhantes, bem como sem causar qualquer malefício ou prejuízo a seus semelhantes.

Princípios

Acreditamos que tudo é alcançado através de luta e esforço pessoal e coletivo. Desta forma, estudar é antes de tudo um caminho que percorremos para o alcance de um sucesso futuro ou qualidade de vida melhor;

Entendemos que é necessário incentivar e apoiar valores morais, como amor ao próximo, perdão, tolerância, paciência, etc. para que a convivência com as diferenças ocorra de fato e de forma respeitosa. Logo, não cabe na comunidade escolar: menosprezar ou diminuir ateus, seguidores de outras religiões ou minorias raciais e o respeito à opção/orientação sexual de cada um é legítimo, sempre resguardando o caráter laico do Estado;

Compartilhamos também com alguns dos princípios da Constituição:

-Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, desde que não impeça igual exercício deste direito pelos demais alunos (ver artigo

206 da Constituição);

-Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (artigo 206 da Constituição);

-Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (Inciso III, Art 206, Constituição), desta forma discordamos de qualquer crença pedagógica que se apresente como certa e verdadeira em relação a outros pontos de vista;

-Gestão Democrática do ensino público, na forma da lei(inciso VI, Art 206, Constituição), desta forma lutamos pela autonomia das escolas, onde pais e alunos possam realmente participar do processo decisório e que suas decisões façam diferença no dia a dia das escolas, valorizando-se a opinião da sociedade e não somente a de pensadores e técnicos;

-Garantia de padrão de qualidade (inciso VII, Artigo 206, Constituição), desta forma não queremos formar analfabetos funcionais e sim pessoas capazes de se inserir na sociedade e no mercado de trabalho com sucesso;

-A educação também é dever da família visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (conforme Artigo 205 de nossa Constituição);

Aceitamos a Ciência e o seu caráter experimental, discordando de qualquer forma de pseudociência, principalmente filósofos sofistas na área de educação;

A pontualidade e o esforço de cada um são fundamentais para honrar seus deveres, promessas e compromissos.

Por fim, discordamos e combatemos: a preguiça, a desonestidade, a indisciplina, a violência, a falta de responsabilidade de alguns pais em relação a seus filhos, a falta de respeito para com nossos semelhantes, qualquer tipo de preconceito social, de sexo, de raça e outros, inclusive os preconceitos relativos às Concepções Pedagógicas chamadas de “Conservadoras”;

Rejeitamos qualquer viés político partidário no sistema educacional, pois a educação deve estar alinhada com as necessidades do povo e com os valores de nossa Constituição, jamais servindo a interesses políticos;

Repudiamos o descaso com as instituições públicas, falta de recursos financeiros para serem investidos diretamente pelas escolas, pois as Associações de Pais e Mestres devem e podem ajudar na garantia de uma verdadeira qualidade de ensino.

-REFLEXÕES

1- Sobre a igualdade:

Quando falamos em igualdade entendemos como o ato de oferecer as mesmas condições a todos, ou seja, dar a todos as mesmas oportunidades. Nos países escandinavos é comum filhos de empresários e políticos estudarem ao lado dos filhos de lixeiros e faxineiros. Mas igualdade de oportunidade não

quer dizer que no final do processo todos chegarão ao mesmo lugar, afinal existem capacidades eminentemente pessoais como capacidade de **memorização, inteligência**, rol de amizades, influências familiares, o mero fator sorte e tantos outros fatores que, apesar de todos terem as mesmas oportunidades iniciais, cada um terá um destino diferente, onde alguns assumirão posições mais complexas na sociedade e de maior remuneração, enquanto outros assumirão funções menos complexas e de baixa remuneração. No Brasil basta observar o que diz nossa Constituição Federal em seu artigo 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, **segundo a capacidade de cada um**”

2- Memorização

Memorização é a capacidade da mente em memorizar informações, ou seja, reter as informações por um longo período de tempo. É uma característica de suma importância, pois é usada para aprender línguas, ou seja, memorizamos a correspondência entre palavras de diferentes idiomas, bem como memorizamos como se escrevem as palavras em nosso próprio idioma. Ninguém quando lê um texto fica com um dicionário na mão buscando o significado de cada palavra, pois já está em nossa memória, exceto de algumas palavras de uso mais raro onde buscamos o auxílio dos dicionários. Nas séries iniciais aprendemos de modo concreto como funciona a multiplicação, mas depois de algum tempo, em virtude da necessidade de se agilizar os cálculos simplesmente decoramos as tabuadas, onde para decorar usamos desde a leitura repetitiva das tabuadas até escrever dezenas de vezes as tabuadas em folhas de caderno até finalmente decorar todas elas. Usamos a memória para decorar a localização dos países no mundo, quais são as capitais dos países, quais são as capitais dos estados e muitas outras informações que devemos decorar para que possamos ter uma vida normal em sociedade, podendo acessar informações básicas de nossas memórias, como entender o que estaria contando um amigo sobre suas férias em Fortaleza, afinal seria estranho se ele não imaginasse onde fica Fortaleza e nem soubesse que é capital do Ceará.

3- Inteligência

Binet: “Inteligência é julgar bem, compreender bem, raciocinar bem”

Teaman: “A capacidade de conceituar e de compreender o seu significado”

Helm “A atividade inteligente consiste na compreensão do essencial de uma situação e numa resposta reflexa apropriada”

Piaget: “Adaptação ao ambiente físico e social”

Inteligência é capacidade de processamento do cérebro humano, ou seja, rapidez para resolver cálculos, exercícios de lógica, tomar decisões, fazer reflexões e outras atividades que demandam raciocínio. Muito comum

ouvirmos histórias de agricultores no campo ou de parentes que nunca estudaram ou concluíram somente os anos iniciais de estudo, mas que demonstram ter imensa sabedoria, ou seja, são pessoas inteligentes que, apesar do pouco conhecimento memorizado, sabem usar muito bem esse

pouco de informação memorizada, muitas vezes sendo capazes de tomar decisões mais assertivas que pessoas que estudaram durante vários anos e tem mais conhecimento memorizado. A inteligência é algo muito pessoal, de cada um, independe da quantidade de anos de estudo ou dos conhecimentos que ela tem memorizado, inclusive alguns cientistas já dividem a inteligência humana em várias partes, sendo que na década de 90 foi sucesso a quantidade de livros que tratava de múltiplas inteligências.

4- O que definimos como uma pessoa culta?

Aqui não estamos falando de definições livrescas ou de grandes estudiosos, estamos dando uma definição local para o termo cultura. Definimos como culta àquela pessoa que dispõem de um bom conhecimento memorizado e de uma inteligência capaz de usar este conhecimento. Só ter conhecimento memorizado ajuda muito pouco, afinal temos que saber o que fazer com as informações que temos. Ser uma pessoa inteligente sem conhecimento pode até bastar para atividades mais simples, mas é totalmente insuficiente para alguém que deseja entrar no mercado de trabalho buscando posições mais privilegiadas. Somos uma escola de periferia, atendemos alunos pobres, mas nem por isso devemos oferecer uma educação pobre. Historicamente, prestando atenção nas festas de ex-alunos, notamos que muitos ex-alunos são fisioterapeutas, engenheiros, publicitários, enfermeiros e outras profissões mais complexas, ou seja, não é porque são alunos de periferia que lhe estão reservadas as profissões mais simples, desta forma é nossa obrigação tentar, a medida do possível, formar um aluno culto, ou seja, que tenha um bom conhecimento memorizado e que tenha desenvolvido uma inteligência capaz de usar este conhecimento. Definimos anteriormente que inteligência é uma capacidade pessoal de cada um, certamente transmitida geneticamente, mas onde o meio, fenótipo, também tem grande influência, desta forma mesmo um indivíduo geneticamente predisposto a uma baixa inteligência, caso seja estimulado, cremos que ao final do processo educacional terá uma inteligência mediana capaz de lhe garantir uma vida plena em sociedade (██████████, *diretor da U.E.*).

5- Qualidade da Educação

Percebemos via observação de nossa comunidade escolar, relatos pela internet e imprensa que existe no país toda uma dificuldade da população em valorizar a educação. Ainda existem famílias que enviam seus filhos para a escola em função da alimentação das crianças, Bolsa Família e ainda recebimento de Leite, como no caso da Cidade de São Paulo. Muitos pais acham aceitável e não se incomodam que os filhos vão avançando para os anos seguintes sem o aprendizado adequado, muitos terminando o Ensino Fundamental e Médio na condição de analfabetos funcionais, sem domínio algum dos procedimentos de leitura e escrita. Conversar com esses pais e mostrar a importância da educação são uma tarefa incessante, onde sempre

tentamos métodos como diálogos, filmes e em alguns casos até visitas domiciliares, bem como buscar ajuda dos Conselhos Tutelares e Rede de Assistência Social.

Em relação ao convívio escolar, a violência interna, produzida pelos próprios alunos, também é um problema sério. Muitos alunos em seu seio familiar e em sua comunidade são acostumados a resolver seus problemas via ofensas verbais e agressões físicas, o que acaba se refletindo no comportamento escolar. Em nossa escola, desde 2005, não existe caso de agressão física de alunos contra professores e os casos de agressão verbal são raríssimos, mas entre os próprios alunos ambas ocorrem frequentemente. A escola para combater o problema além da conversa com os alunos, encaminhamento para outros órgãos e conversa com os pais, faz cumprir o regimento escolar, onde os alunos são advertidos e suspensos, pois entendemos que a simples conversa e conscientização não é suficiente, havendo a clara necessidade da escola em mostrar este descontentamento com as atitudes de violência de uma maneira mais institucional, via aplicação de regras disciplinares do Regimento Educacional. A punição além de afastar momentaneamente os envolvidos na agressão, impedindo o agravamento da situação, visa demonstrar a posição da instituição em não compactuar com a violência, bem como mostrar aos alunos que na escola e em sociedade os mesmos estão sujeitos a regras e punições.

Em relação aos educadores existe grande Stress, devido às situações já citadas cima, além das outras demandas que os mesmos tem como, carga horária semanal intensa devido aos acúmulos, já que os salários são baixos.

Nas faculdades de pedagogia e outras licenciaturas existe um descompasso entre aquilo que é ensinado e a realidade em sala de aula, sendo que os professores são formados com graves deficiências relativas ao conteúdo que devem ensinar.

Apesar das questões acima relatadas nossa unidade felizmente tem a maioria de seus quadros formada por professores que dominam o conteúdo a ser ensinado, bem como dão aulas de boa qualidade. Ainda temos a felicidade de ter um quadro estável de professores comprometidos com este Projeto Político Pedagógico.

Podemos resumir o que julgamos uma educação de qualidade o seguinte: *“Educação de qualidade é aquela que forma cidadãos leitores, escritores e com habilidades de cálculo suficientes para avançar em seus estudos, melhorar sua vida, melhorar sua saúde, melhorar as condições da vida da sua família e comunidade, bem como principalmente obter uma posição no mercado de trabalho suficiente para seu sustendo e de sua família”.*

A EMEF Dr. João Pedro de Carvalho Neto é uma escola organizada institucionalmente, onde os órgãos internos funcionam, inclusive de representatividade de pais e alunos, desta forma qualquer anseio da comunidade escolar pode ser analisado deliberado democraticamente, jamais se aceitando qualquer ato de afronta.

, diretor da U.E

PLANO DE AÇÃO

PROPOSTA PEDAGÓGICA

Os pressupostos predominantes que consideramos norteadores da ação educativa a ser desenvolvida nesta Unidade Escolar referem-se: aos direitos constitucionais, aos fins e objetivos dispostos na LDB (Lei de Diretrizes e Bases), e às deliberações dos Conselhos de Educação, ao Estatuto da Criança e do Adolescente e às diretrizes fixadas por SME.

A educação é dever da família e do Estado, sendo inspirada nos princípios de Liberdade e nos ideais da Solidariedade Humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, baseado nos seguintes princípios:

- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- Respeito à Liberdade e apreço à tolerância.
- Valorização e preservação do meio ambiente.
- Otimização da organização escolar e da comunicação entre os diversos setores da escola;
- Planos de Ensino das diversas áreas do conhecimento alinhados com o Projeto Pedagógico

-Valorização do indivíduo e estímulo à prática do diálogo para resolução das diversas situações de conflito;

-Agrupamentos dos educandos nas turmas procurando respeitar suas potencialidades e dificuldades. Assim são organizados de acordo com seu desenvolvimento acadêmico;

- Trabalho com Projetos que compõem o PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO SÃO PAULO/FEDERAL (com seus planos anexados ao final do documento):

Tecnologia da Informação e Comunicação (Apoio ao TCA)
METODOLOGIA DE PESQUISA (TCA)
TIC - JORNAL ESCOLA MAIS EDUCAÇÃO
MEDIADORES DE LEITURA
VOLEI
MÚSICA-BANDA-CORAL
GRÊMIO
PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS À SAÚDE
RECUPERAÇÃO PARALELA - MATEMÁTICA
RECUPERAÇÃO PARALELA - PORTUGUÊS

- Aumento da participação dos pais nos colegiados APM e Conselho de Escola;

- **Aulas Passeio:** Teatro, Museu de Arte de São Paulo, Museu do Futebol, Museu Afro, Sesc Santo Amaro, Sesc Interlagos, Parques, etc, considerando que:

Aula passeio ou Excursão consiste na oportunidade que o aluno tem em sair do ambiente da sala de aula, tendo a possibilidade de conhecer novos lugares e diferentes situações de estudos e aprendizagens, relacionadas a conteúdos curriculares ou não, usando todos os sentidos para buscar o desenvolvimento cultural, social, pessoal e intelectual do aluno. As excursões são basicamente de três tipos:

- 1- Promovidas pela APM da unidade, com recursos dos próprios alunos,
- 2- Promovidas pela Prefeitura Municipal de São Paulo, via DRE, através de locação de ônibus pelas Diretorias Regionais de Educação, visando museus, teatros, exposições, feiras de livros, etc... Nestes casos não é cobrado qualquer valor dos alunos, exceto se houver necessidade da compra de ingressos nos locais visitados;
- 3- Promovidas pela APM, via recursos do Programa de Transferência de Recursos Financeiros da Secretaria Municipal de Educação para as Escolas – chamado de PTRF, neste caso são custeadas na sua totalidade ou parcialidade com recursos do PTRF. Sendo custeadas parcialmente, os alunos devem contribuir com o restante do valor.

Em relação aos alunos que não possam pagar os valores necessários para participar das excursões, a unidade distribui gratuidades baseadas no desempenho destes alunos, participação em atividades esportivas, participação em gincanas, compromisso de melhoria de desempenho e outras formas mais de estímulo. O aluno deve entender que ele não tem direito a gratuidade apenas por sua situação financeira, mas deve de alguma forma, via participação nas atividades escolares ou desempenho, merecer esta gratuidade.

-Projeto Especial de Ação (PEA) com foco na formação do professor, com especial atenção às questões de avaliação para a aprendizagem **(que segue em anexo)**;

- Projetos no Laboratório de Ciências;

- Participação dos alunos na Olimpíada Brasileira de Matemática e Língua Portuguesa;

- Experiências Pedagógicas – Territórios do Saber (Educação Integral)

-Trabalho Colaborativo de Autoria (TCA), no Ciclo Autoral, como evidenciamos a seguir:

Em nossa unidade os TCAs podem ser desenvolvidos em grupos ou individualmente pelos alunos. No caso dos projetos individuais a parte colaborativa estará na relação com os professores orientadores do projeto, demais professores, pesquisa ao banco de dados de TCAs, bem como na ajuda de outros alunos, mesmo que tais alunos não façam formalmente parte do projeto. No caso dos TCAs desenvolvidos em grupo é necessária a entrega de um plano de trabalho para o professor orientador, onde as atividades de cada um dos membros do grupo estarão descritas, devemos salientar que na arguição cada membro do grupo será questionado pelo professor orientador e demais membros da banca avaliadora.

Os itens a serem avaliados para atribuição de notas aos membros do grupo estão divididos em: coerência gramatical, desenvolvimento do texto e suas problemáticas, formatação do texto e normas da ABNT, para nota do grupo e para nota individual os seguintes itens: desenvoltura na apresentação, habilidade em expressar os conceitos contidos no texto, criatividade na elaboração dos recursos e desenvoltura na defesa dos conceitos durante arguição do trabalho.

O aluno para ser aprovado no nono ano do Ensino Fundamental tem que concluir o seu TCA. As notas 0, 1, 2 ou 3 indicam que o aluno não apresentou qualquer tipo de trabalho (nota zero) ou que apresentou de forma incompleta(notas 1, 2 ou 3), ou seja, notas de zero a quatro implicam na reprovação do aluno, pois não concretizou o trabalho. A nota 4 indica que o aluno fez o trabalho, mas de forma sofrível, ou seja, apenas preencheu os requisitos mínimos, mas neste caso o aluno é considerado promovido.

Entendemos que condicionar para a promoção do aluno a concretização do TCA não é uma exigência grande, pois o aluno do nono ano do Ensino Fundamental deve ser capaz de compreender as necessidades básicas da sua comunidade e elaborar uma sugestão para resolver ou atenuar estas necessidades.

O TCA busca justamente fazer com que o aluno seja protagonista da solução dos problemas da comunidade, e não que fique esperando sempre

pelo governo ou por outros atores, pois todos têm responsabilidade sobre nossa qualidade de vida. Importante saber também o que é obrigação dos governos, da sociedade e do indivíduo, afinal grandes problemas nas regiões periféricas como saúde, educação e meio ambiente passam pela colaboração de todos na sua solução ou amenização, pois existe uma responsabilidade compartilhada entre as estruturas estatais e o próprio indivíduo.

-Formação das Turmas

Em nossa unidade escolar, a partir do segundo ano do Ensino Fundamental, as turmas de alunos não são formadas aleatoriamente, pois se leva em conta o desempenho dos alunos, buscando a medida do possível unir alunos com desempenho semelhante. Desde 2005 dividimos os alunos em salas, de acordo com o seu desempenho, e os dados comparativos com a situação anterior, bem como a experiência dos professores em outras escolas, demonstram que o procedimento é eficaz, pois é mais fácil trabalhar com alunos com desempenho semelhante, resultando em melhor aprendizado.

AÇÕES DE APOIO PEDAGÓGICO

Atendimento aos alunos dos três ciclos (Alfabetização, Interdisciplinar e Autoral) com dificuldades de Aprendizagem pelos professores do módulo (recuperação contínua) e pelos projetos no contra turno escolar já citados anteriormente, em especial o **Projeto de Apoio complementar-Recuperação**;

Frequência e Compensação de Ausência

A frequência às aulas é condição básica para o processo de construção do conhecimento que é favorecido pelas trocas de experiências e situações existentes no trabalho com o grupo-classe coordenado pelo professor.

Dessa forma, realizamos um trabalho de conscientização de pais e alunos quanto à importância da frequência às aulas. Após o levantamento de faltas, o professor encaminhará os casos que ultrapassarem o limite para os Coordenadores Pedagógicos que convocarão os pais para que tomem ciência das faltas do filho e, deem ciência das implicações legais ao descumprimento do total mínimo de frequência exigido para aprovação do aluno.

Realizadas as convocações e estando os pais cientes das faltas de seus filhos, se os mesmos continuarem faltando sem justificativa, o caso será encaminhado ao Conselho Tutelar.

O aluno só poderá compensar ausência mediante justificativa médica, comprovada através de atestado que é anexado ao prontuário do aluno.

Classificação e Reclassificação

De acordo com a LDB, no inciso II, do art. 24 e da Indicação CME nº

4/97, a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental pode ser feita:

- a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;
- b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;
- c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do aluno e permita sua inscrição na série ou etapa adequada.

O aluno, candidato à matrícula proveniente de outros estabelecimentos inclusive do exterior, ou sem escolarização anterior, poderá apresentar uma das seguintes situações:

- a) não possui nenhum documento comprobatório de escolaridade e requer matrícula em determinado período letivo;
- b) apresenta documento de escolaridade e requer matrícula em período diverso do indicado no documento;
- c) apresenta documento de escolaridade e requer a matrícula no período letivo indicado no documento.

No caso dos itens a e b, a escola deverá classificar ou reclassificar o aluno, adotando os seguintes procedimentos:

- a) requerimento de matrícula pelo pai/responsável dirigido ao Diretor da UE explicitando o motivo do pedido da classificação ou reclassificação;
- b) O Diretor nomeará comissão composta por três membros (docentes e especialistas);
- c) A comissão avalia a condição do aluno e emite parecer sobre período adequado para a matrícula;
- d) O diretor da UE aprova o parecer apresentado pela comissão
- e) Lavrar Termo de Classificação ou reclassificação no livro de regularização de Vida escolar com assinatura do diretor e secretário
- f) Arquivar o expediente no prontuário do aluno
- g) Efetivar a matrícula no ano/termo do ciclo apontado pela comissão

OBS: Classificação: o aluno não possui nenhum documento comprobatório de escolaridade

Reclassificação: o aluno apresenta documento de escolaridade de outro ou do mesmo estabelecimento de Ensino.

INCLUSÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º inciso IV, vem "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". Garante ainda, em seu capítulo III, artigo 205, a Educação como "direito de todos e dever do Estado" portanto, todos têm direito a Educação gratuita e de qualidade assegurada pelo inciso IV e VII do artigo 206.

Se a educação e o processo de aprendizagem se efetuam tendo como fundamento as diferenças individuais, o agrupamento das crianças tidas como normais e o afastamento daquelas que não aprendem da mesma forma acaba por privá-las de sua formação enquanto cidadãos capazes de viver em sociedade. Daí o fato de nossa escola contemplar em seu Projeto Político Pedagógico, um currículo e avaliação do processo ensino aprendizagem, que de fato promovam o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais implementando práticas inclusivas no sistema escolar, objetivando estabelecer uma relação de harmonia entre essas necessidades e a programação curricular.

As adaptações curriculares são medidas pedagógicas adotadas em diversos âmbitos: no nível do projeto pedagógico da escola, da sala de aula, das atividades e somente quando necessário aplicam-se ao aluno individualmente (Parâmetros Curriculares Nacionais, adaptações curriculares, 1998). Portanto, as adaptações curriculares estão focalizadas na "interação entre as necessidades do educando e as respostas educacionais a serem propiciadas" (idem). Neste sentido, essas adaptações precisam ser avaliadas periodicamente, com quanto elas servem para cumprir etapas do processo ensino aprendizagem não servindo, portanto, para sempre, uma vez que a necessidade surgida hoje pode não ser a de amanhã.

Fonte: PORTAL EDUCAÇÃO:

<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/28494/projeto-politico-pedagogico-na-perspectiva-da-inclusao#!3#ixzz3W3o083gU>

CONVÍVIO ESCOLAR

O exercício da cidadania começa no ambiente escolar e este exercício se dá pela consciência de direitos e deveres, individuais e coletivos e pela progressiva autonomia e autodisciplina. O objetivo das normas de convívio é o desenvolvimento de valores: responsabilidade, respeito, senso crítico (frente às suas atitudes e às do outro), solidariedade, senso de coletividade, autonomia e ética. Para tanto, o papel da família é fundamental, bem como de professores e servidores.

As orientações e normas a respeito do convívio escolar estão contidas no Regimento Escolar da Unidade, capítulo VII, artigos 79 a 82.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem terá como objetivo subsidiar o trabalho pedagógico, redirecionando o processo ensino-aprendizagem para sanar dificuldades encontradas na construção do conhecimento.

Assim sendo, deverá ser realizada como um diagnóstico contínuo e dinâmico tornando-se instrumento para repensar e reformular os métodos, os procedimentos e as estratégias de ensino para que o aluno aprenda e vença as suas dificuldades. Deve ser entendida como o processo de acompanhamento e compreensão dos avanços, limites e dificuldades dos alunos para atingir os objetivos propostos nas diferentes áreas do conhecimento.

Os alunos serão avaliados continuamente através de instrumentos diversificados, o que exigirá do educador reflexão permanente sobre a realidade de sua classe, acompanhamento de cada educando na sua trajetória de construção do conhecimento.

Essa reflexão supõe a observação e análise descritiva dos avanços e dificuldades dos alunos, bem como dos encaminhamentos e procedimentos necessários que possibilitem a superação das dificuldades. O registro será realizado no SGP, para que os pais tomem ciência quando acessarem o boletim escolar.

Para fins de promoção/retenção os aspectos qualitativos prevalecerão sobre os aspectos quantitativos, levando-se em conta as diferenças individuais dos alunos, a observação de suas capacidades nas diferentes áreas do conhecimento sem privilegiar uma ou outra área e a possibilidade de continuidade dos estudos no ano seguinte.

O processo de avaliação da aprendizagem não pode constituir-se em instrumento de punição. Portanto, as questões de indisciplina, não devem ser motivo para retenção dos educandos.

Acompanhamento psicopedagógico, fonoaudiólogo, psicológico e outros especialistas são sugeridos à família sempre que se fizerem necessário, inclusive sendo feito pela coordenação pedagógica relatório de desempenho escolar do aluno, caso seja solicitado pelo especialista em questão.

Os portadores de necessidades especiais serão avaliados de acordo com suas possibilidades, de forma que lhes sejam permitidos demonstrar as suas potencialidades, os conhecimentos construídos.

Nos anos em que existe retenção (3º, 6º, 7º, 8º e 9º anos) a avaliação também é revestida de uma função decisória. Em linhas gerais um aluno é considerado retido quando se verifica que ele não terá condições de continuar seus estudos satisfatoriamente no ano seguinte. Não se trata aqui de saber se ele tem rendimento insatisfatório em uma, duas ou dez disciplinas, mas da capacidade deste aluno em seguir seus estudos no próximo ano, bem como saber se em caso de retenção a escola terá capacidade de propiciar a este aluno diferentes oportunidades de aprendizagem.

A decisão de reter ou não o aluno, em princípio não tem caráter punitivo, mas evidentemente devem-se ser levadas em consideração algumas atitudes dos alunos tais como:

- 1- Não comparecer as aulas de recuperação paralela, pois neste caso o aluno teria oportunidade de um acompanhamento com metodologia diferenciada para suprir ou diminuir suas dificuldades de aprendizagem.
- 2- Recusa em apresentar Trabalho Colaborativo de Autoria (TCA), pois este é extremamente eficaz ao propiciar para o aluno conhecimentos necessários à sua interação com outros professores, outros alunos e no desenvolvimento das habilidades de pesquisa e produção de texto.
- 3- Recusa em executar atividades de uma determinada disciplina, seja por imaturidade, falta de comprometimento ou coisa semelhante, pois tal atitude pode fazer apologia a comportamentos semelhantes por parte de outros alunos.

Em relação à atribuição de notas/conceitos bimestrais ou o Conceito/Nota final o professor observará os seguintes princípios:

- 1- Dentro de um mesmo bimestre, caso os conteúdos avaliados no início e no final do bimestre não tenham relação direta de complemento entre si, a nota/conceito bimestral será uma média entre as avaliações;
- 2- Dentro de um mesmo bimestre, caso os conteúdos avaliados no início e no final do bimestre tenham um complemento entre si, por exemplo, uma avaliação de potenciação no início do bimestre e uma avaliação de radiciação no final do bimestre, o professor basicamente deve considerar como nota bimestral a nota da última avaliação, pois evidente que se o aluno fez avaliação de radiciação é porque ele aprendeu potenciação;
- 3- Em relação aos Conceitos/Notas finais caso os conteúdos do quarto bimestre exijam domínios de conteúdos dos bimestres anteriores a nota do quarto bimestre deverá ser a nota do Conceito/Nota Final. Caso os conteúdos do quarto bimestre não tenham obrigatoriamente como pré-requisitos conteúdos dos bimestres anteriores, o Conceito/Nota Final deve ser uma média dos quatro bimestres, mas não uma média aritmética e sim uma média qualitativa,
- 4- Em relação à Informática Educativa e Sala de Leitura, apesar de não avaliados bimestralmente, será no final do ano atribuído um Conceito/Nota final, que constará dos históricos escolares dos alunos, sendo esta avaliação

resultado da participação e frequência dos alunos durante as aulas de Sala de Leitura e Informática Educativa. Eventuais notas/conceitos insatisfatórios não serão objeto de retenção dos alunos ou qualquer outra sanção, mas a unidade escolar entende que toda atividade feita pelos alunos deve ser avaliada. Informática Educativa e Sala de Leitura não são disciplinas e sim atividades de enriquecimento curricular, mas tem frequência obrigatória, o aluno não é livre para assistir ou não as aulas, desta forma o próprio aluno e seus responsáveis devem ter o conhecimento, através de uma nota ou conceito, que evidencie a frequência e participação do aluno nas atividades propostas, ou seja, não se trata de avaliar conteúdo.

Em síntese, a avaliação será contínua com uso de instrumentos diversificados e servirá para análise da aprendizagem e redirecionamento do processo de ensino.

PLANO CURRICULAR

Planos de Trabalho dos Professores

Todos os Planos de Trabalho dos Professores seguem as Orientações Curriculares, Expectativas de Aprendizagem e os Direitos de aprendizagem conforme cópia anexa ao final.

Atribuições e competências do Professor:

I- Participar da elaboração, implementação e avaliação do Projeto Pedagógico da Unidade Educacional, bem como das demais atividades do processo educacional, visando a melhoria da qualidade da educação, em consonância com as diretrizes educacionais de SME/SP;

II- Planejar e ministrar aulas, registrando os objetivos, atividades e resultados do processo educacional, tendo em vista a efetiva aprendizagem de todos os alunos;

III- Desenvolver, articuladamente com a Equipe Escolar e demais profissionais, atividades pedagógicas compatíveis com os vários espaços de ensino e de aprendizagem existentes na Unidade Educacional, tais como: sala de aula, Laboratório de Informática Educativa, Sala de Leitura, ou naqueles identificados e localizados fora do espaço escolar;

IV- Articular as experiências dos educandos com o conhecimento organizado, valendo-se de princípios metodológicos, procedimentos didáticos e instrumentos, que possibilitem o pleno aproveitamento das atividades desenvolvidas;

V- Planejar, executar, acompanhar, avaliar e registrar as atividades dos diferentes momentos do processo de ensino e aprendizagem numa perspectiva integradora e de trabalho coletivo;

VI- Planejar e executar atividades de recuperação, reforço e compensação de ausências, de forma a garantir oportunidades de aprendizagem dos educandos;

VII- Participar das reuniões de avaliação de aproveitamento escolar;

VIII- Discutir com os alunos e com os pais ou responsáveis as propostas de trabalho da Unidade Educacional, formas de acompanhamento da vida escolar e procedimentos adotados no processo de avaliação dos educandos;

IX- Identificar, em conjunto com o Coordenador Pedagógico, alunos que apresentem necessidades de atendimento diferenciado, comprometendo-se com as atividades de recuperação e reforço;

X- Adequar os procedimentos didáticos e pedagógicos que viabilizem a implementação da Educação Inclusiva;

XI- Manter atualizado o registro das ações pedagógicas, tendo em vista a avaliação contínua do processo educativo;

XII- Participar das atividades de formação continuada, oferecidas para o seu aperfeiçoamento, bem como de cursos que possam contribuir para o seu crescimento e atualização profissional.

PLANOS DE TRABALHO

Plano de trabalho do Diretor de Escola:

Diretor: [REDACTED]

- Ler, consultar, interpretar e aplicar as leis;
 - Gerenciar toda a estrutura funcional da Unidade Escolar;
 - Ter domínio dos conceitos pedagógicos;
 - Dar transparência na aplicação das verbas, sempre com participação do coletivo (APM, CE, Comunidade)
 - Ter coerência de atitudes em relação aos docentes, crianças, demais funcionários e pais de alunos;
 - Mediar os conflitos pertinentes à sua gestão;
 - Verificar o livro de ponto, livros de comunicados, atas, procedimentos administrativos internos, prontuários, diários de classe, etc.
 - Ser o organizador, coordenador, líder, compromissado, articulador, construtor, estimulador e comunicador;
 - Ser o agente de ligação e integração entre a escola e a comunidade;
 - Compreender o “locus” sócio-político no qual está inserida a comunidade, para poder desempenhar suas atribuições, competências e funções;
- Ter sempre presente a importância das relações humanas, já que suas ações ocorrem diretamente numa organização essencial e humana, em que cruzam interesses, sonhos e ideais diferenciados, próprios da natureza humana;
- Ser o articulador do processo pedagógico, priorizando os aspectos filosóficos, educacionais e humanos, tendo em vista as ações democráticas da escola;
 - Ter o olhar voltado para tudo que aconteça na UE e, em especial, com a criança;
 - Buscar a coesão do grupo, destacando que a divergência de ideias é salutar, que nem sempre o consenso é conseguido, mas que devem prevalecer os interesses das crianças, definidos no Projeto Pedagógico da UE.

Plano de trabalho do Assistente de Diretor

A.D.: [REDACTED]

- Responder pela administração e coordenação da escola, em horário acordado com o Diretor, colaborando no desempenho de suas atribuições específicas;
- Participar do processo de elaboração e execução do Plano Escolar juntamente com a equipe gestora e Conselho de escola;

- Dinamizar a administração da escola, em prol de uma melhor qualidade educacional;
- Buscar a integração da escola com a sociedade local, mantendo diálogo com todos os segmentos da comunidade escolar;
- Manter atualizada a vida funcional dos funcionários;
- Executar as tarefas administrativas que forem delegadas pelo Diretor.

Plano de Trabalho dos Coordenadores Pedagógicos:

[REDACTED]

[REDACTED]

Atribuições e competências do Coordenador Pedagógico:

I- Coordenar a elaboração, implementação e avaliação do Projeto Pedagógico da Unidade Educacional, tendo em vista os desafios do cotidiano escolar, as modalidades e turnos em funcionamento, visando a melhoria da qualidade da educação, em consonância com as diretrizes educacionais do município;

II- Identificar, junto com a Equipe Escolar, casos de educandos que apresentem dificuldades escolares e necessitem de atendimento diferenciado, orientando decisões que proporcionem encaminhamentos adequados, especialmente no que se refere a recuperação e reforço;

III- Identificar, planejar, organizar e executar as propostas e ações voltadas ao processo de formação continuada dos docentes da Unidade Educacional;

IV- Atuar de forma integrada com os profissionais que compõem a Equipe Técnica da Unidade Educacional;

V- Organizar e garantir o trabalho coletivo docente;

VI- Acompanhar e avaliar junto com a equipe docente o processo contínuo de avaliação, nas diferentes atividades e componentes curriculares, bem como garantir os registros do processo pedagógico;

VII- Participar da elaboração de critérios de avaliação e acompanhamento das atividades pedagógicas desenvolvidas na Unidade Educacional, bem como na organização e remanejamento de educandos em turmas e grupos;

VIII- Analisar os dados obtidos referentes às dificuldades nos processos de ensino e aprendizagem, garantindo a implementação de ações voltadas para sua superação;

IX- Organizar e sistematizar a comunicação de informações sobre o trabalho pedagógico junto aos responsáveis dos alunos;

X- Garantir a implementação e avaliação dos Programas e Projetos que assegurem a implementação da Educação Inclusiva;

XI- Acompanhar e divulgar na Unidade Educacional as recentes teorias

e pesquisas pedagógicas;

XII- Possibilitar acesso e conhecimento de diferentes recursos pedagógicos e tecnológicos disponíveis, garantindo a instrumentalização dos educadores quanto à organização e uso dos mesmos;

XIII- Promover a sistematização e divulgação dos projetos e/ou práticas inovadores desenvolvidos pela Unidade Educacional;

XIV- Participar na elaboração, articulação e implementação de ações integrando a Unidade Educacional à comunidade e às organizações sociais voltadas para as práticas educacionais.

Objetivos:

Promover a articulação das diversas áreas e disciplinas com os projetos que compõem o Programa Ampliar e demais projetos desenvolvidos pelos professores.

Dar subsídios às ações e práticas visando uma melhor articulação e execução das mesmas buscando assim atender satisfatoriamente professores, alunos e pais dos dois ciclos;

Propiciar a convivência harmoniosa entre todos que aqui trabalham e estudam com cooperação, compreensão e aceitação das diferenças em seus aspectos físicos, estéticos, étnicos, de orientação sexual, sociais, culturais e religiosas, através das vivências propiciadas no cotidiano escolar e através dos projetos aqui desenvolvidos;

Estabelecer a responsabilidade de todas as áreas e disciplinas com o ler e escrever;

Desenvolver um trabalho interdisciplinar através do enfoque nos estudos de cinco eixos, a saber, Ler, Escrever, Conviver, Preservar e Incluir, que estão presentes em todos os projetos e ações da escola.

Ações:

Acompanhar os grupos de JEIF sistematicamente;

Estabelecer parcerias entre as equipes para dar conta das demandas satisfatoriamente de professores, alunos e pais dos dois ciclos.

Prever e garantir maior divulgação dos projetos na rede e fora, em parceria com a direção da escola e professores.

Organizar, levantar e debater com o grupo formas de fazer os registros (projetos da escola, rendimento do aluno) mais significativos e objetivos.

Organizar com os núcleos: administrativo, direção e docente:

a) Portfólios que contenham os registros do aluno durante todo o ciclo, com ficha de avaliação, encaminhamentos médicos dados e retornos dos especialistas, ocorrências, notas da Prova Brasil e outras provas institucionais, Recuperação Paralela, relatórios e encaminhamentos para família.

Melhorar a comunicação com professores que não estão nos horários coletivos e de estudos (Complementação de Jornada e JBD), ciclos, direção e períodos, através da organização junto com a direção, administrativo e docentes, livro de comunicados interno, listas com transferências e matrículas de alunos e outras informações.

Mandar com antecedência os bilhetes e comunicados para pais, direção, secretaria e ATE's.

Plano de Trabalho do Auxiliar Técnico – Inspetoria

- Fazer a entrada e saída dos alunos diariamente;
- Zelar pela segurança física, e bem estar das crianças;
- Atuar na prevenção de acidentes, orientando os alunos durante o recreio;
- Auxiliar as professoras em sala de aula, ou externamente em eventos e passeios fora da escola;
- Proporcionar atividades diferenciadas e brincadeiras para as crianças durante o recreio dirigido
- Efetuar atividades correlatas a minha função, quando solicitado pela direção.

Plano de Trabalho do Auxiliar Técnico – Secretaria

- Atender o público em geral dando total esclarecimento de dúvidas;
- Receber e classificar documentos de natureza administrativa (vida funcional) e escolar;
- Matricular e atender à demanda dentro das condições e vagas de acordo com a Portaria de Matrícula em vigor, digitando no Sistema Eol;
- Arquivamento de qualquer documento administrativo e pedagógico; Digitação de documentos em geral de natureza administrativa e pedagógica, elaboração de planilhas para auxílio e agilização do serviço rotineiro;
- Zelar, dentro de suas atribuições, pelas dependências escolares e adjacências;

Plano de Trabalho dos PROFESSORES (Planejamento anual e planos de aula)

Conforme PORTARIA Nº 1.224, DE 10/02/2014 que INSTITUI O SISTEMA DE GESTÃO PEDAGÓGICA – SGP NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO e síntese dos mesmos anexados a este PPP.

CONSELHO DE ESCOLA

O Conselho de Escola (CE) é um órgão de natureza consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa e representativa da comunidade escolar, composto por membros de todos os seus segmentos (alunos, pais ou representantes de alunos, professores, servidores), com a finalidade de auxiliar a gestão democrática da Escola. A sua constituição, atribuições e funcionamento ocorrem conforme o contido no Regimento Escolar da Unidade, Seção I artigos 35 a 45.

INSTITUIÇÕES AUXILIARES

1- Associação de Pais e Mestres – APM

A APM é uma entidade jurídica de direito privado, criada com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional, para a assistência ao escolar e para a integração escola-comunidade. Atualmente, sua principal função é atuar, em conjunto com o Conselho de Escola, na gestão da unidade escolar, participando das decisões relativas à organização e funcionamento escolar nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros. A sua finalidade é o contido no Regimento Escolar da Unidade, Seção I das Instituições Auxiliares artigos 48 a 50. O seu funcionamento ocorre regido por estatuto próprio.

A APM necessita de contribuição voluntária por parte de pais, funcionários e comunidade em geral.

2-GRÊMIO ESTUDANTIL

O Grêmio é a organização que representa os interesses dos estudantes na escola. Ele permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação, tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade.

O Grêmio é também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos.

O Grêmio Estudantil da EMEF Dr João Pedro de Carvalho Neto, foi criado e aprovado pelo Conselho de Escola em 27/03/2014 e funciona sob a supervisão do Professor Luciano Rodrigues da Silva.

AVALIAÇÃO DO PPP

O Plano de Ação será redimensionado sempre que necessário, durante o ano letivo, tendo como base as discussões efetivadas nas Reuniões Pedagógicas, horários coletivos e reuniões de Conselho de Escola, conforme a necessidade.

A metodologia a ser utilizada consiste em avaliação oral e escrita. Ao final do ano letivo, será feita a avaliação do Projeto Político Pedagógico, e serão consideradas as reflexões a seguir:

- O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, conhecido como IDEB, é uma média geométrica entre o desempenho dos alunos na Prova Brasil e os índices de promoção dos alunos. Uma escola pode ter um IDEB alto apenas promovendo todos os seus alunos, mesmo que os alunos tenham graves deficiências de aprendizado, bem como uma escola pode ter um IDEB alto aumentando as notas dos alunos na Prova Brasil, desde que o nível de retenção seja baixo.

Em relação à [REDACTED], nosso IDEB foi extremamente baixo em 2005 e 2007, muito alto em 2009 e 2011 e mediano em 2013. Em 2005 e 2007 os alunos tiveram desempenho ruim na prova Brasil, mas os índices de retenção foram baixos. Em 2009 e 2011 houve bons índices na Prova Brasil e a retenção também foi baixa, desta forma nossa unidade, em 2009, teve o segundo Maior IDEB da cidade de São Paulo, inclusive a unidade foi notícia na mídia jornalística. Em 2011 estivemos entre os 50 maiores IDEBs da cidade de São Paulo. A partir de 2012 resolvemos ser mais criteriosos com as promoções dos alunos, desta forma houve grande aumento do índice de retenção logo, mesmo com bons resultados na Prova Brasil, o IDEB da unidade foi baixo.

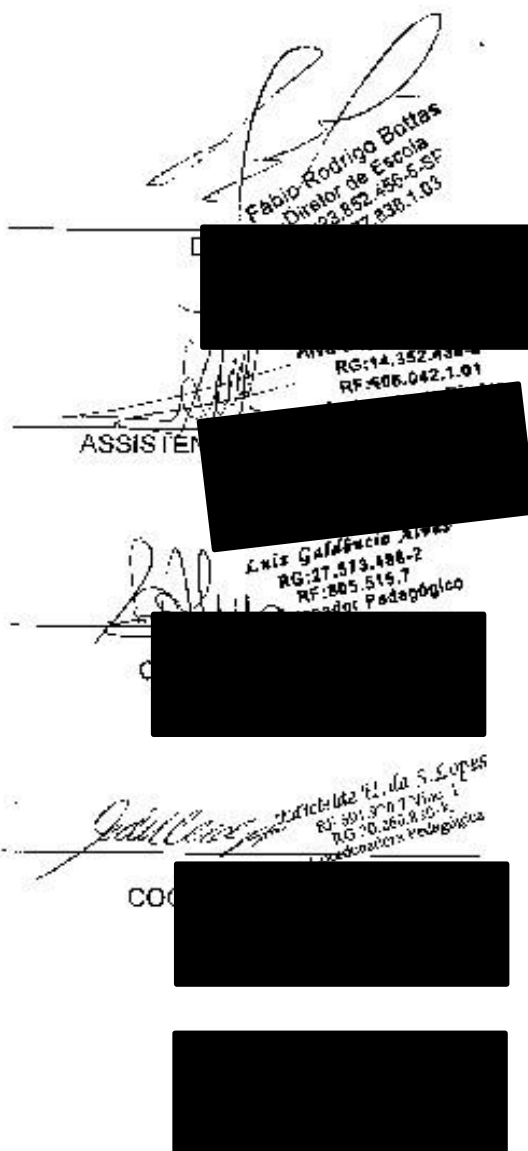
A partir do ano de 2012 tomamos a decisão de não buscar mais o aumento do IDEB, e nosso objetivo passa a ser em relação a melhorar o desempenho na Prova Brasil. Desejamos ser valorizados pela real aprendizagem dos alunos e não por um índice que leva em conta a quantidade de retenções, pois existem outros fatores sociais, culturais e até econômicos que são alheios ao efetivo controle da escola. O único fator que temos real controle, mesmo que relativo, é buscar sempre a melhor aprendizagem dos alunos.

CONCLUSÃO

Podemos concluir nosso PPP com duas frases, sendo uma delas já listada anteriormente:

- "Educação de qualidade é aquela que forma cidadãos leitores, escritores e com habilidades de cálculo suficientes para avançar em seus estudos, melhorar sua vida, melhorar sua saúde, melhorar as condições de vida da sua família e comunidade";

- "Nosso objetivo é estimular o aluno a pensar e não ao que pensar"!



Podemos concluir nosso PPP com duas frases, sendo uma delas já lista anteriormente:

- "Educação de qualidade é aquela que forma cidadãos leitores, escritores com habilidades de cálculo suficientes para avançar em seus estudos melhorar sua vida, melhorar sua saúde, melhorar as condições de vida da su família e comunidade";

- "Nosso objetivo é estimular o aluno a pensar e não ao que pensar"!